



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

KAROLINA DA COSTA ABRANTES

**PROPOSTA DE ECOMUSEU PARA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE
ECOLÓGICO (ARIE) GRANJA DO IPÊ, DF: um legado pouco conhecido de
Brasília**

Brasília, DF

2021

KAROLINA DA COSTA ABRANTES

**PROPOSTA DE ECOMUSEU PARA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE
ECOLÓGICO (ARIE) GRANJA DO IPÊ, DF: um legado pouco conhecido de
Brasília**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para obtenção de título de bacharelado em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF

2021

AA161p Abrantes, Karolina da Costa
 PROPOSTA DE ECOMUSEU PARA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE
 ECOLÓGICO (ARIE) GRANJA DO IPÊ, DF: um legado pouco
 conhecido de Brasília / Karolina da Costa Abrantes;
 orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. -- Brasília,
 2021.
 116 p.

 Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade
 de Brasília, 2021.

 1. Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
 Granja do Ipê. 2. Mesa Redonda de Santiago do Chile. 3.
 Nova Museologia. 4. Ecomuseu. 5. Ecomuseu Ilha Grande.
 I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu , orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

**PROPOSTA DE ECOMUSEU PARA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)
GRANJA DO IPÊ, DF: um legado pouco conhecido de Brasília**

Aluno: Karolina da Costa Abrantes

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Clovis Carvalho Britto - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Museologia - Universidade de Lusófona

Deborah Silva Santos - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Museologia- Universidade de Lusófona

Em 17/03/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 26/03/2021, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/03/2021, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Silva Santos, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 28/03/2021, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6448791** e o código CRC **D4388983**.

Referência: Processo nº 23106.031852/2021-07

SEI nº 6448791

Dedico este trabalho acadêmico para minha avó materna, Domingas da Costa Nogueira, com seus ensinamentos e exemplos de fé, humildade e persistência, me mostrou que quando almejamos algo, independente dos obstáculos precisamos ser fortes e confiar em si mesmo para alcançar nossos propósitos.

AGRADECIMENTOS

O ingresso na Universidade de Brasília (UnB) foi a realização de um sonho, que se tornou realidade em 1/2017. Tenho um carinho muito especial pela UnB, uma instituição acolhedora que me permitiu viver a experiência do ensino superior. Sou grata por tudo que vivi e aprendi nesse lugar.

Agradeço a Deus, por ter me amparado em todos os momentos da minha vida, em especial esse. A UnB era algo totalmente novo na minha vida, sempre estudei em escola rural. E novamente pedi o auxílio de Deus ao longo dessa jornada de graduação, do começo ao fim. Assim ele fez, me carregou e incentivou para que eu superasse meus medos e obstáculos de cabeça erguida. Com muita fé em Deus e perseverança cheguei até aqui.

Um agradecimento mais que especial a minha mãe, Ivani da Costa Barbosa. Sem ela não teria chegado até aqui. Com todo seu amor, humildade, determinação, fé e força, criou três filhos. Desde sempre se dedicou, deu todo suporte para que eu e meus irmãos tivéssemos acesso a um estudo de qualidade. Sou eternamente grata por tudo que minha mãe fez e faz por mim. Ela e a minha avó materna são as minhas principais motivações para que sempre eu busque meus sonhos. Agradeço minha melhor amiga, minha parceira, minha irmã, Gabriella da Costa Abrantes, que me acompanhou em todos os momentos ao longo da graduação, sempre esteve ao meu lado me dando apoio, e também ao meu irmão Juler Abrantes Melo Júnior por todo suporte.

Sou grata ao meu padrasto Agnaldo Fernandes dos Reis, filha do coração, sempre incentivou e financiou meus estudos, o dinheiro do almoço e do lanche era por sua conta.

As minhas cachorras Nina que pode me acompanhar no início dessa jornada e hoje é uma estrelinha, e a Mel, fiéis companheiras, nos momentos de tensão e tédios me arrancava um sorriso, deixava as coisas de alguma forma mais leve.

A todos os meus familiares, ao meu pai, Juler, ao meu avô materno, Osvaldo, as minhas tias, Maria Aparecida e Ivanete, ao meu tio, Laurimar, aos meus primos(as) Luiza, Luana, Marianna, Giovanna, Marcos e Emmanuely e a equipe do Centro Educacional Agrourbano Ipê (CED Agrourbano Ipê), em especial meus Professores do Ensino Médio, Valdete Francisca e Anderson Nicácio, pessoas essas que de alguma forma contribuíram e me encorajaram ao longo dessa jornada, com conselhos,

conversas e por todas as revisões, correções e sugestões. Meus agradecimentos também ao historiador e coordenador geral do Ecomuseu Ilha Grande, RJ (Ecomig) Gelsom Rozentino, pelo envio de algumas matérias que foram fundamentais para a elaboração da pesquisa.

Pelas amizades que fiz durante o curso: Ana Clara, Ana Luísa, Gabriel, Higor, Karla, Maria Cecília, Maria Eduarda, Marino, Marisa, Mayara, Newton, Pamela, Renata, Rodrigo, Samara, Sandra, Thiago e Wilton. Obrigada pelas conversas, risadas, conselhos e trabalhos realizados.

Um agradecimento especial à minha amiga de longa data, Bárbara Ohanna, que sempre esteve ao meu lado, pelas palavras acolhedoras, por escutar minhas aflições tarde da noite e pelos conselhos. E também a minha amiga, Maria Clara, uma amizade de mais de dez anos, obrigada por todo carinho, gentileza e companheirismo.

Por fim, não menos importante agradeço à minha professora orientadora, Ana Abreu, que procurou me apoiar da melhor forma possível ao longo das etapas de construção deste trabalho e por me mostrar a importância e seriedade da pesquisa acadêmica. E a todos os(as) professores(as) do curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) que contribuíram para minha formação.

Os novos tipos de museus romperam fronteiras e limites, quebraram regras e disciplinas, esgarçaram o tecido endurecido do patrimônio histórico e artístico nacional e estilhaçaram-se na sociedade. As suas práticas de mediação atualizaram a potência de uma imaginação que deixou de ser prerrogativa de alguns grupos sociais. Não se tratava mais, tão-somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese e de desenvolver práticas em que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto, poderia ser utilizado inventado e reinventado com liberdade, pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal (CHAGAS, 2007, p.219-220).

RESUMO

Compreender o território como um novo modelo de museu baseado na democracia sociocultural se deu partir do advento da Nova Museologia, voltado para um propósito de natureza social e interdisciplinar no campo dos museus, sendo formalizada em 1984 em Québec, Canadá durante o I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia. A partir dessas ideias já firmadas surgem as novas propostas de musealização do território, nomeadas em sua maioria de ecomuseus e museus comunitários. Apresentamos na pesquisa alguns modelos que têm como característica a apropriação de uma área, que atuará com práticas mais amplas buscando mecanismos de gestão compartilhada, participativa, integrada no seio da comunidade, um instrumento de desenvolvimento social e cultural. Buscam igualmente despertar na sociedade uma compreensão crítica e transformadora, na busca da valorização e preservação dos patrimônios locais que os cercam, sejam eles material, imaterial, natural e/ou cultural. Observamos por meio da revisão bibliográfica e estudo de caso que o museu, nessa perspectiva, busca ser um espaço de reflexão, salvaguarda, entendimento e valoração a partir do qual a comunidade, baseada no meio natural e na contextualização com o patrimônio local, construir suas identidades. A partir de então, analisei conceitos ligados às práticas museológicas comunitárias por meio de revisão de literatura, relacionando e comparando autores relativos à discussão, pesquisa documental e a partir do estudo da experiência do Ecomuseu Ilha Grande, RJ. A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Granja do Ipê, DF, foi a “plataforma de observação” que utilizei como uma proposta de Ecomuseu para o território, por ser tratar de um *lugar de memória*, de relevância histórica, cultural, arqueológica e natural. Legado esse que faz parte da história de Brasília, DF. A pesquisa apresentou o potencial dessa área complementando a comunidade, o território e o patrimônio.

Palavras-chave: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Granja do Ipê. Mesa Redonda de Santiago do Chile. Nova Museologia. Ecomuseu. Ecomuseu Ilha Grande.

ABSTRACT

Understanding territory as a new museum model based on sociocultural democracy came about from the advent of New Museology, focused on a social and interdisciplinary purpose in the field of museums, being formalized in 1984 in Quebec, Canada during the 1st International Workshop Eco-museums/New Museology. From these already established ideas arise new proposals of musealization of the territory, mostly named ecomuseums and community museums. We present in this research some models that have as a characteristic the appropriation of an area, which will act with wider practices seeking mechanisms of shared management, participation, integration, and instruments of social and cultural development. They also seek to awaken in society a critical and transforming understanding, in the search for appreciation and preservation of the local heritage that surrounds them, whether material, immaterial, natural and/or cultural. We observed through literature review and case study that the museum, in this perspective, seeks to be a space for reflection, safeguarding, understanding, and appreciation from which the community, based on the natural environment and the contextualization with the local heritage, build their identities. From there, I analyzed concepts related to community museological practices through a literature review, relating and comparing authors related to the discussion, the documentary research and the study of the experience of the Ilha Grande Ecomuseum, RJ. The Area of Relevant Ecological Interest (ARIE) of Granja do Ipê, DF, was the “observation platform” that I used as a proposal for an Ecomuseum for the territory, since it is a place of memory, of historical, cultural, archaeological and natural relevance. This legacy is part of the history of Brasília, DF. The research presented the potential of this area complementing the community, the territory and the heritage.

Keywords: Area of Relevant Ecological Interest (ARIE) Granja do Ipê. Santiago, Chile roundtable. New Museology. Ecomuseum. Ilha Grande Ecomuseum.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Antes do presente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ALAM	Associação Latino-Americana de Museologia
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CAUB I	Combinado Agrourbano de Brasília I
CEADS	Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CED	Centro Educacional
CESM	Centro de Estudos de Sociomuseologia
COVID-19	Doença por Coronavírus 2019
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CV	Comando Vermelho
CVRL	Comando Vermelho Rogério Lemgruber
DELEMAPH	Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
EC	Escola Classe
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ECOMIG	Ecomuseu Ilha Grande
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPIP	Estrada Parque do Ipê
TURISANGRA	Fundação de Turismo de Angra dos Reis
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPCM	Instituto Penal Cândido Mendes
GDF	Governo do Distrito Federal
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual +
MINOM	Movimento Internacional por uma Nova Museologia
MuCa	Museu do Cárcere
MuMA	Museu do Meio Ambiente
MNES	Museologia Nova e Experimentação Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
SEAGRI	Secretaria de Agricultura do DF
SECOMIG	Sistema do Ecomuseu Ilha Grande
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente

SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
SMPW	Setor de Mansões Park Way
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
ONU	Organização das Nações Unidas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIPAZ	Universidade da Paz
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZA	Zona de Amortecimento
ZCUR	Zona de Conservação e Uso Restrito
ZCUS	Zona de Conservação e Uso Sustentável
ZHC	Zona Histórico Cultural
ZP	Zona de Preservação
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental
ZUE	Zona de Uso Especial

Estados brasileiros

DF	Distrito Federal
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Casa do Israel Pinheiro	27
Figura 2	CAUB I em [1987?]	29
Figura 3	Mapa da ARIE da Granja do Ipê	32
Figura 4	Mapa do Plano de Manejo e Zoneamento Ambiental da ARIE Granja do Ipê com adaptações	33
Figura 5	Matéria veiculada no portal G1 – DFTV (21 abril 2016)	35
Figura 6	Placas de sinalização feitas com ilustrações e frases de alunos para ARIE da Granja do Ipê	37
Figura 7	Matérias veiculadas nos portais do Metrôpoles (09 set, 2015) e no blog Ser Pedalante (07 jun. 2009)	38
Figura 8	Guia do visitante na ARIE da Granja do Ipê	39
Figura 9	Matérias veiculadas no portal Metrôpoles	40
Figura 10	Água que brota no local onde está a Mesa de JK na ARIE da Granja do Ipê	41
Figura 11	Tonéis de água pura – grande reservatório na ARIE da Granja do Ipê	42
Figura 12	Matéria veiculada no portal G1 – DFTV (23 set. 2020)	42
Figura 13	Mapa da Ilha Grande.....	68
Figura 14	Fases do Laboratório Experimental efetuado na Vila Dois Rios: Ilha Grande	81
Figura 15	Primeira Fase do Laboratório Experimental	81
Figura 16	Segunda Fase do Laboratório Experimenta	82
Figura 17	Sistematização feita pelo Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig)	85
Figura 18	Matéria veiculada ao Jornal Folha do Riacho Fundo II	90
Figura 19	Matéria veiculada ao Jornal Folha do Riacho Fundo II	91
Figura 20	Mesa de JK na ARIE da Granja do Ipê	92
Figura 21	Mesa JK construída em meados de 1958 para reuniões de uso do Presidente JK, localizada na nascente do córrego Capão Preto na ARIE da Granja do Ipê	92
Figura 22	Sistematização do Ecomuseu da ARIE da Granja do Ipê	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Acontecimentos apontado por Desvallées que marca o início da Nova Museologia	53
Quadro 2	Museu Tradicional e Ecomuseu	61

LISTA DE DIAGRAMA

Diagrama 1	Processo museológico de um Ecomuseu	89
-------------------	---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 CAPÍTULO I – UM LEGADO POUCO CONHECIDO: ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DA GRANJA DO IPÊ, DF (ARIE DA GRANJA DO IPÊ)	
1.1 – Por onde tudo começou: contexto histórico	26
1.2 – ARIE da Granja do Ipê: um patrimônio ambiental, histórico e arqueológico	31
1.3 – Um lugar de lazer, cultura e turismo	38
1.4 – Um patrimônio ameaçado	40
 CAPÍTULO II – ANTECEDENTES HISTÓRICOS: DISCUSSÃO DAS PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS COMUNITÁRIAS	
2.1 – A Mesa Redonda de Santiago no Chile	43
2.2 – Museu Integral e Museu Integrado	49
2.3 – A Nova Museologia	52
2.4 – A Museologia Social	56
2.5 – A concepção de Ecomuseu	59
 CAPÍTULO III – QUANDO APLICADO NA PRÁTICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO ECOMUSEU ILHA GRANDE, RJ	
3.1 – O Ecomuseu da Ilha Grande: de volta a um passado	65
3.2 – Ilha Grande: linha do tempo	67
3.3 – Ecomuseu Ilha Grande	70
3.3.1 – A população no processo	71
3.3.2 – Ao longo do tempo: a crise na Uerj	78
3.3.3 – O processo enquanto na prática: Criação do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig)	80

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO: UMA PROPOSTA DE ECOMUSEU PARA ARIE DA GRANJA DO IPÊ

4.1 – Um caminho para atingir: o conceito de Ecomuseu	87
4.2 – Atores e seus papéis	89
4.3 – A musealização do território: ARIE da Granja do Ipê	93
4.4 – Uma visão para o futuro: a concretização do Ecomuseu na ARIE da Granja do Ipê	99
4.5 – Ações: algumas estratégias a serem desenvolvidas para realização deste projeto	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	107
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A vontade de desenvolver uma pesquisa sobre a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Granja do Ipê é pessoal. Tive o primeiro contato com a ARIE da Granja do Ipê quando estava cursando a 2ª Série que hoje é o 3º Ano do Ensino Fundamental, na Escola Classe Ipê¹ (EC Ipê) localizada na referida Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), DF. Me recordo que foi em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente – 05 de junho –, oportunidade na qual a escola desenvolveu várias atividades ao longo da semana e uma delas foi uma peça teatral que evidenciava a importância da ARIE para o meio ambiente. Em outro momento, já na 6ª Série – hoje 7º Ano do Ensino Fundamental – até o 3º Ano do Ensino Médio, participei de vários projetos pela escola Centro Educacional Agroubano Ipê (CED Agroubano Ipê) situada no Combinado Agroubano de Brasília I (CAUB I), Região Administrativa do Riacho Fundo II que fica a menos de 4km da ARIE da Granja do Ipê, ou seja, durante uma grande parte da minha vida escutei por muitas vezes referências sobre a ARIE não só por parte da escola, mas pelos meus avós e pais que moram no CAUB I há mais de 30 anos e tem um carinho muito especial por esse local. Ao longo da graduação, a Museologia me fez retomar essas memórias, sendo o suficiente para que eu pudesse desenvolver o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Com intuito de contribuir para a discussão do campo dos Ecomuseus², pontuando a partir das reflexões levantadas na Mesa Redonda de Santiago no Chile³ em 1972, sobre os desdobramentos das práticas museológicas comunitárias, busquei outros exemplos e até mesmo influências que irromperam na forma de análise da experiência, por exemplo, do Ecomuseu Ilha Grande, RJ (Ecomig) e de se pensar em uma proposta de Ecomuseu para ARIE da Granja do Ipê.

¹ PPP, ESCOLA CLASSE IPÊ, 2019, p. 10. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/ppp-n-bandeirante-EC-IP%c3%8a-NB.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

² Modelo de museu que está voltado a serviço da sociedade e deve a ela se integrar, se conscientizar das necessidades apontadas pela comunidade no qual está inserido e de seus saberes, seja ele, natural, material e imaterial. O termo “ecomuseu” surgiu durante um almoço em Paris em 1971 que reuniu a presença Hugues de Varine, Georges Henri Rivière como também de Serge Antoine. O conceito ganhou maior notoriedade com o encontro da Mesa de Redonda de Santiago no Chile (1972).

³ A Mesa de Redonda de Santiago foi um evento que ocorreu no Chile entre os dias 20 e 31 de maio de 1972, solicitado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e organizado pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), no qual, impulsionou a Museologia e os museus a pensar a serviço da sociedade, proporciona a participar de maneira coletiva e consciente na comunidade da qual está integrado. Se tornou uma um marco da museologia social e cerca dos parâmetros das políticas públicas na região do continente americano – América Latina.

A ARIE se refere a um território que abriga um patrimônio ambiental, histórico, arqueológico e cultural, no qual a comunidade que está nele inserida busca formas de reafirmar a importância da valorização do patrimônio, da memória, da identidade desse território que se encontra situado em uma área protegida pela legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) de Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Uma área aberta, isolada e pública que sofre com abandono, apropriação ilegal de terras públicas e a ação do tempo e de frequentadores que deixam suas marcas. Diante desse cenário, instituições educacionais, moradores do CAUB I e outros parceiros realizam constantes intervenções de conscientização e preservação no local.

A proposta de um Ecomuseu para ARIE da Granja do Ipê assumiria um papel importante no preenchimento de “lacunas” sobre a história que essa área guarda, a representatividade que tem para as comunidades que lá estão inseridas. Acreditamos na importância de pensar naqueles habitantes e no reconhecimento e preservação do patrimônio local, no desenvolvimento social, político, econômico, influenciados pela própria comunidade que é resultado de uma dinâmica social, participativa, coletiva de forma democrática, prática e teórica como a Museologia, se desenvolvendo conjuntamente independente das falhas, acertos e progressos, buscando refletir acerca do patrimônio, memória, identidade, laços afetivos, etc.

No processo de escrita deste TCC procurou-se evidenciar as questões culturais, históricas, patrimoniais, ecológicas, a participação e a integração da comunidade diante de uma perspectiva do conceito de Ecomuseu. A perspectiva seria, a partir de uma participação social, demonstrar a potencialidade da ARIE da Granja do Ipê, DF, com uma proposta de ação de musealização deste território, servindo enquanto estratégia de preservação, memória e identidade enquanto um instrumento de desenvolvimento social para a população local.

Em relação à Museologia, procura-se distinguir os conceitos dos novos modelos de museus propostos a partir da Mesa-Redonda de Santiago (1972). Para compor a discussão em torno do conceito de Ecomuseu evidenciam-se as transformações no espaço, na memória, pertencimento, aprendizagem quando aplicadas na prática. À vista disso, foi feita a análise do Ecomuseu Ilha Grande, permitindo conhecer o funcionamento desses processos museológicos.

No âmbito da Educação, é esperado que o trabalho colabore para discussão no meio educacional, já que a proposta de Ecomuseu para a ARIE da Granja do Ipê

irá contar com apoio das Instituições Educacionais que já se fizeram presentes com atividades na área, dos moradores do CAUB I entre outros parceiros público-privados.

O trabalho se mostra relevante pela representatividade e reconhecimento de uma área pouco conhecida e de importância para a trajetória daquela comunidade, buscando dar visibilidade a um assunto que ainda carece de discussões. No levantamento realizado por Suzy Santos (2017, p. 202; 208) para sua pesquisa de Mestrado, foram identificados apenas dois ecomuseus/museu comunitário no Distrito Federal (DF)⁴. Diante dessa realidade, fica evidente o estímulo de iniciativas de propostas dessa prática museológica, preenchendo as lacunas existentes.

Além da colaboração acadêmica, a pesquisa visa contribuir para uma ação prática de uma determinada comunidade, da qual também faço parte, com intuito de buscar o desenvolvimento social, propiciar maior escuta e apoiar ações como essas silenciadas, mostrando o potencial e a dinâmica de realidades e práticas como essas.

À vista disso, foi necessária a compreensão de alguns conceitos-chave que embasaram o trabalho, que se estruturou principalmente através do diálogo estabelecido entre Georges Henri Rivière, Hugues de Varine, André Desvallées, Peter Van Mensch, Le Goff, Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Paulo Freire. Buscando correlacionar com discussões feitas por diversos pesquisadores da área museológica, tais como: Maria Célia Santos, Matilde Ballargue, Mário Moutinho, Mário Chagas, Inês Gouveia, Manuelina Maria Duarte Cândido, Bruno Brulon, Luciana Christina Cruz Souza, Suzy Santos, entre outros.

Assim, a Mesa Redonda de Santiago no Chile se coloca como central nas nossas discussões. A Mesa Redonda de Santiago no Chile foi um evento que ocorreu entre os dias 20 e 31 de maio de 1972 tendo como foco o papel dos museus na América Latina e marco para as práticas museológicas comunitárias, que já vinham sendo debatidas em diferenciadas ocasiões, como na 9ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (Icom) realizada em Grenoble na França em 1971. Contudo, a Mesa Redonda de Santiago quebrou alguns paradigmas das tradições

⁴ São eles: o Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, criado em 2006 encontra-se localizado na Região Administrativa de Sobradinho, DF, e o Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília, criado em 2014 está localizado na bacia do alto São Bartolomeu, DF, que abrange num primeiro momento, núcleos rurais na Região Administrativa de Planaltina (Larga da Pedra Fundamental, Córrego do Meio e Santos Dumont), de Sobradinho (Capão da Erva) e Itapoã (Sobradinho dos Melos) (SANTOS, 2017; TAMAIO; FERNANDES; ELEUTÉRIO, 2013).

realizadas em eventos como esses, onde a língua oficial do evento foi o espanhol ao invés de manter inglês e o francês como costume, entre outros aspectos.

A Declaração de Santiago do Chile foi um dos marcos iniciais para o movimento da Nova Museologia, marco delimitador de uma transformação que mostrou-se lenta e experimental no mundo dos museus e da Museologia, e a concepção de um novo tipo de museu, o chamado “Museu Integral”. Ideias essas que serão retomadas posteriormente na Declaração de Quebec (1984) e na Declaração de Caracas (1992). Com isso, se adensam novas concepções de museus, a serviço da sociedade que devem a ela se integrar, se conscientizar sobre os problemas dos meios rural e urbano, assumindo um papel decisivo na educação e conscientização da comunidade sobre esses aspectos (SANTOS, 2017). Para Almeida (2014, p. 16),

o museu integral na sua essência pode ser empregado em qualquer tipo de museu e se constata que sua filosofia se associou amigavelmente aos tipos de museu comunitário e ecomuseus, **onde a comunidade se apresenta participante em contribuições sociais e na construção e manutenção destas tipologias de museus, ampliando seus conhecimentos** (grifo nosso).

Essa visão trouxe uma nova perspectiva de atuação fora das fronteiras dos museus tradicionais, voltados para uma atuação que esclareça os problemas atuais, conectando passado e presente, contribuindo com o engajamento, interação, respondendo às necessidades apontadas pela comunidade e o conhecimento de seu patrimônio. É nesse contexto que se estabelecem os conceitos de ecomuseu e museus comunitários, caracterizando essas novas tipologias de museus.

Para essa relação entre museus e comunidade foram utilizadas sobretudo as ideias levantadas pelos museólogos franceses Georges Henri Rivière e Hugues de Varine estreitamente ligados ao se referir ao conceito de Ecomuseu, segundo a perspectiva desenvolvida por Rivière.

Segundo Brulon, Ecomuseu é

(...) um instrumento de autoconhecimento para a prática de uma museologia experimental com base no patrimônio local, visto como um conjunto integrado. Por sua vez, Varine se voltava para a estruturação do ecomuseu com base na população. Estas duas visões iriam se complementar (2015, p. 282).

Associado às práticas desses novos museus, Hugues de Varine (2013, n.p. apud SANTOS, 2017, p. 22) influenciado pelas teorias do pedagogo brasileiro Paulo Freire dizia,

(...) cada um de nós sabe muito e se valorizarmos o saber de cada pessoa temos uma riqueza enorme de saberes que podem ser utilizados para o desenvolvimento local, para a política e para tudo, inclusive para a gestão do

patrimônio, para a criação de instituições educativas e instituições do tipo museu. Por um lado, temos um princípio político, que é o princípio da função social e, por outro lado, o princípio empírico, que é a utilização dos saberes das pessoas. E se estes dois conceitos se unirem num projeto então temos participação.

O Ecomuseu trata da apropriação de um território, sintetizada por Varine (1974) como, patrimônio-comunidade-território, envolvendo os laços afetivos, de identidade e memória.

Segundo Maurice Halbwachs (1990 apud POLLAK, 1992, p. 2), a memória por mais pessoal que possa ser é construída socialmente. As memórias social e individual se interligam, o contexto social tem preferência nessa situação. Para Michael Pollak (1992), a memória parece ser algo tratado intimamente, de cada um. Porém a memória também pode ser buscada como algo coletivo e social, algo construído coletivamente e propício a mudanças. E partindo dessa característica mutável da memória coletiva e individual, não se pode esquecer que quase todas as memórias têm marcos invariáveis. Com esse princípio, os elementos que constituem a memória seriam: 1º) os acontecimentos vividos pessoalmente; 2º) os acontecimentos ocorridos de forma indireta, ou seja, aqueles acontecimentos que ocorreram com o grupo, coletividade o qual a pessoa pertence, podendo ser relevante independente do momento histórico (POLLAK, 1992, p. 2). Tal elemento pode ter sido tão marcante para uma região ou grupo, que essa memória pode ser herdada ao longo dos séculos transmitindo ainda uma identificação muito forte (POLLAK, 1992, p. 2). A memória também é constituída por personagens (pessoas), e neste aspecto também é encontrado personagens reais no decorrer da vida. Os que são encontrados indiretamente, por tabela, mas que por motivos específicos se tornaram personagens muito próximos, independente do espaço-tempo. Também existem os lugares de memória, lugares ligados diretamente a lembranças (POLLAK, 1992, p. 2-3).

Já para Le Goff (1996, p. 476), a memória faz parte da construção da identidade, aponta também, como a preservação da memória coletiva visto como “um instrumento e um objeto de poder”, desta forma, quando a comunidade atribui valores em sua história, suscitando reflexões socioculturais presentes em seu território feito de maneira cooperativa e participativa, visto que é uma memória constituída coletivamente, uma vez que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a

servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p.477 apud SANTOS, 2015, p. 13). Mário Chagas e Inês Gouveia (2014) argumentam que o poder da memória e do patrimônio pode contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Em termos metodológicos, este trabalho se desenvolveu a partir de uma abordagem descritiva e analítica, resultado de uma pesquisa documental e teórica. Entende o território como sendo o objeto que pertence a um aspecto concreto da realidade, demonstrado aqui como uma apropriação entendida enquanto um processo museológico. Sendo destacado nesse processo o conceito de ecomuseu, musealização do território, ensino, aprendizagem e outros processos museológicos.

A análise descritiva tende a levantar questionamentos onde as respostas vão sendo construídas no decorrer do trabalho, chegando até na proposta de Ecomuseu na ARIE da Granja do Ipê, onde os aspectos são reunidos, analisadas as relações estabelecidas entre si e alcançando os resultados almejados.

A pesquisa foi fundamentada, principalmente, em um levantamento bibliográfico, na revisão de literatura referente ao tema e estudos de casos análogos. O estudo de caso do objeto de pesquisa envolveu uma investigação das relações estabelecidas na ARIE da Granja do Ipê, a partir do que foi traçado pelo levantamento e pela revisão bibliográfica e conforme o arcabouço do conceito Ecomuseu.

Como poderá ser verificado, iniciei o primeiro capítulo do trabalho com uma descrição sobre a ARIE da Granja do Ipê, trazendo as potencialidades ambiental, histórica, arqueológica e cultural presente nessa região. Criada pelo Decreto n. 19.431, de 15 de julho de 1998, entre as Regiões Administrativas do Riacho Fundo II e Park Way. Além da fauna e da flora do local há presença de sítio arqueológico e um ponto considerado de alta relevância histórica, a Mesa de JK, local de encontro do ex-presidente Juscelino Kubitschek com a equipe de governo na época da construção de Brasília. Local turístico de Brasília pouco conhecido que sofre com a ação do tempo e de frequentadores.

No segundo capítulo fiz uma análise das práticas museológicas comunitárias com o advento da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, realizada por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para debater o papel do museu na América Latina. Em meio às discussões destacou-se o conceito de “museu integral”, um conjunto de práticas que virão a ser referidas como Nova Museologia alargando as abrangências teórica e metodológica tornando-as mais popular, participativa, comunitária incorporada nos processos

culturais e aos fenômenos da natureza local. Fruto desse movimento sugeriu-se a palavra Ecomuseu, criada por H. de Varine-Bohan para traduzir um conjunto de novas ideias desenvolvidas por G. H. Rivière, nesse conceito a tríade é formada por território-patrimônio-comunidade.

Já no terceiro capítulo trouxe um estudo sobre o processo de musealização desenvolvido no Ecomuseu Ilha Grande, situado na baía de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. O objetivo foi analisar a relação entre teoria e prática na implementação desse museu, seu envolvimento na musealização do território e na definição dos seus patrimônios.

É no quarto capítulo utilizando o modelo-base do Ecomuseu Ilha Grande, além das informações obtidas para realização do primeiro capítulo, fundamental para a elaboração da proposta de Ecomuseu na ARIE da Granja do Ipê. Como um instrumento de autoconhecimento para a prática de uma museologia experimental com base no patrimônio local e um conjunto integrado (BRULON, 2015, p. 282).

Nas Considerações Finais, apresento a trajetória percorrida ao longo do trabalho, os resultados alcançados que levaram a propor uma reflexão em um território de memória, de luta pela preservação e conscientização de seu patrimônio e seus atores envolvidos.

CAPÍTULO I – Um legado pouco conhecido: Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê, DF (ARIE da Granja do Ipê)

1.1 – Por onde tudo começou: contexto histórico

Em Brasília, Juscelino Kubistchek se instalou no Catetinho⁵ primeira residência oficial do presidente do Brasil no decorrer da construção do novo Distrito Federal, em 1956. Próxima ao Catetinho, está localizado uma região pública isolada de características naturais (com rios, nascentes, uma fauna e flora típicas da região), um legado⁶ de Brasília, DF não muito popular. Essa região passou a ser considerada uma Área de Relevante Interesse Ecológico⁷ (ARIE), no caso, ARIE Granja do Ipê. No decorrer da construção de Brasília, foi construída nessa ARIE da Granja do Ipê uma mesa de concreto em uma marquise suspensa. Seu acesso é feito por meio de uma escada. Segundo relatos, essa mesa era de uso pessoal do presidente Juscelino Kubitschek, também conhecido por JK. O local era usado para realizar reuniões e encontros com secretários e visitantes, daí, acredita-se, a mesa de concreto ter sido denominada de “Mesa de JK”⁸.

Essa região também abrigou a casa do primeiro Prefeito do Distrito Federal⁹, nomeado por Juscelino Kubistchek, Israel Pinheiro da Silva, e a do Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) na Granja do Ipê, projetado pelo

⁵ O nome Catetinho faz referência ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, residência oficial da Presidência da República à época. O Catetinho acomodava Juscelino Kubitschek durante às obras da nova capital. Projetado por Oscar Niemeyer e construído em apenas dez dias, o Palácio das Tábuas, como também é conhecido, ficou pronto em novembro de 1956. Em 1959, a pedido de Kubitschek, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e aberto à visitação pública (IBRAM, 2011, p. 550-551).

⁶ Sobre o conceito de *legado* ver: HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.261-282. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/14.pdf>

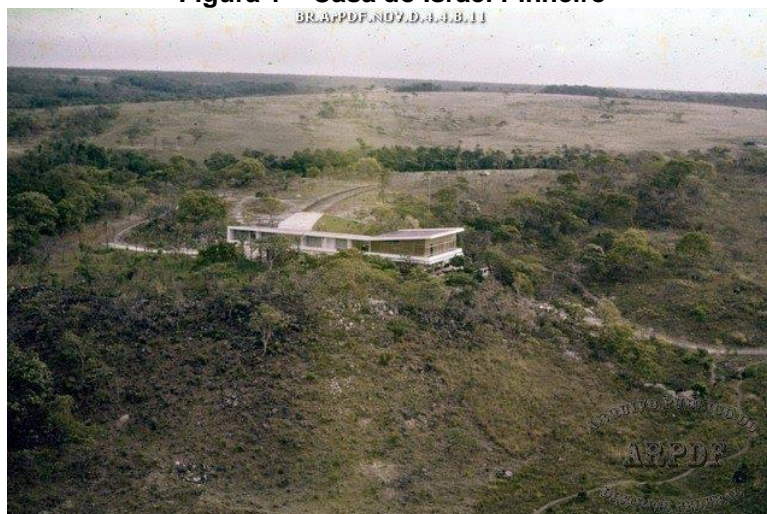
⁷ Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) é uma área protegida por meio de seu enquadramento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). De acordo com a legislação – Lei 9. 985/2000 – o objetivo dessas áreas é a proteção de pequenas regiões que possuem características consideradas excepcionais por abrigarem um conjunto de elementos naturais de relevância extraordinária da fauna e flora de uma região (Fonte: Wikipedia.org).

⁸ Facebook: ARIE Granja do Ipê - Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ARIE.Granja.do.Ipe/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁹ Destacamos o processo de migração como uma característica humana nas trajetórias dos grupos humanos e a formação do Distrito Federal (DF), como a formação dos quilombos rurais e urbanos próximas ao DF, com ênfase aos quilombolas – Quilombo Mesquita (PPP, CED AGROURBANO IPÊ, 2020, p. 54-55).

arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer no local. A Granja recebeu esse nome em homenagem a Israel Pinheiro por conta das letras iniciais de seu nome¹⁰.

Figura 1 – Casa do Israel Pinheiro



Fonte: Arquivo Público do DF¹¹.

Por ser uma área de abundantes recursos naturais, chamou atenção de integrantes do Regime Militar (1964-1985) que ocuparam a área até 1981, quando o General Golbery do Couto Silva, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), era uma das figuras centrais na articulação do Golpe Civil-Militar de 1964. Na ocupação foram construídas cercas e guaritas em volta da área e um espaço para alojar as tropas. Com a saída dos militares do poder comandada pelo General Golbery, o então governador de Brasília José Aparecido de Oliveira, concedeu em 1988 o uso desse terreno para a sede da Fundação Cidade da Paz, Universidade da Paz¹² (UniPaz, DF)¹³.

¹⁰ Id, 2021.

¹¹ Id, 2021.

¹² A Universidade Internacional da Paz (Unipaz – DF) está situada na Área Especial Granja do Ipê Park Way – Brasília (DF). Criada e instalada em Brasília em 1986 e hoje está multiplicada por unidades no Brasil e exterior. É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Cidade da Paz. Criada com objetivo de desenvolver projetos específicos relacionados à Cultura de Paz, desenvolvida por Pierre Weil e sua equipe, com base em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O programa tem sido aplicado em formações, em cursos e seminários abertos à participação de todos os interessados. No Brasil, o programa é levado às instituições governamentais, escolas públicas e particulares de ensino fundamental, médio e superior. Pelo menos 20 mil brasileiros foram treinados para aplicação desse programa em suas comunidades (Fonte: Unipaz.org. Disponível em: <<https://unipazdf.org.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2021).

¹³ Facebook: ARIE Granja do Ipê - Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ARIE.Granja.do.Ipe/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Em meio a esse processo veio a criação do Combinado Agroubano de Brasília I (CAUB I) um modelo de reforma agrária implantado em 1986 que fica a menos de 4 km de ARIE da Granja do Ipê, DF, pensado para ser uma comunidade rural e urbana (PPP, CED AGROURBANO IPÊ, 2019, p. 39). O CAUB I está localizado entre a Granja do Ipê e a Região Administrativa do Riacho Fundo II, uma área rural criada para atender 100 famílias selecionadas que ganharam um lote de 1000m² e uma chácara de 6 hectares voltados para a produção agrícola, com intuito de propiciar uma melhor qualidade de vida e as relações comunitárias dos moradores.¹⁴ Entretanto, poucos permanecem na atividade de cultivo (Id, 2019, p. 3). A princípio, o projeto original para o CAUB I era de ser um polo de produção de laranja em Brasília, onde ocupar-se-iam as terras públicas da Granja do Ipê e do Riacho Fundo. Porém, em meados dos anos 1990 esse plano do governo não se concretizou¹⁵.

De acordo com a proposta do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Educacional Agroubano (PPP, CED AGROURBANO IPÊ, 2019, p. 40), o jornalista Osvaldo Peralva em um artigo publicado no Correio Braziliense, de 29 de setembro de 1985 defendeu a ideia de que o CAUB se enquadrava na concepção original de Brasília, levando em consideração os votos favoráveis do arquiteto e urbanista Lucio Costa e do paisagista Burle Marx na reunião do Conselho de Arquitetura e Urbanismo que aprovou a proposta. Oscar Niemeyer formulou, igualmente, seu voto de aprovação por escrito, no qual destacou que o modelo seria um reforço para sanar os problemas agrícolas da cidade.

Conforme informação da publicação “A experiência do Combinado Agroubano de Brasília – Processo de Seleção e Assentamento Rural”, **Lúcio Costa contribuiu para o projeto do CAUB com a elaboração da planilha arquitetônica da 1ª Agrovila do Combinado Agroubano de Brasília. Na imagem, de 1987, é possível entender a organização agro e urbana desse Combinado, o CAUB I. A área verde são as chácaras e as casas alinhadas em um quadrado e dois triângulos formando duas ruas é o chamado centro urbano que conta ainda com escola, centro comunitário, posto de saúde, quadra de esportes e igrejas.** Nas destinações de áreas previstas nos Planos diretores de ordenamento territorial do DF, a vila residencial do CAUB I só foi transformada em urbana, a partir do ano de 1997 por solicitação dos moradores como saída para a

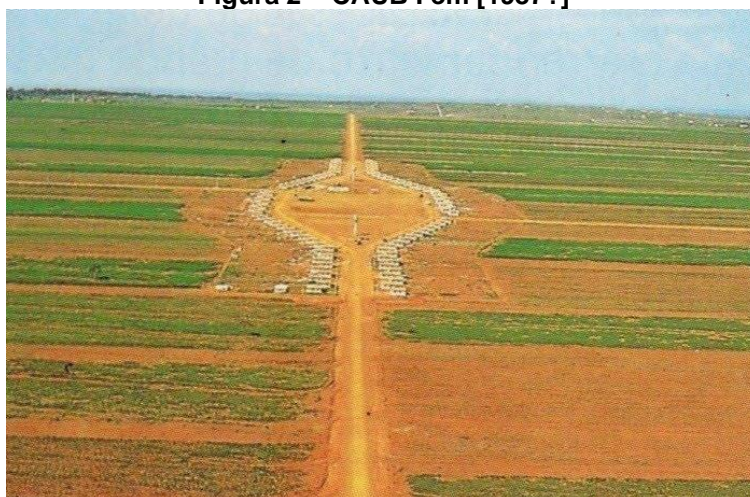
¹⁴ Pensando em área como essas, um dos temas abordados na Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972 voltado ao papel dos museus na América Latina foi, “Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola”, de responsabilidade do engenheiro da Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá Enrique Enseñat conduzir as discussões (IBRAM, 2012, p. 119).

¹⁵ Id, 2021.

titulação dos lotes, reivindicação essa que até os dias atuais não foi conquistada (Id, 2019, p. 41, grifo nosso).

Em 1987, houve a inauguração do Centro Educacional Agrourbano Ipê (CED Agrourbano Ipê), com turmas do Ensino Fundamental para atender à demanda da região que recebia os filhos dos produtores rurais. Em meados de 1996, os moradores reivindicaram a inserção de continuidade dos estudos com o Ensino Médio (Id, 2019, p. 3-4). Assim também, houve a implantação de posto de saúde, área de esporte e uma área de preservação ambiental, a ARIE.

Figura 2 – CAUB I em [1987?]



Fonte: Associação dos Produtores Rurais e Moradores do CAUB I¹⁶.

O CAUB I é dividido em duas avenidas. Sua disposição nos remete a uma cidade de interior. As pessoas que vêm ao CAUB pela primeira vez costumam se espantar com um local como esse na Capital Federal. Uma localidade que se difere de centros urbanos, se tornando mais aconchegante. Com o avanço populacional houve muitas mudanças positivas (melhoramentos no transporte público, aumento e variedade nos comércios, oferta de mais empregos, etc.) e negativas (parcelamentos de terras ilegais, desmatamentos, fogo criminoso, descarte de lixo, etc.). Contudo, alguns moradores do CAUB I preocupados com essas mudanças vêm lutando para demonstrar o quão interessante é essa história. Segundo Oliveira (2016, p.52) o “território é uma expressão simbólica, manifestação de identidade de um povo”, e com base na análise das dinâmicas socioespaciais do geógrafo humano brasileiro

¹⁶ Facebook: Associação dos Produtores Rurais e Moradores do CAUB I – Publicado em: 21 de set. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacaocaub1/photos/pcb.1493139140700131/1493138380700207/?type=3&theater>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

Haesbaert (2014, p. 35 apud OLIVEIRA, 2016, p. 52) observa que “ao mesmo tempo em que é um espaço de referência para a construção dessa identidade” sendo compreendido como um “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2014, p. 40 apud 2016, p. 52).

Percebe-se assim, a relação entre o território, as memórias e os processos identitários ali elaborados.

Para Le Goff (1996, p.476) a memória é um elemento fundamental para a construção da identidade. O historiador destaca que a memória coletiva é um “um instrumento e um objeto de poder”. A memória coletiva se faz com atuação conjunta, mas é essencial o respeito e preservação de ambas, a memória individual e coletiva da comunidade, porque segundo Michael Pollak (1992),

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p. 5).

Com o avanço populacional, a UniPaz, DF se preocupou com as ameaças ao patrimônio natural e histórico presente que esta área vinha sofrendo. Com isso, dirigiu um pedido à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Distrito Federal (SEMARH, GDF) propondo a criação da ARIE Granja do Ipê¹⁷. Depois de muita luta e esforço para manter o local preservado, o governo estabeleceu a área de 1.143,82 hectares salvaguardada por meio da ARIE da Granja do Ipê. Criada a partir do Decreto Distrital nº 19.431, de 15 de julho de 1988¹⁸, que dispõem do uso sustentável dessa área, foi modificada pelo Decreto 20.183, de 23 de abril de 1999, com a cessão do Governo do Distrito Federal (GDF) da área para a Secretaria de Patrimônio da União (SPU)¹⁹. Estão previstos nos incisos do Art. 2º do decreto de nº 19.431, de 15 de julho de 1988, os objetivos da ARIE Granja do Ipê: conservar as diversas fitofisionomias de cerrado; preservar as espécies raras da região e/ou ameaçadas de extinção; assegurar a proteção do Córrego Capão Preto e Córrego do

¹⁷ Facebook: ARIE Granja do Ipê - Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ARIE.Granja.do.Ipe/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

¹⁸ Decreto nº 19.43/1988 criado na precedência de José Sarney de Araújo Costa, tendo José Aparecido de Oliveira como o governador do Distrito Federal entre maio de 1985 e setembro de 1988.

¹⁹ Facebook: ARIE Granja do Ipê - Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ARIE.Granja.do.Ipe/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Ipê; preservar o sítio arqueológico existente no local; recuperação de áreas degradadas; oportunizar programa de educação ambiental, vivência ecológica e pesquisas científicas.²⁰ Dentro dessa área encontram-se a Unipaz – DF, um viveiro de mudas de espécies nativas e frutíferas e uma estação de piscicultura, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, além de uma Escola Classe de 1º Grau (Escola Classe Ipê).

1.2 – ARIE da Granja do Ipê: um patrimônio ambiental, histórico e arqueológico

A poligonal da ARIE da Granja do Ipê, DF faz fronteiras com a região do Riacho Fundo II ao norte, com o Núcleo Bandeirante, Brasília (DF) a nordeste, o Setor de Mansões Park Way (SMPW) à leste, a limite sul com Estrada Parque do Ipê (EPIP) DF-065, o CAUB I e a Colônia Agrícola Catetinho a sudoeste e a Fazenda Sucupira, área sob domínio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a noroeste²¹. O acesso é pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA) DF-003 e Estrada Parque do Ipê (EPIP) DF-065, na altura do Catetinho (IBRAM, 2019, n.p.)²² e fica a cerca de 28 quilômetros do Congresso Nacional.

²⁰ Decreto nº 19.431, de 15 de julho de 1988. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/decreto_19431_15071990.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

²¹ Facebook: ARIE Granja do Ipê - Área de Relevante Interesse Ecológico. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ARIE.Granja.do.Ipe/>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

²² Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/arie-granja-do-ipe/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Figura 3 – Mapa da ARIE DA Granja do Ipê



Fonte: Instituto Brasília Ambiental (Ibram), 2011²³.

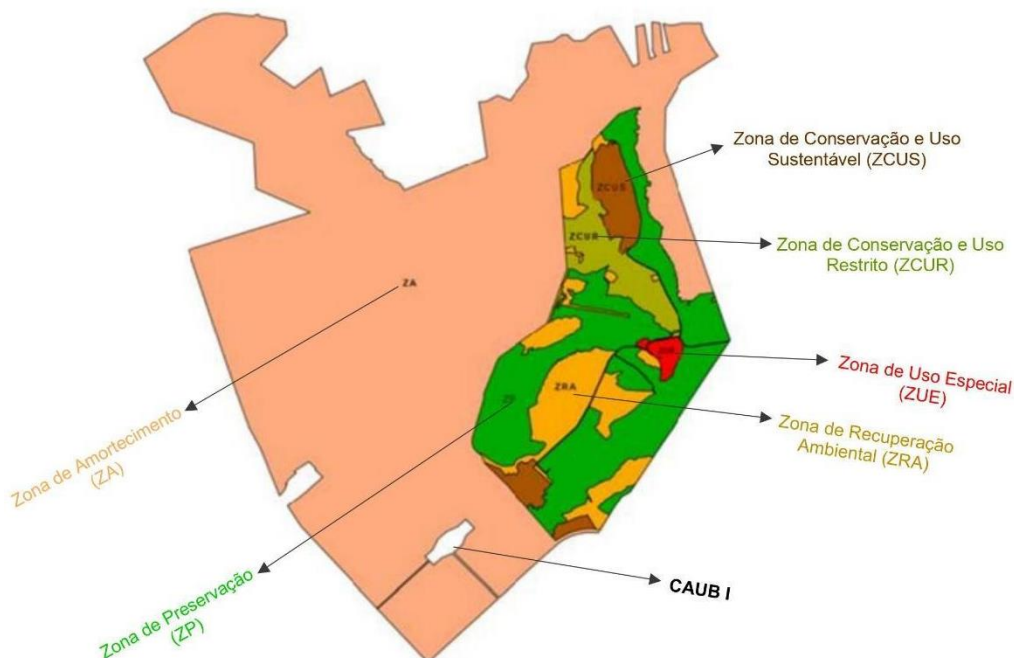
Como mencionado acima, a ARIE da Granja do Ipê foi criada pelo Decreto nº 19.431, de julho de 1998. O Decreto nº 26.439, de 09 de dezembro de 2005 estabelece a sua poligonal, com 1.143,82 hectares e perímetro de 16.585 metros. A ARIE da Granja do Ipê é de posse e domínio público, tendo em vista manter preservados e conservados os ecossistemas naturais de relevância regional ou local, além de atuar na fiscalização do uso dessa região.

No ano de 2013, o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) promulgou a Instrução Normativa 164, de 09 de agosto no Diário Oficial do Distrito Federal, em que aprova um Plano de Manejo da ARIE e determinou a Zoneamento Ambiental da ARIE da Granja do Ipê constituído por seis zonas de manejo, sendo elas: Zona de Preservação (ZP); Zona de Recuperação Ambiental (ZRA); Zona de Conservação e Uso Restrito (ZCUR); Zona de Conservação e Uso Sustentável (ZCUS); Zona de Uso Especial (ZUE) e a Zona de Amortecimento (ZA) onde estão localizados o CAUB I e a maior parte das chácaras com a cultivo de agropecuária, onde está previsto o uso controlado

²³ ARIE da Granja do Ipê. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mapa-de-localiza%C3%A7%C3%A3o-da-ARIE-da-Granja-do-Ip%C3%AA.jpg>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

do solo, nos arredores da ARIE da Granja do Ipê com a finalidade de garantir sua conservação, manutenção ecológica (IBRAM, 2013, p.3-6).

Figura 4 – Mapa do Plano de Manejo e Zoneamento Ambiental da ARIE Granja do Ipê com adaptações



Fonte: Renato Santos e Jeovane Oliveira²⁴.

Essa área tem o cerrado como seu bioma²⁵. A fauna é formada por espécies, como gambá, furão, tatus, rato-de-água; cutia; capivara, e espécies ameaçadas de extinção, como lobo guará, cachorro vinagre, macaco bugio, tamanduá-bandeira. Na família dos répteis e anfíbios destacam-se: rã manteiga, sapo cururu, há também uma grande variedade de pássaros, pequenos répteis, anfíbios, insetos, entre outros (IBRAM, 2019, n.p.)²⁶.

Segundo informações levantadas no site do Ibram, são descritas as espécies: jatobá da mata, pacová, bacupari, pindaíba preta, pau-pombo, barba-de-velho, pimenta-de-macaco, ipê-amarelo, jacarandá, laranjeira-do-campo. Já no campo limpo apontam as espécies palmeira, guariroba, olho-de-pomba, olho-de-boi, pau-santo, carne de vaca, e outros.

²⁴ Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Disponível em: <http://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Arie-Granja-do-Ip%C3%AA.pptx>. Acesso em: 05 fev. 2021.

²⁵ Para mais informações acessar: Manual do Biodetetive. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Manual-do-biodetetive-min.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

²⁶ Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/arie-granja-do-ipe/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Água há em abundância na ARIE da Granja do Ipê – DF com mananciais e córregos importante para o Distrito Federal como o Capão Preto, Ipê e Açudinho, que juntos, que deságuam no Córrego Coqueiro e abastecem o Lago Paranoá, e conforme informações apuradas por Regina Fittipaldi em 2012 baseado no relatório da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), é único com água de qualidade na bacia hidrográfica do Riacho Fundo.

Foram identificados pelo arqueólogo Eurico Theófilo Miller a presença de dois sítios arqueológicos pré-cabralinos²⁷ na ARIE da Granja do Ipê, DF, datados de 4.000 anos AP (antes do presente). Um dos sítios diz respeito a um acampamento temporário e o outro de ocupação permanente, com resíduos de cerâmica. De acordo com o arqueólogo Eurico Mille há a probabilidade de haver mais sítios que ainda não foram explorados na área. Os registros de ambos foram feitos em 1991 por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello, sendo um o *Ipê* sob a numeração DF-PA-08 no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), caracterizado “multicomponencial (lítico e cerâmico) – sítio-acampamento cerâmico sobreposto a sítio-acampamento pré-cerâmico a céu aberto, cerca de 70 m da margem esquerda do Córrego Ipê; dista cerca de 100 m a oeste do *Mineiro*” sob a numeração no CNSA DF-PA-09 a oeste do DF-PA-08 (*Ipê*)²⁸.

Como mencionado no tópico anterior está situada também nessa área a Mesa de JK medindo 9,33 m de comprimento e 4,02 m de largura, na qual “foi assentada uma plataforma retangular e construída uma mesa de concreto junto à nascente do Córrego Capão Preto, com barragens naturais/artificiais e cujo acesso se dá por escadas de pequenos degraus” (SOUZA, 2019, p. 106). Há registro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizado pela arqueóloga Margareth de Lourdes Souza em 2016 sob a numeração DF00366 e o nome “Mesa de JK” no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)²⁹.

Com isso, preocupados com as demandas apontadas, comunidades da região e parceiros institucionais se uniram para manter a ARIE da Granja do Ipê perseverada

²⁷ O período pré-cabralino marca o momento para a história do Brasil antes da chegada do navegador português Pedro Álvares Cabral, em 1500 (Fonte: TodaMatéria.com.br).

²⁸ SOUZA, 2019, p. 80.

²⁹ Cadastro Nacional de Sítio Arqueológico (CNSA)/ Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?25011>. Acesso em: 03 fev. 2021.

como mostra a reportagem de 2016³⁰ no portal de notícias G1, que destaca os esforços da equipe pedagógica do Centro Educacional Agrourbano Ipê. O contato com os alunos se faz fundamental para aumentar o engajamento e continuidade desse processo, já que é algo que não se “vê muito lá fora” como aponta uma das alunas entrevistadas. Para a aluna do terceiro ano do Ensino Médio, Karolina da Costa – atual autora desta pesquisa, é um alívio ter esse contato com a natureza e com as atividades agrárias, já que o uso de aparelhos tecnológicos no nosso dia a dia tem a tendência de distanciá-los de ações como essas.

Figura 5 – Matéria veiculada no portal G1 – DFTV (21 abril 2016)³¹

21/04/2016 11h06 - Atualizado em 21/04/2016 11h06

Grupo do DF luta para preservar mesa usada por JK em área de cerrado

Estrutura de pedra e cimento era usada em reuniões informais com equipe. Tombamento e segurança aguardam papelada; região foi criada há 30 anos.

Mateus Rodrigues
Do G1 DF

Facebook Twitter Google+ Print

Neta de fundadores, Carolina da Costa, de 17 anos, diz que as atividades agrárias praticadas na escola são um "alívio" em relação ao cotidiano lotado de tecnologias. "Na cidade, a gente fica muito exposto a esse uso dos aparelhos, e aqui a gente tem essa oportunidade de contato com a natureza", diz.

Alunos e equipe pedagógica do Centro Educacional Agrourbano Ipê, no Caub I, no Distrito Federal (Foto: Mateus Rodrigues/G1)

Moradores, professores e alunos de uma região agrária do Distrito Federal uniram esforços para ajudar a preservar um sítio histórico no Caub I, próximo ao Riacho Fundo. Conhecida como

As ações não se resumem somente a essa. São vários os projetos realizados na área como a instalação de 50 placas de sinalização para conscientizar a importância da ARIE da Granja do Ipê e o uso do local. Houve cooperação entre as

³⁰ Grupo do DF luta para preservar mesa usada por JK em área de cerrado. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupo-do-df-luta-para-preservar-mesa-usada-por-jk-em-area-de-cerrado.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

³¹ Grupo do DF luta para preservar mesa usada por JK em área de cerrado. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupo-do-df-luta-para-preservar-mesa-usada-por-jk-em-area-de-cerrado.html#:~:text=Grupo%20do%20DF%20luta%20para,de%20cerrado%20%7C%20Distrito%20Federal%20%7C%20G1&text=Estrutura%20de%20pedra%20e%20cimento,foi%20criada%20h%C3%A1%2030%20anos>. Acesso em: 02 fev. 2021.

escolas (Centro Educacional Agrourbano Ipê e a Escola Classe Ipê), os produtores rurais da região e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram).

Os projetos realizados pelas escolas voltados à ação de valorizar esse espaço que ocupam acabam também mobilizando as famílias dos alunos. Esses projetos incluem a preservação desse local enquanto patrimônio ambiental e histórico. Nessa concepção Édina Francini Simão Hack, mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), enfatiza que,

A educação patrimonial contribui para adentrarmos na história local, **de forma que possamos participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio. Conhecer a história local colabora no processo de construção da identidade, fundamental para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a busca pela preservação da memória é essencial para a valorização da identidade e da cidadania cultural de um lugar e tempo, a fim de que o passado sirva ao presente e ao futuro** (HACK, 2003, p. 37 apud SANTOS, 2015, p. 13, grifo nosso).

Para Hugues de Varine (2013, p. 137) a educação patrimonial é uma ação de caráter global, direcionada a uma população e a seu território utilizando instituições como a escola ou o museu, procurando não se identificar como tal em particular. Seu foco é o desenvolvimento local, e não uma simples aquisição de conhecimento sobre o patrimônio ou uma animação cultural. Seu intuito é fazer com que haja uma maior participação e envolvimento da comunidade a conhecer, a dominar e a utilizar o patrimônio comum dessa comunidade que está à sua disposição. A evolução do projeto vai se apoiar nas necessidades a partir das demandas do desenvolvimento do território. Varine (2013, p. 137) salienta, que não se trata de uma educação escolar mesmo utilizando a instituição educacional como ponto de partida, contudo, se torna mais acessível passar pelas crianças para alcançar os pais e o resto da população, exemplos de experiências como essas são as vivenciadas pelas escolas mencionadas acima. Para Varine são vários os agentes de educação patrimonial: inicialmente são os adultos, os pais em primeiro lugar, mas também em geral a população mais idosa, “depositária não apenas do patrimônio como também dos conhecimentos sobre os assuntos, que têm a responsabilidade e o dever desta educação” (2013, p. 143) procurando “dar o sentido profundo e o valor daquilo que transmitem, para relacioná-lo com o interesse pessoal do jovem com seu futuro” (2013, p. 143), pois, conforme o próprio Hugues de Varine,

(...) os jovens de hoje são os atores e os tomadores de decisões de amanhã. Eles devem, portanto, estar em plena posse de sua cultura viva e de suas heranças culturais e naturais para poder desempenhar seu papel de atores da comunidade e de seu desenvolvimento. É essencial que sua educação – desde a primeira infância, durante toda sua escolaridade, durante os anos de formação para a vida social e responsável e depois evidentemente ao longo de toda a sua vida – seja ancorado no patrimônio local (2013, 91).

Hugues de Varine (2013, p. 137-138), inspirado pelas teorias do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire no qual o considerava como seu mestre (SANTOS Jr.; BRITO, 2019, p. 325), aponta que a educação não é “bancária – Educação Bancária”, ou seja, onde o aluno é um “cofre vazio em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até ‘enriquecer’ o aluno” ³², e defende a “libertadora – Educação Libertadora”, que estimula e “aproxima o mundo teórico do dia a dia dos alunos, a questionarem o mundo, a pensarem em soluções, a se entenderem como parte de uma sociedade e a não se conformarem com a realidade” ³³. A concepção “libertadora” defendida por Freire vai ao encontro do que Varine defende como educação patrimonial, sendo a participação da coesão social pelo compartilhamento de um patrimônio comum. Por essa razão, Hugues de Varine convidou Paulo Freire para participar da Mesa Redonda de Santiago no Chile (1972), mas por questões políticas não compareceu ao evento (IBRAM, 2012, p. 142).

Figura 6 – Placas de sinalização feitas com ilustrações e frases de alunos para ARIE da Granja do Ipê



Fonte: Portal G1 – DFTV³⁴.

³² O que são a educação bancária e a libertadora formuladas por Paulo Freire? [dez. 2020]. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/12/01/o-que-sao-a-educacao-bancaria-e-a-libertadora-formuladas-por-p-freire.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

³³ Id, 2020.

³⁴ Moradores se unem para ajudar a preservar a Granja do Ipê, no Riacho Fundo 2. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/t/dftv-1-edicao/v/moradores-se-unem-para-ajudara-preservar-a-granja-do-ipe-no-riacho-fundo-2/6180368/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

A escola, portanto, tem a responsabilidade de propiciar a conscientização e formação de docentes, para que estejam aptos e preparados a valorizar o local social em que estão inseridos, a partir do sentimento de pertencimento, da ligação afetiva que se estabelece pelo lugar. Com isso as memórias circulam, visto que são referências para constituir a identidade que não é algo dado, não tem uma “receita de bolo” para seguir, mas como um processo dinâmico, estabelecido por diversos componentes. De acordo com Lucilia Delgado

O homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da História (2000, p. 113).

1.3 – Um lugar de lazer, cultura e turismo



Figura 7 – Matérias veiculadas nos portais do Metrôpoles³⁵ (09 set, 2015) e no blog Ser Pedalante³⁶ (07 jun. 2009).

A ARIE da Granja do Ipê tem atraído a presença de visitantes vindos de outras regiões, nos últimos anos, destaque ao ano de 2020 que coincidiu com a pandemia do Sars – Cov – 2, amplamente conhecido por doença do Coronavírus 2019 (Covid-19). A beleza natural, histórica, arqueológica e cultural tem aumentado o número de visitantes ao local. O ponto turístico citado anteriormente, faz referência a Mesa de JK usada pelo presidente Juscelino Kubitschek e sua equipe de governo durante a

³⁵ Mesa JK é ponto turístico do Riacho Fundo II. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/pelas-cidades/riacho-fundo-ii/mesa-jk-e-ponto-turistico-do-riacho-fundo-ii>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

³⁶ Mesa JK – 07/06/2009. Disponível em: <<https://serpedalante.com/2009/06/07/mesa-jk-07062009/>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

construção de Brasília, que tem sido muito frequentada por grupos de ciclistas para fazer trilhas e praticar *mountain bike*³⁷.

Pensando nisso, o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) desenvolveu um “Guia do Visitante” da ARIE da Granja do Ipê que se encontra disponível na internet, com uma breve explicação da ARIE e um mapa ilustrativo de sua localização que também sinaliza algumas interdições no uso de áreas como a essa.

Figura 8 – Guia do visitante na ARIE da Granja do Ipê



Fonte: Instituto Brasília Ambiental – Ibram, 2017³⁸.

³⁷ É um esporte em que o objetivo é transpor estradas de terras e/ou trilhas com diversas irregularidades e obstáculos de bicicleta, um ciclismo de montanha envolvendo resistência, concentração, habilidade (Fonte: Wikipedia.org).

³⁸ Disponível em: <<https://aajm.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Folder-ARIE-Guia-do-Visitante-da-AREI-Granja-do-Ipe-WEB.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

1.4 – Um patrimônio ameaçado



Figura 9 – Matérias veiculadas no portal Metrôpoles³⁹.

A ARIE da Granja do Ipê vem sendo palco de ataques pela especulação imobiliária irregular – grilagem de terras⁴⁰ que se arrasta há anos. Um lugar que guarda um patrimônio histórico, arqueológico, cultural e ambiental. As reportagens se referem a Mesa de JK como um pedaço da história de Brasília ameaçado “pela cobiça de grileiros⁴¹”. Com o uso de *drones*, é possível visualizar uma grande abertura nas terras de propriedade pública da União, colocando em risco o Córrego Capão Preto que deságua no Córrego Riacho Fundo, um afluente importante para o abastecimento do Lago Paranoá.

O portal Metrôpoles (2019) aponta que em 2017 outras invasões foram feitas muito próximas aos sítios arqueológicos pré-cabralinos presentes na região, o responsável pela ocupação ilegal chegou a ser notificado pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema) para deixar a área. Contudo, isso não ocorreu. Essas pessoas agem

³⁹ Tiros e ameaças: PF investiga grileiros em área que abriga Mesa de JK. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/tiros-e-ameacas-pf-investiga-grileiros-em-area-que-abriga-mesa-de-jk>>. Acesso em: 04 de fev. 2021.

⁴⁰ Se refere a falsificação de documentos, no qual, ilegalmente toma posse de terras devoluta (terras públicas sem destinação) e/ou de terras de terceiros (Fonte: Wikipedia.org).

⁴¹ Região que conserva Mesa de JK há 60 anos é ameaçada por grileiros. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/regiao-que-conserva-mesa-de-jk-ha-60-anos-e-ameacada-por-grileiros>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

de forma sigilosa, não colocam anúncios, só negociam pessoalmente com pessoas de confiança (Portal Metrôpoles, 2019).

Segundo informações levantadas pelo portal Metrôpoles, em 2019 já foram feitas várias denúncias à Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph), da Polícia Federal, para investigar denúncias de grilagem na ARIE da Granja do Ipê. Para Luiz Alberto de Campos, pós-doutor na área de estruturas ambientais pela Universidade Politécnica da Catalunha, Espanha, em entrevista ao portal Metrôpoles (04 mar. 2019), as demandas por habitação não acompanharam “o crescimento da população, áreas públicas começaram a ser invadidas e pontos mais sensíveis, como os protegidos ambientalmente por lei e localizados perto de nascentes, são os mais atingidos”⁴².

Figura 10 – Água que brota no local onde está a Mesa de JK na ARIE da Granja do Ipê



Fonte: Wikiloc, jan. 2018⁴³.

⁴² Região que conserva Mesa de JK há 60 anos é ameaçada por grileiros. Disponível em: <<https://www.metrolopes.com/distrito-federal/regiao-que-conserva-mesa-de-jk-ha-60-anos-e-ameacada-por-grileiros>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

⁴³ Wikiloc. Trilha mesa JK e Tonéis. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/trilha-mesa-jk-e-toneis-21915860>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Figura 11 – Tonéis de água pura – grande reservatório na ARIE da Granja do Ipê



Fonte: Wikiloc, jan. 2018⁴⁴.

Na reportagem exibida pelo telejornal local do Distrito Federal em 23 de setembro de 2020 é apresentado o caminho tortuoso até a Mesa de JK: estrada de terra de difícil acesso principalmente para quem está indo pela primeira vez, em meio a uma mata densa. As sinalizações estão pelo caminho, mas até chegar à Mesa de JK é preciso fazer uma trilha. As marcas da ação do tempo e a do homem estão presentes no monumento usado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Um dos entrevistados na reportagem, acredita que o fomento ao turismo poderia manter o local e a história de Brasília preservados e que o espaço carece de mais atenção do Poder Público.



Figura 12 – Matéria veiculada no portal G1 – DFTV (23 set. 2020)⁴⁵.

⁴⁴ Wikiloc. Trilha mesa JK e Tonéis. Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/trilha-mesa-jk-e-toneis-21915860>. Acesso em: 12 fev. 2021.

⁴⁵ DF1 Mesa de JK sofre com abandono e vandalismo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8883525/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAPÍTULO II – Antecedentes históricos: discussão das práticas museológicas comunitárias

2.1 – A Mesa Redonda de Santiago no Chile

A Mesa Redonda de Santiago no Chile foi um encontro internacional sediado na capital chilena entre os dias 20 e 31 de maio de 1972, e teve como tema central “O papel dos museus na América Latina”, com o objetivo “de pensar as especificidades dentro de uma região com experiências políticas, econômicas e culturais diversas” (SOUZA, 2020, p. 4). O evento foi realizado pela Divisão de Museus da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em parceria com o Conselho Internacional de Museus (Icom). Deve-se levar em consideração o contexto no qual o evento foi realizado no Chile no governo de Salvador Allende⁴⁶.

A Mesa Redonda de Santiago veio em consonância com a reorganização dos museus chilenos por meio do Departamento de Bibliotecas, Museus e Arquivos. Segundo Maria Esther A. Valente (2009)⁴⁷ este pode ter sido o motivo pelo qual o país se tornou sede do evento internacional, transformando-se numa referência nas discussões no que diz respeito ao compromisso social dos museus, mantendo o vínculo e o diálogo com território e atuando nas áreas de educação e desenvolvimento social.

Uma importante referência documental que conta a genealogia desse evento foi a publicação de uma coletânea de documentos por parte do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em parceria com o Programa Ibermuseus em dois volumes. Foi publicado em 2012, momento em que se comemorava o 40º aniversário de realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Reuniram-se nesta publicação documentos referentes ao evento. O primeiro volume possui cerca de 240 páginas, contém informações extensas sobre o evento, sendo elas: a programação da mesa, a agenda de horários, informações gerais para participantes, guia de preparação individual, método de trabalho, lista de participantes e expositores, sinopse das mesas de discussão, discursos proferidos, recomendações à Unesco, relatórios dos debates,

⁴⁶ Salvador Allende foi o 45.º presidente eleito do Chile democraticamente em 1970 pela União Popular (UP), a partir de uma coalizão de esquerda composta pelos partidos Comunista (PC) e Socialista (PS), pelo Partido Social Democrata (PSD), a Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu) (Aggio, 2008). Com o golpe de Estado no Chile que levou Augusto Pinochet ao poder no ano seguinte, instalou-se um governo militar e ultra liberal durante 17 anos sob apoio estadunidense, e protagonizando denúncias de mortes, desaparecimentos, e exílios e torturas de opositores políticos. (SOUZA, 2020, p. 65)

⁴⁷ Cf. SOUZA (2020).

resoluções, etc. Registros esses que foram lembrados pelas memórias dos presentes ao longo desses anos. A publicação se inicia no idioma oficial do evento – o espanhol –, mas é disponibilizada a tradução integral dos textos em português (brasileiro), francês e inglês. É importante destacar que estão digitalizadas na publicação alguns textos originais. Já o segundo volume desta publicação com cerca de 276 páginas apresenta a tradução da Revista *Museum* (volume XXV, número 3)⁴⁸, no espanhol, português (brasileiro) e no inglês, publicada em 1973, um ano após a reunião em Santiago, no qual inclui as diferentes visões e ações dos países que integraram e de seus representantes na Mesa de Santiago⁴⁹.

As questões despertadas na Mesa Redonda de Santiago no Chile davam prosseguimento às provocações sobre o papel social dos museus que já vinham sendo discutidas em diferentes oportunidades como em 10 de setembro de 1971 na 9ª Conferência Geral do Icom realizada em Grenoble na França⁵⁰, que tinha como tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã” (CÂNDIDO, 2003). A Conferência ainda definiu que o museu tem de atuar junto à sociedade, envolvendo ações voltada ao desenvolvimento social incentivando os participantes a refletir sobre os museus para além da visão cultural, mas também sob a óptica das relações socioeconômicas, que incluem o analfabetismo, a urbanização desordenada, os processos de migração entre outras questões; de modo geral está relacionada com “problemas ocasionados pelo desenvolvimentismo” (SOUZA, 2020, p. 67). Hugues de Varine “aponta a intervenção de Mário Vásquez como catalisador dos ânimos sobre um novo modelo de organização para o próximo encontro que seria realizado no Chile” (SOUZA, 2020, p. 4). Diante das provocações feitas por Vásquez em relação ao papel do museu na sociedade, foi decidido concentrar o tema na América Latina coetânea (SOUZA, 2020).

De todos os eventos realizados pela Unesco, foi a primeira vez que os convidados eram especialistas originários da própria região onde o evento estava sendo sediado, eram profissionais de museus e pesquisadores de diversas áreas

⁴⁸ Cf. IBRAM (2012).

⁴⁹ Cf. IBRAM (2012).

⁵⁰ A discussão que aconteceu na Mesa Redonda de Santiago acerca do papel dos museus na América Latina já vinha sendo refletida nos seminários regionais semelhantes que já ocorriam desde 1958 (Rio de Janeiro), a seguir em 1964 (Jos - Nigéria) e 1966 (Nova Delhi). (CÂNDIDO, v. 20 n. 20 (2003). O Icom já vinha dando uma maior atenção aos museus da América Latina, levando em conta o meio organizacional (estrutura, funcionamento, serviços técnicos e outros), profissional (formação e adequação dos profissionais às tarefas necessárias) e comunicacional (relações com a sociedade, incluindo exposições).

provenientes da Costa Rica, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Uruguai⁵¹ e representando o Brasil na Mesa Redonda de Santiago estava a museóloga Lygia Martins Costa, ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (SOUZA, 2020). Diante disso, o espanhol passou a ser a língua oficial do evento, rompendo com a tradição de predominância de manter o inglês e o francês como idiomas oficiais nas conferências até então feitas entre a Unesco e o Icom, assim assinalada por Hugues de Varine (SOUZA, 2020). Os integrantes da Mesa Redonda dispuseram de uma trajetória com o compromisso político e social do desenvolvimento nos seus países, em variadas perspectivas disciplinares. À vista disso, segundo Varine foi atribuída uma marca política ao evento, proporcionando questões aos debates e resoluções propostas (SOUZA, 2020).

Conforme a documentação do Ibram (2012), foram cerca de 20 especialistas que trabalharam como expositores ou participantes da Mesa Redonda de Santiago, e como ponto de partida foi utilizado como suporte para os debates os problemas comuns enfrentados na América Latina, com propósito de identificar possíveis soluções a serem tomadas pelos e para os museus.

(...) formato de Mesa-Redonda como novo **conceito de interação profissional entre duas as áreas de expertise envolvidas: a do museu, especificamente, e a do desenvolvimento econômico e social. Grupo que levantava a bandeira da luta não apenas para definir, mas também para gerenciar políticas que mantenham vigentes os valores dos museus como atores vivos da sociedade e sua contribuição nas áreas de educação e desenvolvimento social** (IBRAM, 2012, p. 101, grifo nosso).

O discurso feito por Raymonde Frin, então representante da diretoria geral da Unesco na inauguração da Mesa de Santiago, destaca o evento como uma oportunidade para buscar providências para o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo. A tecnologia é um componente significativo que permitiu à civilização realizar grandes progressos que não foram acompanhados pelo avanço cultural. Esse cenário provocou “um desequilíbrio entre os países que alcançaram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que continuam à margem do desenvolvimento, relegados ao esquecimento ao longo de sua história” (IBRAM, 2012, p. 137).

⁵¹ Cf. IBRAM (2012).

Estão presente nas resoluções “o papel dos museus na garantia do ‘desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico’ ou apontamentos a respeito da necessidade de criar instituições voltadas ao desenvolvimento econômico e social” (IBRAM, 2012, p. 116 apud SOUZA, 2020, p. 9). Os temas de debates e os expositores responsáveis por cada assunto, ficaram da seguinte forma⁵²:

1. “Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola”, designado a Enrique Enseñat, engenheiro da Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá.
2. “Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico”, designado a Mario Teruggi, chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia do Museu de la Plata, na Argentina.
3. “Os museus e os problemas sociais e culturais”, designado a Jorge Hardoy, arquiteto do Instituto Di Tella, na Argentina.
4. “Os museus e a educação permanente”, designado a César Picón, diretor de Educação Escolar e Geral do Ministério da Educação do Peru.

Diante dos discursos de cada debatedor responsável pelos temas mencionados acima, evidenciaram-se alguns pontos. Enrique Enseñat demonstra em seu discurso a preocupação com “obstáculos” quanto ao desenvolvimento global enfrentado pelas comunidades rurais, são eles: analfabetismo, precariedade no trabalho, baixos salários e insalubridade, seriam causados pelo não compartilhamento de “privilégios latifundiários”, para Enseñat era necessário “criar novas formas de propriedade, redistribuir a receita oriunda da agricultura e adotar uma nova política em relação à estrutura de governo” (IBRAM, 2012, p. 122). Sendo assim, o desenvolvimento rural defendido pelo mesmo são recursos e serviços que garantem padrões de vida elevados e efetivo exercício da cidadania (IBRAM, 2012, p. 116). O peruano César Picón Espinoza chama a atenção para rever a organização do sistema educacional levando em consideração as circunstâncias política e social, “o sistema educacional deve se conscientizar do seu compromisso nesse sentido” (IBRAM, 2012, p. 133). Espinoza salienta que essa afirmação não quer dizer que se estabeleça um modelo único a toda a América Latina, numa espécie de “solução uniforme”, sendo que cada país possui suas particularidades a serem atendidas (IBRAM, 2012, p. 133). As

⁵² Cf. IBRAM (2012).

questões da influência colonial se fizeram presentes na fala de Jorge Hardoy, que critica o processo de colonização como sendo uma “referência histórica para os modelos de cidade e experiências políticas constituídas na América Latina” (SOUZA, 2020, p. 7). Além do mais, Hardoy alerta que a distribuição das atividades econômicas estaria concentrada em poucos centros, e que não dependia apenas das demandas financeiras e tecnológicas da indústria moderna, mas também da centralização de ferramentas culturais (abrangendo museus) nessas localidades centrais. Jorge Hardoy ainda enfatiza que o desenvolvimento urbano não acompanhou o crescimento das cidades, onde teria que vir acompanhado de construção de moradias, escolas ou hospitais, sistemas de saneamento básico, mobilidade urbana, etc., ou seja, “a noção de desenvolvimento empregada na América Latina dizia respeito exclusivamente ao sentido de desenvolvimento econômico – expressado por economistas em cargos-chave nos órgãos nacionais de planejamento” (SOUZA, 2020, p. 7). Já na fala do argentino Mario Teruggi, que ficou designado para o tema “Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico”, constatar que a “América Latina foi, como um todo, afetada pela pobreza” (IBRAM, 2012, p. 133), mas ressalta que a região possui “enormes potencialidades que a incentivaram a reagir e envidar os esforços necessários para realizar suas ambições” (IBRAM, 2012, p. 133), para isso acontecer seria necessário formar um grupo de especialistas multidisciplinar e alcançar um resultado adequado. Teruggi também evidencia que a concepção de Museu Integrado não acarretaria criar novos museus, e sim transformar as respectivas exposições realizadas pelas instituições oferecendo novas abordagens por parte dos museus. Com isso haveria interação com a comunidade em relação ao seu ambiente natural e cultural, onde no museu “o homem seria mostrado juntamente com o seu ambiente” (IBRAM, 2012, p. 132).

Ao longo das discussões traçadas pela Mesa de Santiago, nota-se uma preocupação quanto aos problemas econômico-sociais na América Latina e a mobilização de críticas direcionadas ao modelo de “modernização” que atravessariam a realidade dos museus que passariam a atuar para além das suas instalações. Diante dessas provocações e ideias levadas pela Mesa de Santiago, chegaram à conclusão que para o museu se assegurar de forma adequada como um “fator de mudança social⁵³”, era preciso assumir uma postura mais sensível acerca das necessidades

⁵³ IBRAM, 2012a: 123.

apresentadas pela comunidade e igualmente das questões específicas, fossem elas locais, regionais ou internacionais. À vista disso, foram colocadas em meio aos debates do evento as expressões: “Museu Integral” e “Museu Integrado”. O “Museu Integral” ultrapassa os aspectos de um museu tradicional, a fim de melhor suprir a carência de pessoal e proporcionar uma vitalidade cultural para comunidade na qual está inserido. O “Museu Integrado” refere-se a alguma coisa já estruturada, “como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior” (IBRAM, 2012, p. 103). Salienta-se que a expressão “Museu Integral” manifestada no evento como sendo a mais categórica, propondo um novo modelo conceitual de museu pautado na transformação da sua atuação, com maior integração e contribuindo com o engajamento da comunidade, ou seja, uma abordagem integrada que segundo Souza (2020) veio “em resposta a um suposto distanciamento dos museus tradicionais em relação às assimetrias econômicas e sociais vivenciadas pela América Latina a partir do processo de colonização” (p. 67).

Cabe citar que a presença de Paulo Freire, uma referência simbólica e muito importante no desempenho de alfabetização com seu amplo conhecimento pedagógico, se fez presente na Mesa de Santiago do Chile com o convite feito por Hugue de Varine que “se dizia claramente influenciado” (SOUZA, 2020, p. 14), para debater sobre a possibilidade de seus conceitos e métodos serem adaptados às práticas museológicas e museográficas (VARINE apud CHAGAS, 1996 apud SOUZA, 2020). Mas por questões puramente políticas, a presença de Freire foi indeferida pelo delegado brasileiro na Unesco (IBRAM, 2020, p. 143). Mesmo assim, se mantiveram as discussões de pensar as condutas do museu nos problemas relacionados às especificidades latino-americanas como a desigualdade social (SOUZA, 2020). Relacionar as teorias de Paulo Freire, com relação à pedagogia libertadora, ao conceito de Museu Integral como sendo algo que vai estar integrado às estruturas sociais de um território, parte do “princípio de transformação da sociedade nas suas estruturas desiguais e de opressão a partir de uma práxis libertadora, numa correspondência objetiva entre o pensamento freiriano e as práticas museológicas” (LIMA, 2014 apud SOUZA, 2020, p. 16).

Diante das Resoluções da Mesa de Santiago consolidadas na Declaração de Santiago no Chile, ficou estabelecida a importância de mudanças institucionais no âmbito dos museus e que deveria ampliar seu alcance, procurando tratar de assuntos

referente aos problemas urbanos e rurais por meio de exposições e a necessidade de investir em novos museus em áreas rurais, sendo assim um meio de propagar melhorias que se integrassem à comunidade e com a participação dos profissionais de museus. A documentação ressalta a necessidade urgente de qualificação profissional para o trabalho nos museus.

Diante dos desdobramentos e pelas provocações da Mesa de Santiago do Chile, é criado em 1985⁵⁴ em Portugal o Movimento Internacional por uma Nova Museologia (Minom), que estimula diferentes museus “para o intercâmbio e o desenvolvimento de teorias e reflexões inovadoras no campo da Museologia Social, vem estimulando e apoiando as experimentações e os processos museais inovadores” (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2013, p. 430), atuando “em consonância com a comunidade numa perspectiva social e endógena, cada vez menos centrada na ‘sacralização’ dos objetos de acervo e mais focada na relação comunitária” (SOUZA, 2020, p. 4). Na opinião de Mário Chagas (2007, p. 219), o alargamento do campo do patrimônio foi essencial para a organização do Minom na década de 1980. O Minom entende que a Mesa de Santiago passa por uma reconfiguração por conta da Sociomuseologia ⁵⁵, assume uma postura de preocupação e de desenvolvimento com a sociedade.

2.2 – Museu Integral e Museu Integrado

Como já foi apresentado, o ano de 1972 foi marcado pelo encontro internacional em Santiago do Chile que reuniu diretores de museus latino-americanos e especialistas de diferentes áreas do campo do desenvolvimento, culminando na Declaração de Santiago e nas discussões dos conceitos de museu integral e museu integrado (IBRAM, 2012). As discussões foram motivadas pelos problemas em nível local, regional e global revelados pela sociedade da época sobre desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Em virtude dessas provocações, participantes da Mesa Redonda de Santiago do Chile chegaram à conclusão da necessidade dos museus se adequarem a essa nova realidade, já que segundo eles há carências de museus em muitos espaços e para aqueles já consolidados não contemplavam

⁵⁴ CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS (2013).

⁵⁵ Cf. IBRAM (2012).

temáticas relacionadas e vivenciados nas zonas rurais ou sobre a desigualdade da urbanização dos países latino-americanos. (SOUSA, 2020; IBRAM, 2012)

A partir das questões apontadas e pensadas na América Latina, os participantes da Mesa de Santiago desenvolveram a proposta de um tipo de museu, “no qual o homem seria mostrado juntamente com o seu ambiente” (IBRAM, 2012, p. 130) e os problemas urbanos e rurais seriam parte integrante da organização de exposições. O argentino Mario Teruggi, participante da Mesa de Santiago, propôs a criação de novo museu, que inicialmente seria chamado de “Museu Social”, mas durante o evento as expressões “Museu Integral” e “Museu Integrado” ganharam maior notoriedade. A ideia de Museu Integral ganha corpo, forma e identidade, estendendo-se a todas as modalidades de museus, isso se deu em decorrências da Declaração de Santiago (1972).

As duas expressões são citadas no documento da publicação do Ibram (2012). É possível observar uma analogia entre as duas, como se tivessem o mesmo conceito. Todavia, diante das resoluções apresentadas na documentação, é possível delinear diferenças entre uma e outra (SOUZA, 2020).

- **Museu Integral:** Corresponde a sua totalidade, ao total, possui todos os componentes.
- **Museu Integrado:** Algo que se integrou, incorporou, que foi incluído.

Observa-se que as duas expressões explicitam contextos diferentes quando aplicados na prática. O “Museu Integral” poderia expressar a relação entre os aspectos que compõem a realidade de um território (natureza, comunidade, tempo e lugar). O “conceito de ‘Museu Integral’ já revelaria a potência de um rompimento decolonial com a lógica epistêmica – e política – fundante dos mecanismos moderno-coloniais” (SOUZA, 2020, p. 13). Esse modelo de museu faz com que a estrutura organizacional da instituição seja ampliada, abordando problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico e educação, visto que, é um “instrumento de diálogo entre diferentes forças sociais e a parceria com as comunidades” (IBRAM, 2012, p. 9).

Em relação ao “Museu Integrado”, remete-se à ideia de algo que vai integrar alguma coisa já estruturada, vai se incorporar a ela. Segundo Souza (2020, p.13),

a condição de colonialidade da América Latina, seria possível interpretar que o museu integrado não propõe uma ruptura à ordem estabelecida, mas evoca a vontade de fazer [ainda mais] parte do ambiente estruturado nas assimetrias do “sistema-mundo-moderno-colonial” (apud QUIJANO, 1988; WALLERSTEIN).

Teruggi em seu discurso na Mesa de Santiago aponta que a ideia de Museu Integrado “não envolveu realmente a criação de novos museus, mas sim uma mudança no enfoque das exposições organizadas em museus existentes” (IBRAM, 2012, p. 133). E nas recomendações para a Unesco, os integrantes da Mesa de Santiago identificam a necessidade de “uma nova abordagem para a ação dos museus, a saber, o museu integrado, destinado a oferecer à comunidade uma visão integral do seu ambiente natural e cultural” (*idem*, p. 139).

A Declaração de Santiago (1972, p.1-4) é um documento muito importante para essa discussão e a criação da Nova Museologia. Congrega um conjunto de reflexões para o campo com algumas recomendações, são elas: a mutação dos museus na América Latina e a criação de um novo tipo de museu, o chamado “Museu Integral”. De acordo com a Declaração de Santiago, o Museu Integral deve agir em âmbito regional (parece ser mais adequado para essa ação), correlacionar o passado e o presente, concorrer para as transformações das comunidades, atendendo às necessidades, colaborem para o conhecimento, para a recuperação do patrimônio natural e cultural da América Latina, evitando que seja separado e tornando suas coleções mais acessíveis. Também está presente na Declaração, a criação de uma proposta de rede latino-americana de profissionais de museus, a Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), retornado o empenho social dos museus à participação e capacitação profissional para o trabalho nos museus. No entanto, o projeto não foi adiante em razão do momento político do qual a América Latina estava passando.

Importa pontuar que o Minom “teve e tem um papel importante em enfatizar a dimensão política do conceito do museu integral, isto é, museu como ação, como um instrumento a serviço da sociedade e envolvido na solução de seus problemas” (IBRAM, 2012, p. 9). O museu vai atuar juntamente e em sintonia com as relações sociais, as necessidades, seu espaço, tempo e a memória, que se estabelecem nesse meio de forma aberta e plural.

2.3 – A Nova Museologia

Segundo Bruno Brulon (2015, p. 12.), a expressão *Nova Museologia* passou a circular na segunda versão do artigo “Museologia” escrito pela primeira vez por Germain Bazin em 1981 para a *Encyclopaedia Universalis* e reescrita por André Desvallées, que segundo ele o “novo” faz referência a “moda” que explorava das “novas” doutrinas (DESVALLÉES, 2015, p. 36), “(as novas matemáticas, a nova história, a nova filosofia, etc.) pensei que era pertinente designar assim todas as iniciativas que caminhavam em direção a uma renovação dos museus e da museologia” (DESVALLÉES, 2015, p. 131-150). O texto original de acordo com o próprio Bazin, não trazia nada de inovador (BRULON, 2015, p. 12). O texto atualizado traz o uso do termo “Nova Museologia”, além de evidenciar os antecedentes históricos (BRULON, 2015, p. 12).

Um documento indispensável nessa discussão é a Declaração de Quebec (1984)⁵⁶. Nela, estão registrados os princípios que devem guiar as ações para uma Nova Museologia adotados por parte dos novos museus que surgiram na década de 1970, (os ecomuseus, os museus comunitários, etc.), tipologia essa que tinha em comum a preocupação com a preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento social. A declaração também prevê: integrar a sociedade em suas ações, por meio da interdisciplinaridade e de uso de métodos modernos de comunicação e gestão; adota o conceito ecológico de comunidade (da territorialidade); da exclusiva preservação do objeto para a promoção e/ou desenvolvimento social; e reconhece as linhas de ação do Minom⁵⁷.

André Desvallés reconhece a Nova Museologia como um movimento que teve origem na França em meados dos anos 1980, que amplia e transforma a área de atuação museológica, voltando-se para um propósito mais social e de caráter interdisciplinar, em especial se dedicando aos novos modelos de museus surgidos na década de 1970 (DESVALLÉES, 2015b, p. 51-64). O quadro a ser apresentado, mostra possíveis acontecimentos que segundo Desvallées marcaram o início da Nova Museologia. Salienta-se que a “antologia não dá conta de tudo que se refletiu e produziu no campo da Nova Museologia” (CÂNDIDO, 2003, p. 34). São eles:

⁵⁶ Documento final do Atelier Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, realizado nas províncias canadenses Québec em outubro de 1984.

⁵⁷ DECLARAÇÃO DE QUEBEC (1984).

Quadro 1 – Acontecimentos apontado por Desvallées que marca o início da Nova Museologia

Ano	Ocorrências
1946	Pode-se ainda considerar, de acordo com Desvallées, que as idéias da Nova Museologia estiveram subjacentes a todos os escritos de Georges Henri Rivière e especialmente de Hugues de Varine, diretores do ICOM a partir de 1946 e de 1962, respectivamente.
1957	Surgimento do livro de <i>Freeman Tilden</i> sobre a interpretação do patrimônio, que permite a renovação da Museologia dos centros de interpretação.
1966	Jornadas de <i>Lurs</i> (França), que originaram a criação de diversos museus de sítio nos anos seguintes e a gestação do conceito de ecomuseu, mais tarde formulado por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine.
1966	Reunião de <i>Aspen</i> , Colorado (Estados Unidos), onde <i>Sidney Dillon Ripley</i> , da <i>Smithsonian Institution</i> , lança a ideia de um experimento de museu de vizinhança e resolve financiar a iniciativa de <i>John Kinard</i> em <i>Anacostia</i> .
1967-1969	Nos Estados Unidos, a data fundadora poderia ser tida como o novembro de 1969, no seminário sobre museus de vizinhança, onde participaram, entre outros, <i>Emily Dennis-Harvey</i> , animadora do <i>Brooklyn Children's Museum</i> e <i>John Kinard</i> , que fundou, em 1967, <i>Neighborhood Museum</i> de <i>Anacostia</i> , em <i>Washington</i> .
1982	Criação da associação Museologia Nova e Experimentação Social (MNES).
1971	A 9ª Conferência Geral do ICOM, realizada entre Paris, Dijon e Grenoble, com o tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”.
1971	O primeiro anúncio público do termo ecomuseu (Dijon, 1971), por Robert Poujade, prefeito da cidade e primeiro ministro francês a ser encarregado do meio ambiente.
1972	Mesa-Redonda de Santiago do Chile;

Fonte: Cândido, 2003 p.33-34.

Chamo atenção para as observações de Peter Van Mensch, um dos estudiosos desta questão. Segundo ele existiam duas revoluções. A primeira aconteceu no final do século XIX e dizia respeito à criação de organizações profissionais, códigos de ética e associações de amigos dos museus etc., além de mudanças significativas na linguagem expositiva, fazendo uma “limpeza visual” (CÂNDIDO, 2003, p. 37) com objetivo de proporcionar uma melhor visualização dos objetos, deixando os espaços menos cheios. Baseado nas reflexões suscitadas por Van Mensch, Cândido (2003) pensa a Nova Museologia como sendo a segunda revolução, apontando como a contribuição mais relevante da América Latina para o pensamento museológico internacional, as resoluções tomadas na Mesa Redonda de Santiago do Chile (a noção de museu integrado).

É ainda Van Mensch que esclarece a multiplicidade de significados atribuídos à expressão Nova Museologia. Segundo ele, Mills e Grove utilizaram-na em

1958 para referirem-se aos avanços na Museologia naquela época nos Estados Unidos. Benoist, tê-la-ia utilizado, com grande recuo no tempo, para tratar do que ele chama de 1ª revolução dos museus, na passagem do século. Desvallées a empregaria em aditivo de 1980 ao capítulo de uma enciclopédia redigida por Georges Henri Riviére. E Vergo, em 1989, lançaria tal expressão no sentido de “*novas tendências da Museologia*”. A predominância do significado dado por Desvallées deveu-se, no seu entender, à grande utilização daquele texto na França, especialmente por museólogos que se opunham à prática dos antigos curadores e que em seguida criaram a M.N.E.S. Van Mensch chama a atenção, assim, para a relação entre Nova Museologia e experimentação social na ideia de Desvallées. A orientação da M.N.E.S. e do MINOM, que surgiria no seu rastro, teria aí sua origem. Ambas as organizações reivindicam que a interpretação para o termo Nova acarrete mais que inovações teóricas ou práticas, uma tomada de novas atitudes: novas funções para os museus e novos papéis para os museólogos (CÂNDIDO, 2003, p. 38, grifo do autor).

Segundo Cândido (2003) a partir das perspectivas de Peter Van Mensch, foi em decorrência da Nova Museologia que se desenvolveram os museus integrados, os museus comunitários, os museus de vizinhança e os ecomuseus. Desvallées (1992, apud CÂNDIDO, 2003, p. 39) menciona as primeiras iniciativas pautadas nessa nova vertente, são elas: *Anacostia Neighborhood Museum* em Washington, Estados Unidos da América de 1967; *Casa del Museo* – a partir do Museu Nacional de Antropologia do México; os parques naturais de *Armorique (Finistère)* e da Grande Lande (Landes), ambos na França, e os museus a céu aberto que se tornaram os primeiros ecomuseus em *Ouessant* (1968) e *Marquèze* (1969).

São estas novas formas de museus, onde a interpenetração dos diferentes domínios supera a anterior organização tipológica e a visão fragmentada, que Georges Henri Riviére defende. Esta relação imbricada entre homem, natureza e cultura é que dá o tom de uma abordagem **ecológica**, isto é: integrada (CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA nº 20, 2003, p. 39, grifo do autor).

Para a museóloga brasileira Maria Célia T. M. Santos (2002), a Nova Museologia pode ser caracterizada como um movimento, em processo de “renovação, contribuindo, efetivamente, com o enriquecimento do processo museológico e, sobretudo, com um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades” (SANTOS, 2002, p.128), populações e empenhado na questão e no comprometimento relacionado com o desenvolvimento social. Santos ressalta que o “*O Movimento da Nova Museologia*” (SANTOS, 2002, p. 129) contribui para o desenvolvimento constante da ciência museológica. É um dos momentos mais “significativos da Museologia Contemporânea” (SANTOS, 2002, p. 94), por estar ancorado em uma proposta transformadora, “nos fazendo compreender que há formas diferentes de administrar museus e desenvolver processos museais” (SANTOS, 2002, p. 129). Uma

Museologia “que está aberta às múltiplas realidades, ao crescimento do técnico, que passa a reconhecer seus limites e abre-se para o crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades” (SANTOS, 2002, p. 129). A museóloga enfatiza as grandes contribuições trazidas para a construção do conhecimento de toda área da Museologia, e, inclusive, os museus. Maria Célia Santos (2002, p.115-117) apresenta a diversidade de processos museais desencadeando pelo movimento da Nova Museologia, são os: museus comunitários, ecomuseus, os museus de vizinhança, etc., que ela caracteriza como uma “museologia ativa” (SANTOS, 2002, p. 116), que demonstram a relação do homem com o meio, isto é, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e espaço (SANTOS, 2002).

Alice Duarte (2013, p. 108) afirma que diante das transformações provocadas nos anos de 1960 e 1970 a situação era merecedora de debate e renovação. Duarte compreende o movimento Nova Museologia como responsável por uma “viragem teórica e reflexiva” (DUARTE, 2013, p. 108) da Museologia contemporânea, entendendo as problemáticas e às renovações museológicas com “larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos foram centrais para a renovação dos museus do século XX, como o serão ainda para a renovação dos museus do século XXI” (DUARTE, 2013, p. 112).

Para Hugues de Varine (2013, n.p.) a Nova Museologia pode ser aplicada em dois princípios. 1º) As concepções discutidas na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), a respeito da função social do museu que envolve a participação dos profissionais de museus e da sociedade; 2º) Reconhecimento dos saberes de cada indivíduo que corresponde ao princípio empírico defendido pelo pedagogo Paulo Freire, um princípio clássico do movimento local, ligados aos modelos desenvolvimentistas, fundamentado na ideologia do pedagogo⁵⁸.

Os argumentos aqui apresentados de variados autores(as) evidenciam que a Nova Museologia é um movimento que manifesta o espírito de acontecimentos (transformações sociais, econômicas e culturais) que estavam efervescentes durante e após a década de 1960. Diante de um novo cenário democrático na década de 1970, profissionais de museu de forma participativa desenvolveram novas interfaces,

⁵⁸ Isso explica um dos motivos do convite feito por Hugues de Varine a Paulo Freire para compor as discussões da Mesa Redonda de Santiago no Chile.

caracterizando a Nova Museologia, um movimento, como mencionado pelos autores. Peter Van Mensch menciona “revolução” ao refletir sobre a Nova Museologia, dado o seu impacto.

O movimento Nova Museologia trouxe mudanças teóricas e metodológicas ao campo museológico. O território como um todo passa a ser uma “ferramenta” de integração e diálogo; “novos fazeres museais” são reconhecidos (ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc.); uma gestão participativa; a valorização e preservação do patrimônio e dos saberes⁵⁹; e o desenvolvimento social, pessoal e coletivo da comunidade no qual o museu está inserido.

2.4 – A Museologia Social

O museólogo português Mário Moutinho escreveu em 1993 um ensaio para compor a primeira edição dos *Cadernos de Sociomuseologia*, a fim de refletir “Sobre o Conceito de Museologia Social”. Segundo Moutinho, a Museologia Social se “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993, p.7). Logo em seguida, Moutinho menciona o discurso de Frederic Mayor (MOUTINHO, 1993, p.7), então diretor geral da Unesco, no pronunciamento de abertura da XV Conferência Geral do Icom (1989), realizada em Haia, na Holanda, reconhece e incentiva a Museologia Social como um,

fenómeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural - quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da **crescente tomada de consciência cultural como reação às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais tem no plano das instituições**, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus. Esta evolução é, evidentemente, tanto qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, **obcecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonômicos, têm cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social.** (MOUTINHO, 1993, p. 7, grifo nosso).

As transformações apontadas seriam aplicadas aos “museus comunitários, museus ‘*sans murs*’⁶⁰, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as

⁵⁹ Princípio empírico definido pelas ideologias de Paulo Freire.

⁶⁰ Tradução do original por Karolina Abrantes: “sem paredes”.

possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna” (MOUTINHO, 1993, p. 7, grifo nosso).

Segundo Moutinho (1993), a Museologia Social é uma concepção que traduz uma mudança no campo museológico, de seus conceitos orientadores. Isso sucedeu devido às resoluções apresentadas na Declaração de Santiago no Chile (1972) e reiteradas na Declaração de Caracas (1992)⁶¹, marcando o progresso da área de museus dentro do seu contexto social. Portanto, é necessário capacitar os profissionais da área. Essa transformação vai ao encontro da participação comunitária, não enquanto público, mas como membros ativos na tomada de decisões e atividades; ampliar a noção de patrimônio; empregar o uso de novas tecnologias da informação e da museografia como um “meio autónomo de comunicação” (MOUTINHO, 1993, p. 8).

A definição de 1993 trazida pelo museólogo português evidencia a formação para as pessoas que estão envolvidas e inseridas com esses processos museológicos. Diferente do ensaio citado acima, em uma entrevista concedida a Ana Carvalho (2015), Mário Caneva Moutinho responde sobre a utilização dos termos Nova Museologia, Museologia Social e o conceito de Sociomuseologia. Moutinho argumenta que a Nova Museologia é uma constatação de uma prática. Essa nova prática tem como documento mais importante a Declaração de Santiago do Chile (1972). O museólogo explica que quando essa prática era de fato aprofundada a uma reflexão, tornou-se necessário buscar diferentes áreas do conhecimento (dentro das ciências sociais), onde encontrar-se-ia uma profundidade conceitual muito mais elaborada do que era a Nova Museologia. Enquanto a “Nova Museologia” seria uma bandeira, a Sociomuseologia “é uma área de conhecimento que tem a ver com a enorme maioria dos museus que há no mundo” (CARVALHO, 2015, p. 257, entrevista) e está vinculada ao reconhecimento da Museologia como “área das ciências sociais”

⁶¹ A Carta de Caracas (1992) se refere ao Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, inscrito no Programa Regular de Cultura da UNESCO para a América Latina, realizado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992. No qual contou com a presença de um grupo seletivo de personalidades envolvidos com museus de variadas funções e países latino americano, com objetivo de refletir sobre a missão atual dos museus e seu entorno social, político, econômico e ambiental. Um trabalho coletivo que conta em primeiro lugar com os trabalhadores de museu, em particular seus diretores, os museus devem assumir a dinâmica da mudança e preparar-se para enfrentar com êxito esta transcendente oportunidade. Este novo enfoque envolve, por igual, as instâncias de poder, em especial o poder político, cuja decisão facilitará o cumprimento desta nova missão do museu (DECLARAÇÃO DE CARACAS – ICOM, 1992).

(*idem*, p. 257, entrevista). Antes disso, a Museologia era “essencialmente uma técnica” (*idem*, p. 257, entrevista), mas “pela realidade do mundo que mudou, há uma densificação do conhecimento que levou à construção de uma *Sociomuseologia*” (*idem*, p. 258, entrevista). O museólogo ainda diz que “a Museologia Social, se pudermos ainda fazer [o paralelo], a Museologia Social é um pouco a Nova Museologia” (*idem*, p. 258). A Sociomuseologia é uma “área dentro das ciências sociais” (*idem*, p. 258), vai analisar os ramos destas ciências que apresente uma soma de características, uma delas muito importante “é a de assumir a interdisciplinaridade como base para esta reflexão” (*idem*, p. 258). Segundo Moutinho, as ciências sociais se fazem indispensáveis para entender os variados “processos sociais” (*idem*, p. 258). Esses processos sociais estão em constante mudanças, indo ao encontro dos princípios da Sociomuseologia que se mostra “capaz de se transformar e evoluir à medida que a mudança também vai acontecendo” (*idem*, p. 258).

Diferente de Mário Moutinho que diferencia o conceito de Museologia Social e Sociomuseologia, Mário Chagas e Inês Gouveia enfatizam que “para todos os efeitos, a presente publicação considera a Museologia Social e a sociomuseologia como sinônimos. A diferença ainda não investigada em profundidade, estaria na ênfase e no ponto de partida” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 16). Chagas e Gouveia discorrem que a “expressões Museologia Social e Sociomuseologia foram registradas oficialmente” (*idem*, p.14), na “Ordem de Serviço nº 27, de 26 de maio de 1993, do Instituto Superior de Matemática e Gestão (no qual deu origem à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia), de Lisboa, Portugal” (*idem*, p.14), que foi “assinada por Fernando Santos Neves, com o objetivo de criar um Centro de Estudos de Sociomuseologia (CESM)” (*idem*, p.14). Salienta-se que a denominada Nova Museologia já abrigava desde de sua origem, os nomes: Museologia Popular, Museologia Ativa, Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Crítica, Museologia Dialógica, etc. (*idem*, p.15-16). Mas diante da “perda de potência da expressão nova museologia contribuiu para o fortalecimento e a ascensão, especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia” (*idem*, p. 16).

Para Mário Chagas e Inês Gouveia (2014, p. 16), a Museologia Social é uma Museologia que está empenhada na redução das injustiças e desigualdades sociais; coloca-se em prol do combate aos preconceitos, busca a melhoria da qualidade de

vida coletiva, o fortalecimento da dignidade e da coesão social, a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais (contemplando os movimentos LGBTQIA+⁶², o MST⁶³ e outros). Os autores enfatizam que nem toda a Museologia é social, pois não está comprometida com as questões aqui demonstradas.

Acrescento que nem sempre quem faz o uso dos termos Nova Museologia, Museologia Social, Sociomuseologia estão empenhados politicamente e aplicando as questões abordadas aqui. No entanto, há muitos profissionais de museus que não utilizam o substantivo *social* e estão comprometidos com as causas aqui defendidas. Tendo em conta a discrepância quanto ao *novo* (SANTOS, 2017).

2.5 – A concepção de Ecomuseu

Diante da sistematização apresentada, manifestaram-se novas experiências museológicas, sendo uma delas o Ecomuseu. O termo Ecomuseu foi criado por Hugues de Varine em 1971, durante um almoço ao lado de Georges Henri Rivière, que estava como consultor premente do Icom e Serge Antoine, o então conselheiro do Ministério do Meio Ambiente (BRULON, 2015, p. 280). Termo que iria relacionar museu e meio ambiente. Circunstância que gerou novos rumos e caminhos para pesquisa museológica, cuja importância já tinha acabado de ser reconhecida, mas só seria confirmada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (ONU) que ocorreu entre 5 e 16 de junho de 1972, na capital da Suécia, Estocolmo, mesmo com a ocorrência da Mesa Redonda de Santiago no Chile, em maio de 1972. Várias combinações silábicas foram propostas até que chegaram no termo “Ecomuseu”, que foi usada pela primeira vez em Dijon, França em 3 de setembro de 1971, num discurso feito para 500 museólogos e museógrafos de todo o mundo (BRULON, 2015, p. 280).

Segundo Bruno Brulon (2015, p. 281), Jean Blanc (1917-2000) cria a primeira definição de ecomuseu em um Colóquio Internacional “Museu e meio ambiente”, que aconteceu em Bordeaux, Istres e Lourmarin em 1972, organizado pelo Icom. Blanc

⁶² O significado de cada letra da sigla LGBTQIA+: L = Lésbicas; G = Gays; B = Bissexuais; T = Transexuais; Q = Queer; I = Intersexo; A = Assexual; + = Incluiu outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

⁶³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(1972) que define como um “‘museu específico do meio ambiente’, que funcionava como um ‘elemento de conhecimento’ de um conjunto de relações no espaço através do desenvolvimento histórico dessas relações”.

Despertado pelas ideias de Jean Blanc desde 1960, Georges Rivière manifesta sua visão “clássica” (BRULON, 2015, p. 281) fundamentada no modelo de museu a céu aberto localizado no norte da Europa. Rivière criou três definições para o ecomuseu, chamadas de “evolutivas”, são elas:

1ª) Publicada em outubro de 1973: um “‘instrumento de informação e de tomada de consciência’, já considerando a sua evolução permanente ‘da qual a população participa’” (Rivière, 1992 [1971-1980]:440 apud BRULON, 2015, p. 281), aqui ele designa o ecomuseu como um “museu ecológico”;

2ª) Publicada 3 de junho de 1978: uma “‘estrutura nova, experimentada e concretizada, inicialmente, nos parques naturais franceses’, entre 1968 e 1971, mas que já se desenvolvia em outros territórios como um ‘laboratório de campo’” (Rivière 1992 [1971-1980]:442 apud BRULON, 2015, p. 281);

3ª) Última e mais conhecida, estabelece o ecomuseu como: “*laboratório, como conservatório e como escola, e coloca em primeiro plano a diversidade das populações que fazem dele o seu espelho*” (Rivière 1985 [1980]:183 apud BRULON, 2015, p. 281, grifo do autor).

Baseado nas concepções defendidas por Georges Henri Rivière, o ecomuseu é “um instrumento de autoconhecimento para a prática de uma museologia experimental com base no *patrimônio local*, visto como um conjunto integrado” (BRULON, 2014, p. 282, grifo do autor). Já para Hugues de Varine a estrutura do ecomuseu parte da população, “nasce, então, de uma análise precisa da comunidade em sua estrutura, em suas relações, em suas necessidades” (Varine 1992:458 apud BRULON, 2014, p. 283). Ambos os pontos de vista iriam se complementar. A princípio, Varine nos “primeiros estágios de existência” (BRULON, 2014, p. 284) do ecomuseu, acreditava que não haveria visitante e sim atores e gestores (membros da própria comunidade). Ideia que vai contra as definições trabalhadas por Rivière, que apoiava a participação de um público externo junto aos ecomuseus.

O francês Hugues de Varine em 1973⁶⁴ estabeleceu dois tipos de museu de uma mesma categoria, são eles: Ecomuseu de Meio Ambiente e o Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário. O Ecomuseu de Meio Ambiente, seria uma modernização dos “museus ao ar livre” e das “casas dos parques”, “abrange grandes porções territoriais, a população é considerada objeto de estudo e público privilegiado da ação educativa” (*idem*, p. 103-104). Em relação ao Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário, teria um “caráter mais experimental, tem ‘origem e essência comunitária’” (*idem*, p. 103-104), nesse, a comunidade atua na sua gestão, é sujeito de ação, pode contar com apoio de coletividades organizadas. Segundo Varine, a primeira definição demonstra o desenvolvimento do conceito de museu, porém não tem correlação com a Mesa de Santiago, enquanto a segunda definição foi resultado das resoluções de Santiago (*idem*, p. 103-104), muito semelhante à última definição elaborada por Rivière.

Neste quadro, podemos analisar a definição do historiador da arte francês Jean Clair apresentada em seu livro *Les origines de la notion d'ecomusée – As origens do conceito de ecomuseu* de 1976, onde o autor descreve o ecomuseu como:

Museu do espaço e museu do tempo, ele se ocupa de apresentar, por sua vez, as variações de diversos lugares num mesmo tempo, de acordo com uma perspectiva sincrônica, e as variações de um mesmo lugar em diversos tempos, de acordo com uma perspectiva diacrônica (CLAIR, 1976, p. 2-4 apud BRULON, 2008, p. 26).

O conceito ecomuseu foi criado por Hugues de Varine a partir das ideias que já vinham sendo abordadas por Rivière, pensamento que ia ao encontro do que já estava presentes naquilo que Varine articulou: “um museu ecológico – ou seja, do homem e da natureza, relativo a um território sobre o qual vive uma população” (DESVALLÉES, 1992, p. 441-445 apud CÂNDIDO, 2003, p. 48). Suas reflexões de ecomuseu são sintetizadas da seguinte forma (*idem*, p.48-49):

Quadro 2 – Museu Tradicional e Ecomuseu	
MUSEU	
Tradicional	Novo museu
Coleção	Patrimônio
Público	População (comunidade)
Edifício	Território

Fonte: Desvallées, 1992, p. 441-445 apud Cândido, 2003, p. 48.

⁶⁴ DECARLI, 2003, p. 10-12 apud SANTOS, 2017, p. 103-104.

Em meados do século XX surge a primeira concretização de um ecomuseu, tendo como pioneiros o Ecomuseu da Grande Lande, no Parque Natural Regional des Landes de Gascogne e, sobretudo, a experiência museológica na vila e comunidade urbana e industrial do Creusot, nos anos 1960 e 1970, no qual é criada em 1974 em Borgonha, na França, o “Ecomuseu da Comunidade urbana Le Creusot-Montceau-Les-Mines – Museu do Homem e da Indústria”, após iniciativas do Marcel Évrard (1921-2009) juntamente com Michele Évrard (1929-2007), que se passa em dois contextos, o primeiro em um território delimitado pela revolução industrial, e o segundo, a demanda pela municipalidade de Creusot de se estabelecer um museu local (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 78-80). Nessa concepção de museu, toda a comunidade participa das ações e da gestão, a participação coletiva que faz a existência do museu, procurando refletir o desenvolvimento das populações.

Para Brulon (2014, p. 284-285), o ecomuseu tem como propósito o desenvolvimento comunitário, do ponto de vista da política, “ele tinha como objetivo maior romper com o jogo de poder estabelecido em uma comunidade, tornando a totalidade da população consciente de sua autonomia e de seu próprio desenvolvimento”.

As diferentes interpretações aqui suscitadas quanto ao conceito de democracia representativa (decisões tomadas conjuntamente), vai ao encontro do conceito de gestão participativa dos ecomuseus (interdisciplinaridade, amplificação da ideia de patrimônio e do campo de atuação do museu, etc.), no qual as pessoas, comunidades, grupos étnicos onde esse museu está inserido, precisam estar em consenso quanto às necessidades e preocupações coletivas, buscando coletivamente o desenvolvimento social.

Um importante documento que pontua os conceitos básicos da ecomuseologia trabalhado por George Rivière, é a Declaração de Oaxtepec (1984, n.p.), adequado à particularidade latino-americana, menciona a Declaração de Santiago no Chile e a Declaração de Quebec de 1984, coopera com as diretrizes social do papel do campo da Museologia, com conceitos que foram aplicados pela Nova Museologia e Ecomuseologia, empenhado em compreender o desenvolvimento social dessas sociedades. A proposta é baseada no uso de alguns conceitos, quais sejam: território-patrimônio-comunidade como uma unidade indissolúvel; musealização do território

(social, cultural e natural – herança social); relação com o ecossistema; preservação *in-situ*⁶⁵. Estão previstos na documentação no que se refere a atuação do ecomuseu: a comunicação e a linguagem museológica devem ser adequadas à realidade local no qual o museu está inserido; realização de projetos e ações humanas (projetos, atividades, etc.) que sensibilize a população local quanto à relevância do seu patrimônio e os qualifiquem para entender da importância dos seus bens naturais e culturais no qual os pertencem.

Assim, a concepção de Ecomuseu vai se desdobrando pelo mundo. Na sequência, apresentaremos o caso do Ecomuseu da Ilha Grande, RJ.

⁶⁵ Se refere ao bem cultural preservado em seu contexto original, retirando o patrimônio do seu contexto original, pode comprometer a sua ideia original.

CAPÍTULO III – Quando aplicado na prática: análise da experiência do Ecomuseu Ilha Grande, RJ

À vista das argumentações apresentadas no capítulo anterior, pode-se observar que a concepção de museu tal como proposta vai muito além do prédio institucional em si, acervo, público, etc., tem-se uma dessacralização dos museus e, sobretudo, passa-se a atuar com envolvimento das comunidades, das populações engajadas na socialização. É um processo construído coletivamente arraigado no território. Os ecomuseus não seguem um modelo fixo, uma vez estabelecido os princípios fundamentais, estão sujeitos a alterações e adaptações. Assim como Hugues de Varine (2014, p. 29) nos adverte, “é um ser vivo”, que vai depender da forma que os habitantes do local em que está inserido irão conduzi-lo. Seguindo essa linha de raciocínio, Mathilde Bellaigue determina quatro componentes como constitutivos dos ecomuseus: “o território, a população (como agente), o tempo e o patrimônio. Acrescenta: ‘quando falamos de patrimônio, falamos de patrimônio total: tanto as paisagens, sítios, edificações, como os objetos que são portadores de história ou de memória’” (BELLAIGUE 1993: 75 apud BARBUY, 1995, p. 211). Hugues de Varine reconhece o patrimônio como DNA, como sendo a carteira de identidade da comunidade que se liga a uma continuidade sem limites, ligada aos indivíduos vivos e mortos, que se transmitirá, se transformará sem cessar (VARINE, 2013, p. 45-46).

No Brasil, as práticas da museologia comunitária e da ecomuseologia ganharam força no decorrer da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) ou Rio-92⁶⁶, tendo o primeiro Ecomuseu sido criado no estado do Paraná (PR) na cidade Foz do Iguaçu, o Ecomuseu de Itaipu, pioneiro não só no território brasileiro como na América Latina⁶⁷. Pretendia incorporar

⁶⁶ Conferência realizada no Rio de Janeiro, Brasil no ano de 1992, com desdobramentos importantes voltado aos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, e também com discussões sobre parâmetros de desenvolvimento ambientalmente sustentável (Fonte: Politize.com.br/eco-92. Acesso em: 10 fev. 2021). Salienta-se, que nesse mesmo ano em 18 de maio de 1992 aconteceu o I Encontro Internacional de Ecomuseu, que contou com a participação do Prefeito Marcello Alencar, o grupo de arquitetos Ricardo Várzea, as museólogas Fernanda Camargo-Moro, Lourdes Rego Novaes, Tereza Scheiner, o professor Dymas Joseph, assessor do Carlos Eduardo Novaes. O encontro aconteceu em cinco dias, onde representantes do Rio de Janeiro e de várias outras partes do país puderam apresentar e debater os caminhos para a compreensão do que seja um “museu da comunidade”, sob presença do canadense René Rivard, o português Mario Moutinho e o francês Hugues de Varine (*Anais do 1º Encontro Internacional de Ecomuseus*, AAVV, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ecomuseusantacruz.com.br/uploads/Publicacoes/2ece5a6517156e122e93f10a8898cf4d.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021).

⁶⁷ Ecomuseu – Itaipu Binacional. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

o conceito de ecomuseu para a comunidade formada pela usina Itaipu Binacional; seu projeto executado pela museóloga Fernanda Camargo Moro (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 79). O objetivo do ecomuseu era fazer com que a imagem da empresa fosse associada “com a preocupação da preservação ambiental, ou como a própria definia, ‘museologia ambiental’” (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 79).

3.1 – O Ecomuseu da Ilha Grande: de volta a um passado

O professor Claudio do Prado Amaral (2016) no desenvolvimento do artigo “Prisões desativadas, museus e memória carcerária”, passou por 17 países inclusive o Brasil, avaliando locais diversos que foram desativados e transformados em espaços de recreação, cultura como museus e pontos turísticos abertos à visitação. Amaral (2016) salienta que há um contraste quanto à realidade desses locais no Brasil, em relação ao estado de conservação e preservação, “hoje estão mal preservados, em ruínas, ou até mesmo, foram implodidos, possibilitando a conclusão de que, diversamente de outros países que não esconderam seus erros carcerários, o Brasil tenta ocultá-los” (AMARAL, 2016, p. 290).

No art. 216 da Constituição Federal (1988) está previsto o direito a todos ao pleno exercício cultural e acesso ao patrimônio cultural brasileiro sendo os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico segundo o inciso V, no qual garantirá e incentivará a salvaguardar e disseminação das manifestações culturais que carregam consigo a valor da identidade e da memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira (apud AMARAL, 2016, p. 291). Sua regulamentação se ampara na política pública de preservação, conforme o parágrafo do inciso 1º do art. 216, que determina ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Claudio Amaral (2016) ressalta as questões de preservação das instalações penais desativadas, campos de concentração e o processo de estruturação em espaços museais ou de memória. Faz uma reflexão acerca da inserção desses locais enquanto locais turísticos, que segundo Amaral (2016), a princípio, deveriam minimizar os dramas ali vividos. Porém, deve-se levar em consideração a “forma como as comunicações e mensagens que cada local transmite aos visitantes, que as posturas que cada indivíduo assume ao recebê-las” (AMARAL, 2016, p. 294).

Sua pesquisa teve início em 2013 com coleta de dados (questionário via e-mails) e busca na internet para o levantamento das prisões desativadas que “guardam a memória e a história de um importante parte do sistema prisional respectivo” (AMARAL, 2016, p. 293), levando em consideração as fortes ligações com a identidade vivida por um povo, de uma época, de acontecimentos que foram marcantes para história das nações, inclusive para a humanidade. Algumas das prisões citadas por Claudio Amaral (2016) foram objeto de publicações de livros, filmes e séries: *Alcatraz*⁶⁸ (Ilha de Alcatraz, localizado na Baía de São Francisco, Califórnia, Estados Unidos); Instituto Correcional da Ilha Anchieta⁶⁹ (Ilha Anchieta, localizado no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo); O Carandiru⁷⁰ (localizado na zona norte da cidade de São Paulo). Finalizo com o Instituto Penal Cândido Mendes, também conhecido como Colônia Penal de Dois Rios (localizado na Ilha Grande, no Rio de Janeiro – Brasil), funcionando até 1994, sendo extinto neste mesmo ano pelo governo do Rio de Janeiro.

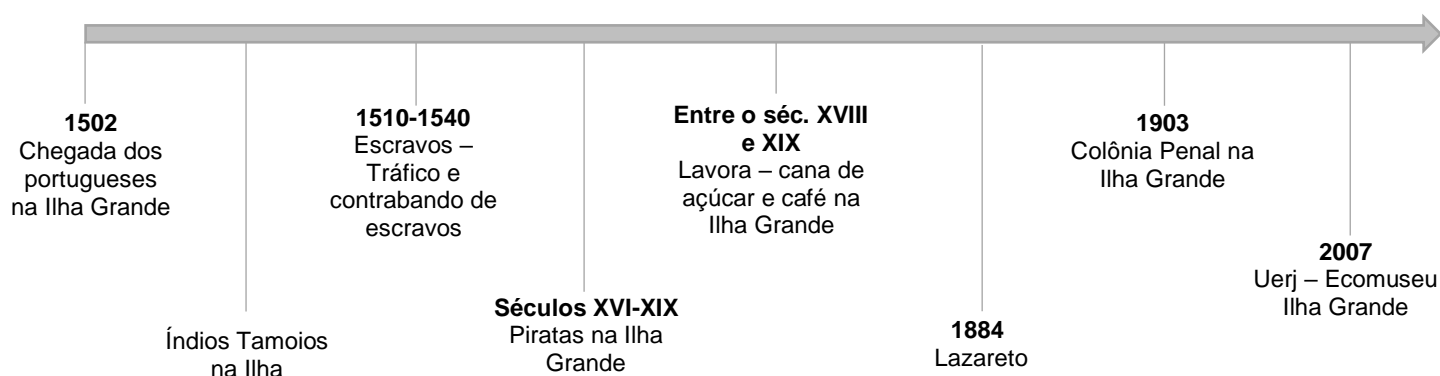
⁶⁸ A Penitenciária Federal de Alcatraz, também conhecida como Penitenciária dos Estados Unidos, Ilha de Alcatraz, foi inaugurada em 1934 e teve seu fechamento em 1963, uma prisão de segurança máxima destinada a receber os criminosos mais perigosos foi parar na ficção. O filme *Escape From Alcatraz* – Fuga de Alcatraz, de 1979, do gênero suspense dramático, dirigido por Don Siegel, é uma adaptação do livro homônimo escrito por J. Campbell Bruce, baseado em fatos reais na fuga do prisioneiro Frank Morris, da prisão da Ilha de Alcatraz de 1962. Sendo representado também como séries de televisão dos Estados Unidos criada por Elizabeth Sarnoff, Steven Lilien e Bryan, com 13 episódios tendo iniciado em janeiro de 2012 (Fonte: Wikipedia.org).

⁶⁹ O local passou a funcionar como presídio em 1914, no qual foi desativado e os detentos transferidos para o município de Taubaté. Todavia na década de 20 reativado. Em 1942 recebe o nome de Instituto Correcional da Ilha Anchieta, construído para receber detentos de maior periculosidade do Estado de São Paulo. (AMARAL, 2016, p. 323-324) O histórico de enfrentamento dentro do presídio era frequente entre as facções rivais, que tinha como líder principal o preso João Pereira Lima, mais conhecido como “Pernambuco”, mas com a chegada de Álvaro da Conceição Carvalho Farto, apelidado de “Portugal” no presídio. (AMARAL, 2016, p. 323-324) Com formação em engenharia e muito inteligente aos foi influenciando os demais presos e organizou uma rotina carcerária, com atribuições de funções específicas para cada preso, mantendo uma organização interna que acarretou na diminuição de conflitos. Entretanto, no ano de 1952, Portugal estruturou uma rebelião que marcou a história do sistema carcerário. Acontecimento resultou na produção brasileira de um filme em 1954 sobre o ocorrido com o nome de *Mãos Sangrentas*, dirigido pelo argentino Carlos Hugo Christensen (Fonte: Wikipedia.org).

⁷⁰ O complexo Carandiru como é mais conhecido foi uma penitenciária, que era composto pela Penitenciária do Estado onde marcou seu início com inauguração em 1920, a Casa de Detenção, a Penitenciária Feminina da Capital e pelo Instituto de Classificação e Triagem. (AMARAL, 2016, p. 323-328) Um momento marcante de tristeza para a história do Brasil, foi “O Massacre do Carandiru” que ocorreu em 1992, com a morte de 111 detentos mortos pela Polícia Militar de São Paulo durante a rebelião. Após o ocorrido o complexo ficou um tempo desativado, tendo os pavilhões 6, 8 e 9 demolidos em 2002 e alguns anos depois os pavilhões 2 e 5. Os pavilhões 4 e 7 tiveram suas estruturas preservadas, hoje no local do prédio foram edificadas parques para lazer e esporte. (AMARAL, 2016, p. 323-328) O “Massacre do Carandiru” ocasionou na criação do filme “Carandiru”, filme de drama brasileiro de 2003 dirigido por Héctor Babenco tendo como base o livro *Estação Carandiru*, do médico Drauzio Varella, que trabalhou na prevenção à AIDS na Casa de Detenção de São Paulo, no livro relata sua experiência vivida no trabalho (Fonte: Wikipedia.org).

Os exemplos citados acima são locais que remetem a um passado triste, estabelecendo uma reflexão sobre democracia e o desenvolvimento humano. Este capítulo tem como objetivo fazer uma análise da proposta do Ecomuseu Ilha Grande (Ecomig), um território com antecedente estigmatizado por lembranças de dor e sofrimentos que se transformou em um ecomuseu evidenciando a cultura existente naquele território.

3.2 – Ilha Grande: linha do tempo



No dia 06 de janeiro de 1502 o navegador Gonçalo Coelho chega a uma baía (ou Angra dos Reis), que bem antes, os índios Tamoios já desfrutavam do lugar que haviam batizado de *Ipaum Guaçú* – Ilha Grande na língua Tupi. São José de Anchieta, também conhecido como Padre Anchieta, ficou famoso por catequizar os índios brasileiros por saber a *língua tupi*⁷¹ e também confirmou a presença dos Tamoios na Ilha Grande, onde viviam em aldeias com cerca de seis ocas, sendo aproximadamente 150 habitantes. Com a chegada dos portugueses em Mangaratiba, Ilha da Gipóia, localizada em frente à Angra dos Reis, os índios Tamoios foram escravizados o que resultou em combates na região em meados do século XVI (Fonte: ilhagrande.com.br⁷²).

⁷¹ Língua tupi era falada pelas tribos de povos tupis que habitavam a maior parte do litoral do Brasil no século XVI. (Wikipedia.org)

⁷² Ilha Grande. Disponível em: <https://www.ilhagrande.com.br/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Figura 13 – Mapa da Ilha Grande



Fonte: Wikipedia.org⁷³.

O tráfico e contrabando de escravos africanos para o Brasil tiveram início entre 1510 e 1540. Houve a presença de corsários e piratas ingleses, holandeses e franceses na costa da baía da Ilha Grande, segundo um registro no ano de 1837, totalizava 524 negros que desembarcados na praia de Dois Rios (Fonte: Ilhagrande.com.br⁷⁴).

A presença dos piratas na Ilha Grande ocorreu entre os séculos XVI e XIX, tendo um papel de destaque na história. Com o descobrimento do ouro e da prata no Peru, no final do século XVI, a bacia do Prata se tornou o local de descarregamento e carregamento da frota espanhola das riquezas vindas do Peru. A bacia do Prata era o local mais apropriado ao sul para o abastecimento de água e lenha, a Ilha Grande se encontra nessa rota. Com isso, os piratas navegavam pela costa brasileira e saqueavam os navios de grande porte dos espanhóis com os tesouros. A Ilha Grande tinha fartura de água potável e madeira. Os piratas ingleses roubavam os víveres e pertences da população local; os piratas holandeses também passaram pela Ilha Grande que travou conflitos mestiços índios-portugueses que moravam na Ilha; os piratas franceses tiveram pelo menos uma passagem breve pela Ilha Grande, seu interesse era por Paraty, região vizinha à Ilha Grande, por ser um porto marítimo de escoamento do ouro proveniente das Minas Gerais; os piratas argentinos, com

⁷³ Apud ROCHA, 2019, p. 21.

⁷⁴ Ilha Grande. Disponível em: <<https://www.ilhagrande.com.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

autorização do governo argentino, também atacaram a fazenda de Dois Rios (Fonte: ilhagrande.com.br⁷⁵.)

Em meados do século XIX, sob o governo de Dom Pedro II, foi construído em 1884 o Lazareto destinado à quarentena e triagem dos viajantes que chegavam da Europa, com objetivo de evitar epidemias de febre amarela, e, principalmente, cólera que se alastrava depressa pelo Mediterrâneo em direção a países dos diversos continentes (SEPÚLVEDA, 2007). No ano de 1917, o espaço ficou sob gerência do Ministério da Marinha, momento em que atendeu ao encarceramento de mais de mil presos políticos. Tempos depois, foi instalado em Vila de Dois Rios, a primeira Colônia Penal, criada em 1903. Portanto, o Lazareto foi usado como presídio em várias circunstâncias (AMARAL, 2016).

Salienta-se que a Colônia Correccional Dois Rios em 1894 foi o primeiro estabelecimento penal da Ilha Grande, tendo se transformado em Penitenciária Agrícola do Distrito Federal em 1938 e por fim em 1942 no Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), que foi deslocado para outra parte da Ilha, tendo funcionado até 1994 (AMARAL, 2016). Por decisão do governo do Rio de Janeiro, o IPCM foi extinto por meio de implosão. Empresários de setores como o turismo e do ramo imobiliário pressionavam o governo por uma atitude, pois planejavam instalar na ilha um grande hotel. Por conta do presídio ali existente e do estigma que acompanha a população carcerária, a ideia era vista com uma certa apreensão.

A região possui uma das maiores áreas remanescentes de Mata Atlântica, protegida por lei desde 1971 devido à criação do Parque Estadual da Ilha Grande, conforme previsto no Decreto Estadual no. 15.273, sendo considerada patrimônio nacional, de acordo com a Constituição Federal (*idem*, p.42-43). Os Parques Estaduais são áreas protegidas integralmente, com objetivo de manter o local preservado, possibilitando a realização de pesquisas científicas, possibilitando a execução atividades educacionais com ênfase ambiental, lazer e turismo ecológico, sem danos causar danos ao meio (ROSSO; LIMA; ALMEIDA; PEREIRA; FARIA; ALEVATO, p. 9). Abriga uma biodiversidade de fauna e flora e geodiversidade com costões, praias, rios, lagoas, restingas, fica próxima ao Rio de Janeiro e São Paulo, dois grandes centros desenvolvidos, com isso tem o turismo como principal renda

⁷⁵ Ilha Grande. Disponível em: <<https://www.ilhagrande.com.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

econômica, além de outras atividades como a pesca artesanal (*idem*, p.42-43). É conhecido como o segundo maior parque ilhéu do Brasil.

Como é do conhecimento de todos, Angra dos Reis se tornou um importante polo turístico do sul do Estado do Rio de Janeiro e a área do antigo presídio acabou sendo cedida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) por meio do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – Ceads (FERREIRA, 2010). Com a presença da Uerj na Ilha as ruínas que restaram da demolição do Instituto Penal transformaram-se no Museu do Cárcere compondo o Ecomuseu da Ilha Grande, local que evidencia a história negada, e que teve boa parte de sua história “apagada”. A proposta da Uerj responsável pela criação do Ecomig, fez com que aquilo que eram “apenas” ruínas de uma penitenciária fosse reconhecido como sendo o patrimônio a ser salvaguardado, para com a população local da Ilha Grande e para a história carcerária do Brasil.

3.3 – Ecomuseu Ilha Grande

O Ecomuseu Ilha Grande está localizado na Baía de Ilha Grande, que integra a Costa Verde, no município de Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro – Brasil. Possui 193 km (ROCHA, 2019, p. 21) e 15 vilas habitadas (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 86), segundo maior parque insular do Brasil (MIRANDA; ROSSO, 2015, p. 42-43). O Ecomuseu Ilha Grande é uma unidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, criado em 20 de dezembro de 2007. Sendo a ilha o próprio território, sua sede fica na Vila Dois Rios, Ilha Grande. O projeto contou com a participação da socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos que nos anos 2000 passou a conduzir o Projeto de Implantação do Ecomuseu Ilha Grande. O projeto contou também com o museólogo Mário Chagas que, assim como Sepúlveda, participou da elaboração do Projeto de Implantação do Ecomuseu Ilha Grande (ROCHA, 2019, p. 22).

O Ecomuseu Ilha Grande surgiu com o propósito de colaborar decisivamente para o desenvolvimento coordenado da região. Dedicado a colaborar com a elaboração de métodos de ação mais sintonizados com as prioridades da comunidade, valorizando e dinamizando as relações com o espaço, o tempo e o patrimônio.

Dois Rios é um vilarejo conhecido pelos belos locais, de característica singular, localizado na costa sul da ilha, região oceânica que fica 11 km da Vila do Abraão, um bairro com o maior núcleo de urbanização e maior infraestrutura da Ilha Grande, a

porta de entrada da região. Sendo considerada a Zona Histórico Cultural (ZHC) pelo Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), que é aberta à visitação em toda sua extensão, incluindo os sítios e monumentos (ROCHA, 2019, p. 22).

A estruturação do Ecomuseu foi feita em quatro núcleos, atuando em estreita colaboração, ordenado nos eixos patrimoniais cultural e natural. Os núcleos são: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia que estão localizados na Vila Dois Rios. O intuito era desenvolver atividades voltadas à preservação, pesquisa e divulgação do meio ambiente, história e vida sociocultural da ilha, procurando “entrelaçamento de diferentes forças sociais colocadas em movimento por uma população local, operando com uma noção de território é um conceito de patrimônio global, historicamente determinados” (UERJ, 2003, p.17 apud ROCHA, 2019, p. 23).

3.3.1 – A população no processo

O Ecomuseu Ilha Grande foi desenvolvido com o suporte da Uerj. Todo o processo de criação e desenvolvimento contou com a participação e incorporação das comunidades locais da Ilha Grande (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 85). Durante todo o processo de concretização, a missão inicial do Ecomuseu Ilha Grande era trabalhar com suas práticas e dinâmicas de trabalho, procurando formas de aprofundar e manter vínculos com a comunidade. Acrescento a fala de Hugues de Varine (2014, p. 27)

A minha experiência é de que o desenvolvimento local, em seu verdadeiro sentido, não acontece se a população não estiver estreitamente associada com o processo de tomada de decisões, com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade. É nesse ponto que entra o museu. No assunto do desenvolvimento, precisamos de ferramentas culturais específicas para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc.

Valença e Rozentino (2020, p. 87) destacam que são mais de 10 projetos desenvolvidos junto às comunidades da Ilha Grande, como prevê a Declaração de Quebec (1984), integração da comunidade em suas ações, através da interdisciplinaridade e de uso de métodos modernos de comunicação e gestão, focado na preservação do objeto para a promoção e/ou desenvolvimento social. À vista disso, chamo atenção para algumas ações realizadas com a comunidade da Ilha Grande. São eles:

Ecomuseu Recicla: o Projeto ocorre por meio de oficinas por meio das quais difundem-se métodos de preservação ambiental voltados à especialização e capacitação da população local, onde os moradores de Vila Dois Rios desenvolvem produtos artesanais com resíduos sólidos. Essa ação resultou na elaboração de uma exposição itinerante com os trabalhos, ampliando a visibilidade do museu; as peças confeccionadas pelos artesãos de Dois Rios podem ser comercializadas priorizando o desenvolvimento econômico local (ALMEIDA, 2012 apud VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 88).

Ecovila Digital: Uma parceria entre o Ecomuseu Ilha Grande e o Instituto Cultural Embratel realizou a primeira estação de trabalho digital em Vila Dois Rios, disponibilizando acesso gratuito à internet na sala da Ecovila Digital do Ecomuseu Ilha Grande, em Vila Dois Rios. Um balanço feito pelo Instituto Embratel aponta a comunidade de Vila Dois Rios como a que tem maior índice de acesso, comparado aos seus outros parceiros. Isso resultou ao Instituto a conquista do 25º lugar no Ranking Benchmarking 2013 dos Detentores das Melhores Práticas de Sustentabilidade do País. O projeto rendeu menção honrosa pelo Ibermuseus ao Ecomuseu Ilha Grande (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 88).

Museólogas de Família: Teve início em 2011 em comemoração à 9ª Semana Nacional de Museus, sua finalidade é fazer com que o museu esteja presente e ativo nas comunidades da ilha, assim mantendo o Ecomig nas comunidades, até aquela mais distante da sede do museu (em Dois Rios). Isso acontece por meio de visitas às residências onde são feitas ações que procuram incentivar o interesse e a participação das comunidades. Uma dessas ações é a “Roda de Conversa” e uma exposição com objetos que cada pessoa define como sendo o seu patrimônio familiar (ALMEIDA, 2012 apud VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 87). Nesses momentos, os moradores têm a possibilidade de partilhar com o museu suas memórias e histórias de vida, que se entrelaçam, se complementam, formando laços identitários locais (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 87). Relacionar as questões identitárias com passado, presente e futuro manifesta-se como resistência comum ao esquecimento. A memória é a capacidade de obter, conservar e restabelecer as informações de experiências ouvidas ou vividas, é um componente fundamental dessa identidade, que para Le Goff (1996, p.423-426 apud ROCHA, 2019), torna-se um mecanismo e objeto de poder. Por sua vez, Mário Chagas (2009, p. 74-75), justifica que o uso do poder da memória ao serviço das pessoas e das comunidades locais pode contribuir para os processos

identitários e sugestões inovadoras. Chagas chama atenção para os perigos, “um dos perigos é o exercício do poder de forma autoritária e destrutiva, outro é a saturação de memória do passado, a saturação de sentido e o consequente bloqueio da ação e da vida” (CHAGAS, 2009, p. 75).

Ilha Grande e Saúde Comunitária: Busca promover ações de cuidados preventivos de saúde aos que moram na Ilha Grande. Por meio de ações educativas incita-se o uso de hábitos saudáveis de saúde consciente, colaborando para melhoria da qualidade de vida das comunidades, visando o desenvolvimento educacional, social e cultural (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 88).

Uma biblioteca em cada praia: Pela falta de demanda por escola na vila Enseada de Palmas, um morador da comunidade dividiu o sonho de fazer uma “árvore de livros”. Essa árvore seria uma amendoeira da praia. Esse sonho foi motivado pelas aulas de reforço que as crianças têm, que utilizam a sombra desta árvore para estudar por falta de um lugar adequado. Então, surgiu a ideia de criar uma biblioteca pública, para estimular a leitura de jovens e adultos da comunidade.

Conhecendo a Nossa Ilha: São visitas de escolas aos museus e atividades realizadas nas escolas da Baía da Ilha Grande, a fim de compartilhar com os docentes e os alunos conhecimento da história da Ilha (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 89-90).

Os projetos aqui apresentados buscam manter o diálogo, participação e manter a comunidade próxima ao Ecomuseu Ilha Grande, colaborando com a melhoria e desenvolvimento social e local (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 89-91). Segundo Varine (2013, p. 46), projetos como esses citados acima, que ele entende como sendo o desenvolvimento local sustentável, só se levam adiante com a conformidade e a participação ativa dos conjuntos de cidadãos.

Semelhante a esses projetos e iniciativas organizados pelo Ecomig, todavia em contextos e realidades diferentes, a comunidade, instituições educacionais e ligada ao Poder Público realizam constantes ações que visam ao uso consciente e a preservação da ARIE da Granja do Ipê, uma delas foi a implantação de placas de sinalização com ilustração de animais típico dessa região, de autoria dos alunos de 6 a 10 anos de idade do CED Agrourbano Ipê e da Escola Classe Ipê que foram distribuídas pela área.

O trabalho desenvolvido na Ilha Grande pelo Ecomig com as “comunidades plurais deixa patente que não se trata de uma concepção de ‘museu ilhado’, ainda que

fisicamente ele esteja ancorado numa ilha; ao contrário, trata-se de um museu-processo, aberto para e com a comunidade” (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 91). Com isso, trago as palavras de Odalice Priosti, para quem o Ecomuseu:

É um espaço de relações entre uma comunidade e seu ambiente natural e cultural, **onde se desenvolve, através das ações de iniciativa comunitária, um processo gradativamente consciente e pedagógico de patrimonialização, apropriação e responsabilização dessa comunidade com a transmissão**, cuidado e transformação do patrimônio comum e, conseqüentemente, com a criação do patrimônio do futuro. **A partir dessa prática, a comunidade se conscientiza do seu papel e responsabilidade com o patrimônio, usando-o como um dos recursos para o desenvolvimento local** (apud MAGALDI, 2006, p. 57, entrevista, grifo nosso).

Pensando nesse desenvolvimento local que Priosti (2006) aborda o Ecomuseu Ilha Grande articulado com métodos de preservação, pesquisa, valorização e difusão da história, memória, cultura e, identidade da população local evidenciando o patrimônio natural, material e imaterial desse território, proporcionando a reflexão e a ética⁷⁶. Segundo Mário Chagas e Inês Gouveia (2014, p. 16) é por meio do poder da memória, do patrimônio, e do museu em prol das comunidades populares, que se pode contribuir para a diminuição de injustiças, enfrentamento dos preconceitos, na melhora da qualidade de vida coletiva, etc.

Com isso, apresentamos os quatro núcleos que compõem do Ecomuseu Ilha Grande as seguintes narrativas:

- **Museu do Cárcere⁷⁷ (MuCa):** Sua instalação está nos prédios da padaria e da guarda do Instituto Penal Cândido Mendes. Tem como objetivo apresentar a história das unidades penitenciárias da Ilha Grande, sendo um lugar de fonte de reflexão sobre as questões da liberdade e dos Direitos Humanos e as políticas carcerárias. E conta com a contribuição de depoimentos e doação de objetos (como mesa; livros e cartas que eram dos presos, documentos sobre o advento do *Comando Vermelho*⁷⁸ no Instituto Penal Cândido Mendes datado

⁷⁶ Ecomuseu Ilha Grande – Disponível em: <<http://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/index.html>>.

⁷⁷ O escritor Graciliano Ramos (1892-1953) em seu livro *Memórias do Cárcere*, publicado em quatro volumes, discorre sua passagem quando esteve preso em 1936 nesse romance autobiográfico (Fonte: Wikipedia.org).

⁷⁸ Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL) popularmente conhecido como Comando Vermelho (CV), provavelmente é uma das maiores organização criminosa criado no Brasil em meados dos anos de 1970, no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro – Brasil, mais conhecido como presídio da Ilha Grande, que no ano de 1994 o Presídio de Ilha Grande é desativado com a sua demolição. Segundo Roberto Gurgel Filho (2012), o Comando Vermelho surgiu pela aliança de presos comuns com presos políticos na época do regime militar, onde possibilitou que os presos comuns recebessem ensinamento e aprendizados dos presos políticos, referente a estrutura hierárquica, organização, ações de proteção e enfrentamento do sistema estatal. Chamado de “caixa comum”, uma das primeiras intervenções realizadas pelo grupo, no qual, membros da facção que

de 1980, entre outros itens) doado pelos próprios moradores da ilha (ROCHA, 2019; VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 85).

- **Museu do Meio Ambiente (MuMA):** Está situado no prédio da antiga Fazenda Dois Rios datada do início do século XIX, desenvolve exposições e atividades socioeducacionais, relacionadas à preservação da biodiversidade e ao uso sustentável do meio ambiente, a fim de divulgar as pesquisas científicas elaboradas acerca da Ilha Grande. É a principal ligação entre a Uerj (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 85).
- **Parque Botânico:** Instalada no pátio interno do antigo Instituto Penal Cândido Mendes, reúne coleções de espécies vegetais, onde são identificadas, organizadas e catalogadas, com a finalidade de implantar um acervo de plantas vivas oriunda da própria Ilha Grande. Onde é executado o tratamento paisagístico e técnico-científico para o cultivo de espécies da flora (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 85).
- **Centro Multimídia:** Tem o intuito de contribuir para a pesquisa, registro, divulgação e memória da Ilha Grande em termos de patrimônio, história e cultura, por meio de mídias digitais e acesso virtual⁷⁹.

O patrimônio nesse sentido instado na cultura de “um grupo humano diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças” (VARINE, 2013, p. 44), uma história que está ligada ao passado também, enraizado no espaço de natureza cultural e em harmonia com o patrimônio da comunidade.

As ruínas do que restou do Instituto Penal Cândido Mendes permanecem fortes na memória da comunidade local. A demolição do Instituto Penal representou um processo traumático, onde se tem o rompimento de um estado de bem-estar favorecido pelo ordenamento territorial, para o de abandono e esquecimento (ROCHA, 2019, p. 79). Hugues de Varine, ao comparar o patrimônio com o DNA, acredita que

possuía liberdade executava extorsão de dinheiro, o objetivo era arrecadar dinheiro para ser usado no auxílio de fugas, melhores condições carcerárias e oferecer assistência às famílias dos presos. Salienta-se que houve uma grande fuga de 109 presos que ocorreu em 1980. (FILHO, 2012) A prática de realização ação social é uma característica marcante do Comando Vermelho, isso fazia da organização ter respeito diante dos demais presos. Com o passar dos anos a organização, infraestrutura e obediência de seus membros fez com que superasse muitos objetivos, que em 1970 foi posto em prática na luta armada. Portanto, “os ‘aprendizes’ acabaram superando os ‘mestres” (FILHO, 2012, p. 15).

⁷⁹ Ecomuseu Ilha Grande – Disponível em: <http://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/index.html>.

é uma maneira de “esclarecer a verdadeira natureza do patrimônio de uma comunidade humana: este é composto do conjunto do que caracteriza a comunidade e seus membros atuais. Ele é ao mesmo tempo o reflexo da evolução anterior dessa comunidade” (VARINE, 2013, p. 45), ou seja, para os moradores da Ilha Grande a demolição do Instituto Penal Cândido Mendes representou um “apagamento”, uma ruptura do passado daquele povo, de seus entes que por ali passaram em alguns casos.

Em entrevistas concedidas a Rosana Rocha (2019, p. 79), identifica que os moradores glorificam esse passado, e não têm a intenção de apagá-lo de suas memórias. Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs (1990, p. 87 apud ROCHA, 2019, p. 79) “o grupo, no momento em que considera seu passado sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo”. De acordo com ele, “é na história vivida que se apoia a nossa memória”. (ibid., 1990, p.60 apud ROCHA, 2019, p. 79). No relato de uma moradora da Vila Dois Rios, há a menção do lugar como muito bonito e limpo, na época em que a prisão funcionava. Assim como outros moradores, ressaltaram a questão da limpeza do vilarejo, do cuidado (ROCHA, 2019, p. 80).

Para Pollak (1989), quando o indivíduo se recorda de alguma coisa reforça “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (p. 9), com a intenção de salvaguardar (POLLAK, 1989, p. 9) ocorrências e circunstâncias anteriores. Conforme Pollak, recordar o passado possibilita a harmonia de grupos e instituições, a fim de “definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9-10).

O Ecomuseu Ilha Grande tem uma grande importância para os moradores da Ilha Grande, por retratar e perpetuar a memória e a história dos moradores da Vila Dois Rios. Ele traz à tona um passado reconstituído no conhecimento e cultura da história local, mantém a memória viva a história e tradições da região para as gerações futuras. Isso se faz a partir dos seus atores (moradores, comunidade, grupo), dos acontecimentos, das intenções, das necessidades. A parceria entre Uerj e a comunidade de Dois Rios é uma forma de patentear a garantia do direito à memória dessa população da Ilha Grande (ROCHA, 2019, p. 86).

Segundo a moradora da ilha Kelly Almeida em entrevista a Rosana Rocha (2018, p. 86, grifo nosso), o “Ecomuseu Ilha Grande **conseguiu trazer cultura, arte,**

educação e preservação para Vila Dois Rios. Segundo ela, houve um movimento de reestruturação do lugar”. Uma fala que considero extremamente equivocada e ofensiva, expressa por um habitante pertencente a comunidade, se refere ao local onde vive dessa forma? Ou seja, o território antes da implantação do Ecomuseu Ilha Grande não tinha sua história, sua cultura, sua arte, sua educação, só teve acesso as mesmas depois do Ecomig? Entretanto, na visão de outra moradora da ilha Marilene Campos (2018, entrevista), “‘o ecomuseu é integração. É parede, mas é povo também’. (...) ‘o ecomuseu somos nós, sem nós não há ecomuseu’” (ROCHA, 2019, p. 87). Marilene Campos se refere ao Ecomuseu como sendo o patrimônio vivo da localidade, já que pertence e faz parte dele. Marilene Campos menciona a palavra *integração*, conceito esse que foi levantado na Mesa Redonda de Santiago (1972) com a ideia de *Museu Integral*, que é voltado para o compromisso comunitário do território.

Rosana Rocha (2018, p. 87-98) destaca em sua pesquisa a contestação feita pelos moradores sobre a necessidade de melhorias, como: sinalização das áreas externas e nos diferentes atrativos e monumentos com placas indicando o tempo de caminhada pela trilha que liga Vila do Abraão à Vila Dois Rios; revitalizar as praças; limpeza dos espaços públicos; capacitar os funcionários para mediação ao visitante; mais informes divulgando horários de funcionamento e distância dos equipamentos culturais; ampliação da museografia referente ao surgimento do Comando Vermelho; acrescentar as celas do presídio a proposta de museografia e explorar mais as narrativas, com objetivo de aproximar mais o visitante da história que ali se passou; incluir novos espaços e locais de vista; promover mais cursos para o público juvenil da Ilha Grande; a própria Uerj (docentes) se aproximar mais da população local por meio de projetos de extensão universitária para arrecadar fomento com propósito de promover ações de intervenção social; no circuito turístico onde visitante pudesse saber mais da época do presídio e implantação de placas indicando o cemitério, as casas de visitas, a represa, etc., melhoras que conforme população da Ilha traria ainda mais vantagens para a local e para os turistas.

Embora haja demandas, a população local almeja um futuro promissor para o Ecomuseu Ilha Grande. De acordo com Kelly Almeida (2018, entrevista), “a expectativa é que eles (Ecomig) ‘continuem com esse ideal voltado para a comunidade, essa parte humana’” (ROCHA, 2019, p. 98), mas se algum momento deixarem de atuar sem interação da população, não estará executando o propósito de Ecomuseu debatida da Mesa Redonda de Santiago (1972) e o que foi defendido por

Hugues de Varine (1973), como sendo um modelo de Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário onde sua essência é comunitária e sendo o sujeito da ação que conta com como parceiro a Uerj referida por Varine como coletividades organizadas.

Hugues de Varine (2014) argumenta que o ecomuseu não é certamente “uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global” (p. 28-29). Como também acredita o morador Hotair Souza (entrevista de 2018), que o Ecomig “permanece em processo de construção” (ROCHA, 2019, p. 88).

3.3.2 – Ao longo do tempo: a crise na Uerj

Em 2016, a Uerj enfrentou problemas financeiros devido à interrupção do repasse feito por parte do governo do estado, afetando diretamente o funcionamento do Ecomuseu Ilha Grande em função de ser vinculado à Uerj. O primeiro setor a sentir os impactos foram as empresas terceirizadas, que tiveram atraso nos pagamentos. Os funcionários da limpeza e manutenção ficaram até seis meses sem receber salário. O restaurante universitário também ficou de portas fechadas, aulas e as bolsas dos estudantes foram suspensas (ROCHA, 2019, p. 71).

Professores e técnicos administrativos tiveram seus salários parcelados, o que acarretou em uma greve. Prestadores de serviços foram demitidos afetando serviços essenciais como higiene, coleta de lixo, segurança, entre outros. Uma das mais conceituadas universidades do país enfrentando uma crise grave, diante do caos, tiveram exames do vestibular adiados (ROCHA, 2019, p. 71-72).

Segundo a reitoria, era preciso R\$90 milhões anuais, equivalente a um custo mensal de R\$7,5 milhões para assegurar o funcionamento normal da instituição. Problema esse que se estendeu em 2017 que suspendeu seu funcionamento.

Corpo técnico, docentes e discentes se uniram em protestos denunciando o descaso da gestão estadual, com presença de artistas, músicos, representantes de partidos políticos, entidades sindicais e membros da sociedade civil (ROCHA, 2019, p. 72).

Devido a um acordo feito pelo governo federal, o estado do Rio de Janeiro recebeu empréstimo na ordem de R\$3,5 bilhões, viabilizando a quitação das dívidas essenciais com os servidores. Com isso, a Uerj retomou o calendário acadêmico no início de 2018 (ROCHA, 2019, p. 73-74).

Frente a essa crise, o Ecomuseu Ilha Grande também ficou sem condições de manter os pagamentos aos prestadores de serviços e fechou as portas. Mesmo assim, foi possível realizar antigos projetos que já vinham sendo desenvolvidas pelo Centro Multimídia, na época sob coordenação de Maya Suemi Lemos, como foi resultou nas inaugurações da Biblioteca Comunitária da Ilha Grande, na praia de Palmas, que ocorreu em parceria com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e com apoio do Parque Estadual da Ilha Grande (Peig), uma população que carece de espaços como esse. Com o sucesso o trabalho expandiu, Ecomig se mobilizou em uma campanha junto à comunidade acadêmica da Uerj para arrecadar livros, gibis e jogos para crianças e adolescentes, com objetivo de abrir mais bibliotecas na Ilha Grande. Segundo Gelsom Rozentino de Almeida, foram doados cerca de 700 livros (ROCHA, 2019, p. 75-76).

A crise financeira do Ecomig gerou uma grande insegurança na população de Vila Dois Rios, afetando diretamente o cotidiano da população, inclusive o turismo (ROCHA, 2019, p. 77).

Com a parceria feita com a Fundação Parques e Jardins da cidade do Rio de Janeiro e a empresa Dell'Arte Soluções Culturais em dezembro de 2016, houve a reabertura do Ecomuseu Ilha Grande. Com a volta das atividades no Ecomuseu, foi realizado no Museu do Cárcere a mostra “Conhecendo e divulgando a biodiversidade marinha da Ilha Grande” com fotos de diferentes espécies da região. No ano seguinte (2017), eram visíveis os reflexos da crise financeira do estado do Rio de Janeiro, em relação à limpeza e conservação, na manutenção de ações educativas em Vila Dois Rios. Isso causou uma grande preocupação na população local acerca do futuro do Ecomuseu Ilha Grande (ROCHA, 2019, p. 77-78).

O turismo foi um “escape” para melhoramento da atividade econômica na ilha, segundo a Fundação de Turismo de Angra dos Reis (TurisAngra). A estimativa é de aproximadamente 500 mil visitantes ao ano, desconsiderando os habitantes locais. Entretanto, os turistas que desembarcam na “Ilha Grande de forma desordenada, sem suporte informacional, fiscalização e infraestrutura” (ROCHA, 2019, p. 24). Esse quadro acarreta problemas com esgoto, lixo, construção irregular, segurança e falta de energia que vem aumentando. Preocupados o,

Ecomig junto à população local, no sentido de estimular a proteção ambiental e cultural, esclarecendo que a possibilidade de aumento da renda é resultado direto da manutenção da integridade da floresta. Vários projetos e cursos ocorreram de forma a capacitar, educar e informar as comunidades do lugar a esse respeito (ROCHA, 2019, p. 24).

O Ecomuseu Ilha Grande vem atendendo também no progresso econômico no local, proporcionando a geração de renda, com vagas de emprego para os moradores de Vila Dois Rios oferecidas pelos núcleos do Ecomig.

3.3.3 – O processo enquanto na prática: Criação do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig)

Com a criação do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig) que atua em conjunto com a comunidade local, houve a intenção de desenvolver a musealização do território da Ilha Grande, um processo contínuo e participativo com o propósito de conhecer e valorizar o território onde vivem. Segundo, Vivianne Valença então museóloga do Ecomuseu Ilha Grande e Coordenadora do Museu do Cárcere e o Gelsom Rozentino que é coordenador do Ecomuseu Ilha Grande, para o desenvolvimento do projeto foi utilizado a metodologia de Laboratório Experimental, que baseia-se em, “acompanhar e analisar experiências e processos relacionais continuados entre os membros da comunidade da Vila Dois Rios e a equipe do Ecomuseu Ilha Grande, a partir da definição e apropriação do seu patrimônio e território” (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 91).

Nesse sentido, retomamos o evento de Santiago do Chile (1971). Nele, o argentino Mario Teruggi (IBRAM, 2012) apresentou o tema “Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Em sua apresentação ressalta a capacidade que a região – América Latina – teria de realizar ambições se referindo a um grupo de especialistas multidisciplinar e atingir um resultado conveniente.

Podemos identificar uma ação como essa desenvolvida pelo Ecomig. Em alguns casos ou em todos, a tecnologia é um ferramental fundamental que pode colaborar de forma significativa para o desenvolvimento dos museus e o avanço da cultura no mundo contemporâneo, lembrada na fala de Raymonde Frin (representante do diretor geral da Unesco) na inauguração da Mesa de Santiago (IBRAM, 2012).

Cabe aqui compreender a Vila Dois Rios e sua comunidade enquanto um local onde se dão construções coletivas e compartilhadas, e que se manifesta um conjunto de procedimentos que vão desde debates e definição dos seus patrimônios, saberes até a musealização, que pode acontecer a partir de três fases: sensibilização; apropriação e difusão; e musealização do território da Vila Dois Rios (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 91-92). A musealização é um processo que proporciona maior engajamento dos moradores na salvaguarda de seus hábitos e práticas culturais,

colaborando em fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade locais, pautados na ética e história da Ilha Grande e buscando compreender toda a diversidade cultural existente nesse território.

Figura 14 – Fases do Laboratório Experimental efetuado na Vila Dois Rios: Ilha Grande



Fonte: Vivianne Valença⁸⁰.

Primeira fase: Corresponde à sensibilização da comunidade em relação ao que a mesma define como patrimônio e ecomuseu, pode acontecer por meio de roda de conversa, ações sociais, projetos, etc., com intuito de conhecer todas as características presente nessa comunidade seja individualmente e coletivamente, estabelecendo um vínculo de confiança com a população local.

Figura 15 – Primeira Fase do Laboratório Experimental



Fonte: Vivianne Valença⁸¹.

⁸⁰ VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 92.

⁸¹ VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 93.

Segunda fase: Diz respeito à apropriação e difusão que pode acontecer em quaisquer instantes no decorrer do processo da experiência, no sentido de associar os três conceitos essenciais que constituem o ecomuseu: patrimônio, território e comunidade; e como esses vínculos sucedem de forma integrada, alcançando a apropriação da ideia do Ecomuseu Ilha Grande propagando-se principalmente através de ações.

Figura 16 – Segunda Fase do Laboratório Experimental



Fonte: Vivianne Valença⁸².

Terceira fase: Consiste no processo de musealização da Vila Dois Rios (em andamento). Pois está sendo analisada e sondada pela comunidade e pelos funcionários do Ecomig e pesquisadores da Uerj que desenvolvem trabalhos na ilha. Fazem parte dessa fase: entrevistas com os moradores, reuniões, cursos, a fim de debater e identificar o que concedem como patrimônios da comunidade. O projeto de musealização do Ecomuseu Ilha Grande abrange em sua totalidade todo o conjunto: território, comunidade e seus patrimônios.

O processo de musealização do Ecomuseu Ilha Grande em Vila Dois Rios tem como princípio a identificação da musealidade, pela valoração da comunidade sobre o território em que vive e seus patrimônios, levando em consideração a ideia de museu e de patrimônio integral. A proposta se inicia pela caracterização e seleção do que a comunidade define como patrimônio, passa pela pesquisa e conhecimento sobre o território, a comunidade e o patrimônio integral, documenta e sistematiza os conjuntos a partir do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG, conserva o território e os patrimônios por meio da apropriação; e comunica pela e para a comunidade e o público externo (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 94-95).

⁸² VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 93.

O Ecomuseu Ilha Grande é vinculado à Uerj, por conta disso as atividades da universidade são interligadas à mesma, o que é um elemento facilitador para uma provável concretização deste processo. Atualmente o Ecomig tem o apoio do Comitê Científico que inclui pesquisadores de diferentes âmbitos que estudam e atuam na Ilha Grande, trazendo e agregando mais informações e conhecimentos a respeito desse território. E representando os moradores das vilas de Ilha Grande há o Conselho Comunitário que agrega representantes das vilas, que também colabora e auxilia nesses estudos e com seus diferentes saberes: ninguém melhor que eles para fazer isso. Mediante as informações obtidas é feito o registro, a pesquisa e a documentação ao longo de algumas etapas da musealização (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 95).

De acordo com Valença e Rozentino (2020, p. 95), a catalogação das coleções dos núcleos do Ecomuseu Ilha Grande e do Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande estão em desenvolvimento. Com isso, o acervo “museológico” encontra-se em organização e que o projeto de musealização do território será ampliado como sendo a parte central do ecomuseu. É uma ação que está sendo elaborada junto à comunidade local, além do registro do patrimônio imaterial no que diz respeito à ocupação humana, às memórias e histórias narradas pelos habitantes do local. Diante disso, foi feita uma pesquisa que desencadeou a Sinalização da Vila Dois Rios, evidenciando o que era considerado fundamental para a comunidade, estabelecido por ela mesma (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 95).

Nessa parte do processo é feito o inventário do patrimônio reconhecido pela comunidade, que vai desde o território até a ocupação humana. Foram realizadas consultas aos moradores, que ajudaram na identificação dos pontos de referência, dos interesses, que constituem o patrimônio local. Em sequência, foi feita uma pesquisa com base nas informações históricas a respeito de todos os pontos, como entrevistas com os moradores da Vila Dois Rios, suas memórias e história, que foram usadas no acervo e no registro. Toda ação executada transformou-se em placas que reúnem essas informações como imagens do passado e do presente e dados acerca do patrimônio, que foram distribuídas nos locais de visita com o apoio de membros da comunidade, auxiliando os visitantes como um instrumento informacional (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 96).

Com a pluralidade e complexidade de dados reunidos pelo Ecomuseu Ilha Grande foi feito um banco de dados e sistematização para catalogação e pesquisa.

Dessa forma, conforme as particularidades, em termos de registro e efetivação da documentação, coleções e demais informações, está sendo estabelecido o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig), constituído de forma multidisciplinar, uma espécie de “ecologia de saberes⁸³” que compreende o conhecimento, registro, pesquisa e comunicação sobre o território da Ilha Grande sob vários pontos de vista. De modo geral, o sistema está fundamentado em três concepções:

Histórico/Geográfica (território), Antropológica (comunidade) e museológica (patrimônio/acervo, no caso sob a guarda dos núcleos do Ecomig). Além dessas linhas gerais, podemos destacar: a Geologia, que inclui o estudo da origem, composição, estrutura e propriedades físicas do substrato geo-ambiental; a Geografia física, que inclui dados sobre a climatologia; a Ecologia, que trata das paisagens naturais e da biodiversidade do território - focados na variedade da fauna e flora encontradas na Ilha; e os estudos sobre a ocupação humana, que incluem a Arqueologia, com a análise de vestígios materiais de sociedades/grupos locais extintos, ressaltando a história da ocupação do território no intuito de estudar os habitantes locais e sua ação no tempo e no espaço (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 96-97).

O Sistema do Ecomuseu Ilha Grande se desdobra em várias perspectivas de abordagem e conta com a colaboração de outras áreas do conhecimento em seus registros, apontados aqui de modo a explicar, tais como: no campo antropológico as comunidades da Ilha Grande e sua multiplicidade cultural; na sociologia será abordado estudos sobre o modo de se comportar desses grupos em função do meio; na geografia humana referente aos aspectos econômica e urbana das comunidade; a arquitetura salientar o processo artístico e técnico que implica na estruturação de lugares organizados e criativos para comportar diversificados tipos de tarefas, ações humanas; o turismo permitirá que análise dos dados de diversos segmentos gerados pelo mesmo, o que as pessoas costumam realizar durante a visita e os parâmetro usado para estabelecer escolha ao local selecionado (lazer, estudo, negócios, entre outros) (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 97).

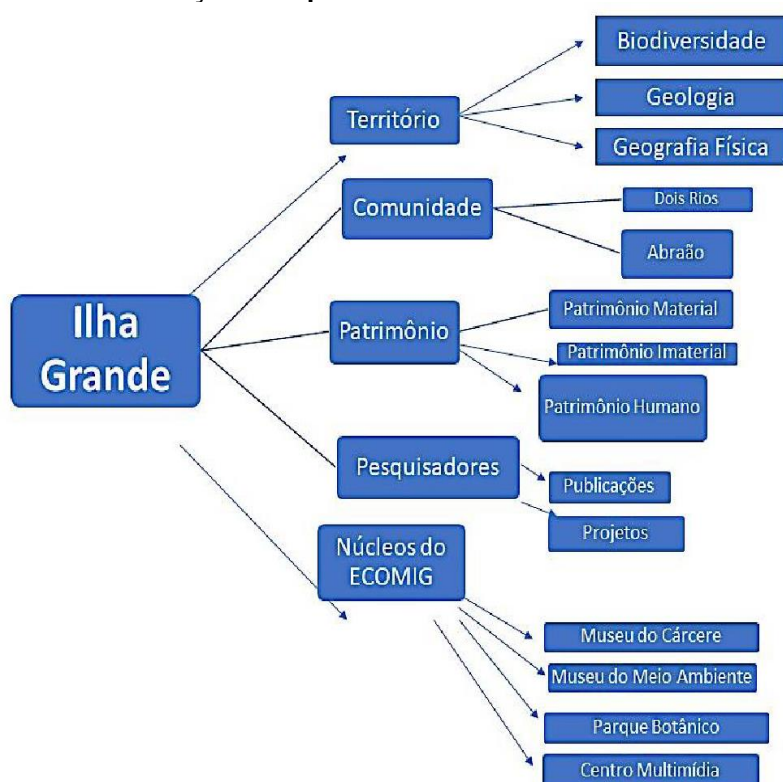
Caso a implantação do Secomig seja efetivada, vai ser possível efetuar a musealização integral do território da Vila Dois Rios e quiçá de toda a Ilha Grande, com apoio de toda a comunidade e da Uerj, assim como de outros âmbitos da sociedade e do Poder Público na realização do progresso dessas atividades (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 97).

Na figura abaixo está a sistematização do Secomig que se refletiu com base para atender as particularidades do Ecomuseu Ilha Grande, para colocar em prática a

⁸³ VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 96.

definição de Museu Integral fundamentado não apenas na musealização do território mais no conjunto patrimonial e suas relações como um todo, bem como, o clima, recursos naturais, espaço geográfico, as histórias passadas e a construção de novas, com destaque os trabalhos comunitários.

Figura 17 - Sistematização feita pelo Sistema do Ecomuseu Ilha Grande (Secomig)



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, feito por Vivianne Valença⁸⁴.

Conforme a publicação de Valença e Rozentino (2020, p. 98) o Secomig se encontra em fase experimental e

poderá servir como um exemplo de trabalho de organização da informação e dimensão documental que contemple o Ecomuseu em todas as suas dimensões, **contribuindo com conhecimentos sobre a Ilha Grande e suas comunidades, além de ser fonte de informação e acesso ao público e inspiração para outros Ecomuseus que desejam musealizar seu território de forma integral e participativa** (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 98, grifo nosso).

Sendo assim, as três fases do Laboratório Experimental da Vila Dois Rios e a musealização do território mostram que o Ecomuseu Ilha Grande e a sua integração com a comunidade local atestam sua identidade enquanto Ecomuseu e a sua relevância na identificação e valorização dos seus patrimônios. O Ecomuseu é um modelo conceitual a ter como base as dinâmicas comunitárias, os aspectos político,

⁸⁴ VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 98.

econômico e simbólico, ajudando a compreender os processos, vínculos e as preferências comunitários (manifestações locais e patrimonial), estabelecidos no ambiente que vivem, buscando entendendo suas escolhas e diretrizes a serem exploradas (VALENÇA; ROZENTINO, 2020, p. 99).

CAPÍTULO IV – Estudo de caso: uma proposta de Ecomuseu para ARIE da Granja do Ipê

4.1 – Um caminho para atingir: o conceito de Ecomuseu

Por ter sido um conceito pensado em uma perspectiva que relacionasse o museu ao meio ambiente, temos o conceito de “ecomuseu”, que deriva da combinação dos vocábulos “eco”⁸⁵ de ecologia e da palavra “*museu*”. O termo Ecomuseu criado em 1971 por Hugues de Varine em um almoço em Paris (BRULON, 2015, p. 280), evidencia na prática sua forte relação com o território, a comunidade, a globalização do patrimônio vivo (natural e cultural, material e imaterial)⁸⁶, ligado ao desenvolvimento local das comunidades, em uma relação da ecologia natural com a ecologia humana. Como já observado anteriormente, diante disso, Hugues de Varine diferencia dois tipos de museus pertencentes a essa mesma categoria (o Ecomuseu de Meio Ambiente e o Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário).

O Ecomuseu de Desenvolvimento Comunitário tem o caráter mais relacionado ao desenvolvimento do território. Segundo Brulon, as práticas museais desenvolvidas por Rivière “não separavam natureza e cultura, e mesmo a arte e a etnografia se viam até certo ponto interligadas. A vontade de inserir a ecologia na gramática museal já o perseguia em sua experiência com os museus tradicionais em que atuou.” (RIVIÈRE, 1973, p. 26 apud BRULON, 2015, p. 280). As definições de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine encontram-se presentes conforme as necessidades apresentadas dentro da lógica do desenvolvimento do local quanto ao campo de atuação de um Ecomuseu, com uma visão ampliada sobre o patrimônio como mencionado acima e as transformações em sua gestão, onde a comunidade passar a ser o sujeito interativo/participante e administrador das ações estabelecidas e a serem definidas.

Sendo assim, o termo Ecomuseu tem na base de sua criação essas concepções operando diretamente com o território – patrimônio – população (de responsabilidade da comunidade como gestora) diferente das práticas museológicas tradicionais que se estabelecem a partir do edifício, da coleção e de um determinado público (de responsabilidade de especialistas).

⁸⁵ Deriva de *oikos* que pode ser interpretado como casa.

⁸⁶ SANTOS Jr.; BRITO, 2019, p. 325.

Diferentemente de um museu tradicional, no Ecomuseu o elemento não precisa ser retirado de seu ambiente natural/original para ser determinado com um patrimônio, pode ser considerado como tal, permanecendo onde sempre se encontrou e como sempre foi usado. Contudo,

(...) a musealização traz consigo um esforço de preservação, constituindo-se em uma tentativa de impedir que a informação trazida pelo objeto seja perdida. (...) a musealização é um processo de significação ou ressignificação de um objeto, preocupando-se com as informações que ele traz (BRUNO, 2006 apud OLIVEIRA, 2015, p. 43-44).

O patrimônio ou o objeto carrega consigo uma série de informações (um documento, um testemunho) e por ser um legado que ficará para as gerações mais novas e futuras, mantendo a continuidade desse patrimônio, dessa memória compreendendo como uma construção do presente⁸⁷.

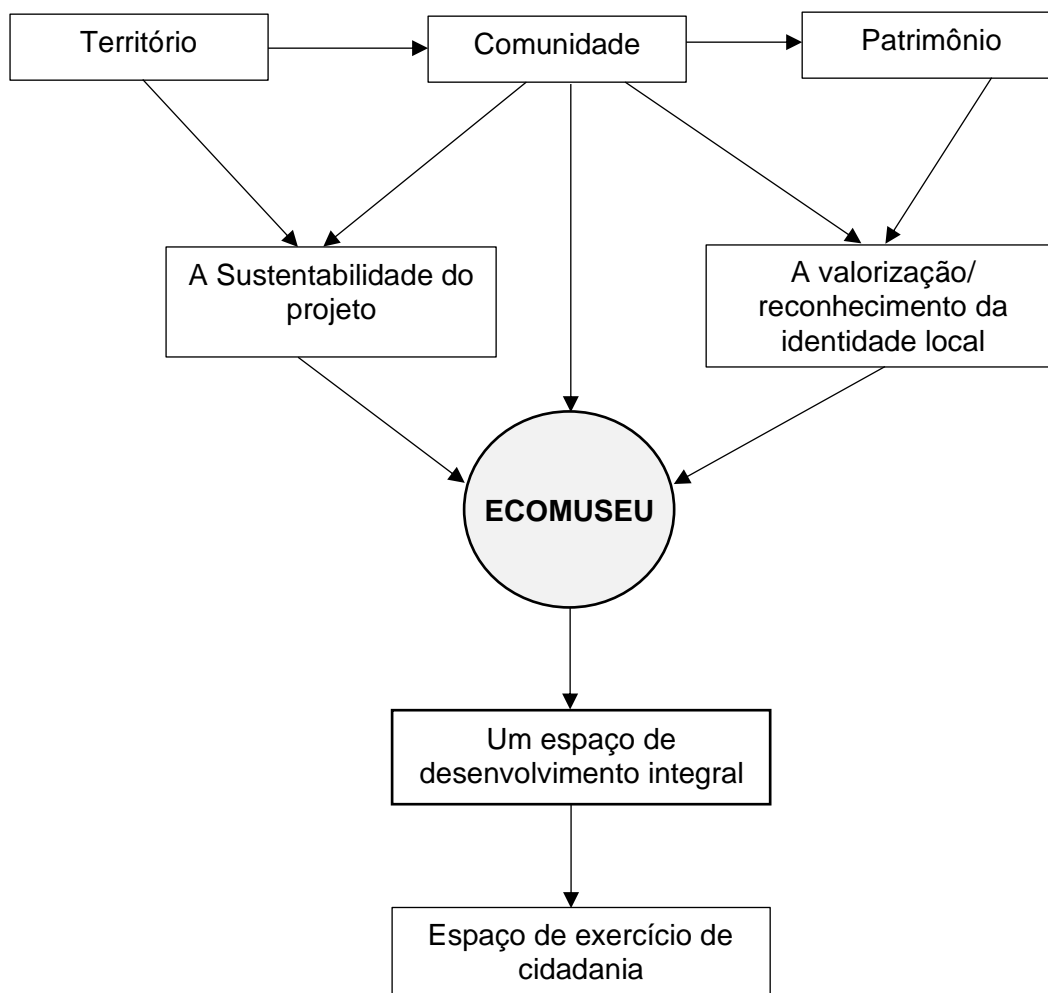
Em relação ao corpo técnico e/ou aos profissionais da área da Museologia diante desse contexto, cabe atuar de modo a identificar as preferências e necessidades comuns para esse território. Já para os profissionais da Museologia cabe reconhecer as relações que os seres humanos têm com esse dado cenário e seus patrimônios, os que fazem unir ou até mesmo os que afastam, assim criando ponderações e entendimentos comuns de identidade, valorização do patrimônio coletivo, conforme seus variados usos e acepções⁸⁸.

À frente das discussões apresentadas sobre o conceito de Ecomuseu, apresento de forma resumo o diagrama abaixo deste processo museológico:

⁸⁷ OLIVEIRA, 2015.

⁸⁸ Id, 2015.

Diagrama 1 – Processo museológico de um Ecomuseu



Fonte: MATTOS, 2008, p. 9⁸⁹.

4.2 – Atores e seus papéis

Como abordado no capítulo 1, os atores são a comunidade que está situada na ARIE da Granja do Ipê (os moradores da CAUB I, as escolas CED Agrourbano Ipê e a Escola Classe Ipê, a Unipaz, DF, Associação de Moradores, parceiras com o Poder Público como Instituto Brasília Ambiental, entre outros). O envolvimento dos moradores com as instituições de ensino estabelece laços com os processos educativos – educação patrimonial mencionado pelo Hugues de Varine (2013) e pela Édina Francini Simão Hack (2013).

Inicialmente a ideia para a pesquisa era realizar uma análise da possibilidade de musealização do território partindo da comunidade do CAUB I, vindo ao encontro

⁸⁹ Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Ecomuseu.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

da ARIE da Granja do Ipê, mas em virtude da necessidade de entrevistas com moradores do CAUB I para o andamento da pesquisa, houve uma necessidade de mudanças, pois conciliar a pesquisa diante do contexto da pandemia do Covid-19, nos privou de algumas realizações, o que não impediu a concretização de um desejo pessoal e afetivo à frente do campo da Museologia, assim, comecei a análise pela ARIE e seus atores envolvidos.

No capítulo 1 destacou-se o “território educativo” de socialização, apostando nos saberes desse território como parte essencial do processo ensino-aprendizagem e da construção e sistematização da cultura desse lugar, interação com as ações na realidade em que vivem como sujeitos envolvidos os próprios “agentes”. A proposta de um Ecomuseu objetiva a conscientização e a reflexão. Para Freire (1987, p. 44), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, portanto, problematizar o ensino é uma prática de liberdade, teoria essa defendida pelo pedagogo. Na reportagem abaixo é apresentada uma das experiências, a “Gincana ecológica” realizada pela escola do CAUB I que teve como objetivo contribuir para a:

conscientização, valorização e compromisso de nossos jovens cidadãos para a herança histórica, antropológica e ambiental que o CAUB I lhes lega. Herança traduzida na Mesa JK, nos sítios arqueológicos indígenas e na biodiversidade botânica e zoológica que seus avós, pais, tios, irmãos, amigos e vizinhos preservam há mais de 24 anos quando aqui foram assentados. ‘Herança que, seguramente, eles vão tocar para frente’ (FOLHA DO RIACHO FUNDO II, 2011, p. 8).

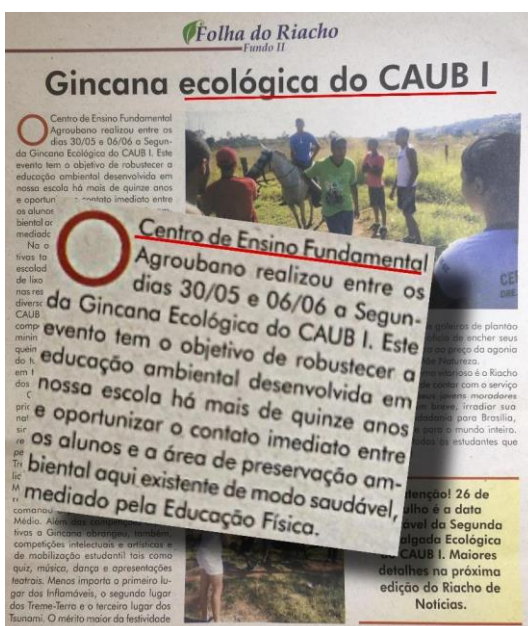


Figura 18 – Matéria veiculada ao Jornal Folha do Riacho Fundo II⁹⁰.

⁹⁰ Ano I – Nº 04, p. 8, jun. 2011.

Nessa atividade foram desenvolvidas provas como atletismo, ciclismo, escalada de montanhas, coleta de lixo e a catalogação de fauna e flora nas reservas do bioma cerrado e seus inúmeros ecossistemas existentes no CAUB I (FOLHA DO RIACHO FUNDO II, 2011, p. 8).

O Ecomuseu reúne pessoas em prol de causas comuns, potencializando a prática do fazer acontecer, de conviver e aprender em conjunto, onde se tem o desenvolvimento, a fortificação da cidadania e o desenvolvimento sustentável proporcionado a qualidade de vida dos indivíduos nesse território.



Figura 19 – Matéria veiculada ao Jornal Folha do Riacho Fundo II⁹¹.

Em um outro momento o Jornal Folha do Riacho Fundo II (2011, p. 7), evidencia a Mesa de JK mencionada na matéria como o “repouso de JK”, o desejo da comunidade do CAUB I pelo tombamento da Mesa (FOLHA DO RIACHO FUNDO II, 2011, p. 7).

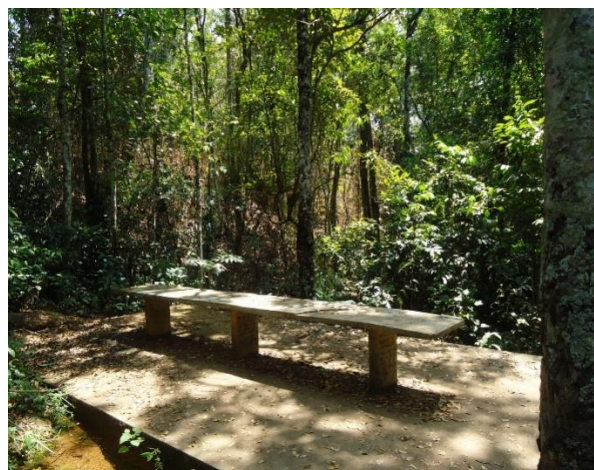
⁹¹ Ano I – Nº 04, p. 7, jun. 2011.

Figura 20 – Mesa de JK na ARIE da Granja do Ipê



Fonte: TOREZA, jun. 2009⁹².

Figura 21 – Mesa JK construída em meados de 1958 para reuniões de uso do Presidente JK, localizada na nascente do córrego Capão Preto na ARIE da Granja do Ipê.



Fonte: Agrouurbanobrasilia.blogspot.com⁹³.

Destacam-se também a beleza do local, as ações antrópicas como o vandalismo, lixo, poluição, o apoio de uma política responsável de preservação da área e o desejo da comunidade do CAUB I de tombamento da Mesa JK⁹⁴.

O empenho da comunidade local em ações na ARIE da Granja do Ipê é para o uso consciente e coletivo do que esse lugar tem a oferecer a sociedade, enquanto um território ambiental, cultural e histórico visando a prática do lazer e turismo de forma ciente me chamou atenção. Contudo, o que tem assustado os moradores do local é o abandono, descuido e o descaso de frequentadores. A ideia de um Ecomuseu nesta área surgiu exatamente por conta dessas inquietudes vivenciadas e apontadas pela comunidade local, deste modo, o Ecomuseu poderia colaborar na conscientização dessas questões e necessidades, e junto aos moradores encontrar caminhos e soluções apropriados e realizáveis.

E quanto ao elemento relacionado ao fomento. Proposta como essa pode atrair uma maior circulação de pessoas no território, oportunizando que os saberes (produção agrícola, de laticínios, de plantas suculentas, artesanatos, de uva *niagara rosa*, etc.) produzidos pelos próprios moradores e cooperando para movimentar a

⁹² Ser Pedalante – Vivendo sobre duas rodas. Mesa JK. Disponível em: <<https://serpedalante.com/2009/06/07/mesa-jk-07062009/>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

⁹³ Agrouurbanobrasilia – CEF Agrouurbanobrasilia CAUB 1. Disponível em: <<http://agrouurbanobrasilia.blogspot.com/2011/06/nosso-caub-i-o-programa-ensino-medio.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

⁹⁴ FOLHA DO RIACHO FUNDO II, 2011, p. 7.

economia do território, além de parcerias com universidades, com o governo, alguma empresa e uma vez efetivado pleitear verbas de programas de auxílio de iniciativa pública. Portanto, o Ecomuseu de alguma forma vai contribuir para o desenvolvimento econômico, cultural, social e educacional desse povo, através de uma política ativa e participativa contribuindo para a musealização do território. Saliento que processos como esse devem ser pensados e preparados em concordância com a comunidade, não é algo imposto e deliberado por alguém e colocado em prática. É preciso que a comunidade se identifique com o museu se atentando a diversidade e a pluralidade.

E interessante refletir na musealização do território que seja economicamente viável, para a sociedade que ocupa o dado território possa vim a colocar em prática em algum momento se for de interesse. Não visando somente as vantagens mercadológico, mas, levando em consideração o processo identitário da população local.

4.3 – A musealização do território: ARIE da Granja do Ipê

A musealização do território aqui proposta consiste em exercer uma política de forma participativa e ativa a partir da integração entre as comunidades e as instituições com a própria ARIE da Granja do Ipê aproximando os seres humanos em prol de uma causa, por aquilo que o lugar oferece, com intuito de fazer as pessoas conhecerem e valorizarem essa área onde estão imersos, onde há uma apropriação desse espaço através de um processo que envolve práticas de vivências social e da valorização cultural que a ARIE da Granja do Ipê tem a oferecer ao visitante. A apropriação desse território e do patrimônio natural, histórico e cultural nele presente contribui para a criação de uma rede de significados, um espaço construído coletivamente, que pode ser compreendido em uma perspectiva de relação de poder; de uma carga simbólica; com base em aspectos econômicos, evidenciando as relações sociais e o desenvolvimento local e socioeconômico.

Os desdobramentos do Ecomuseu nos permitem compreender o patrimônio de modo mais abrangente, contemplando a musealização do território enquanto uma estratégia para gerir a memória e um mecanismo de desenvolvimento social, uma rede de ações relacionado a uma coletividade e se adentrando a ela. Provocando nos sujeitos um conhecimento crítico e uma ação renovadora na sociedade. Para a apropriação desse espaço (ARIE Granja do Ipê) é fundamental o conhecimento das dinâmicas sociais e sua relação com o meio natural em que está inserido. Valorizando

os elementos espaciais apontando como importante para a comunidade, a fim de salvaguardá-los, manter vivo e promove-los e por meio de deles estreitar os laços sociais e contribuir com a identidade e memória da população (OLIVEIRA, 2016). Para Úrsula Azevedo Ruchkys (2009), a “musealização do território pode favorecer a construção de uma visão mais integrada e abrangente das questões socioambientais” (apud OLIVEIRA, 2016, p. 123). Aqui, os componentes podem e devem se manter em seu contexto natural, mas caso seja identificado a necessidade de preservação podem ser coletados e acondicionados em instituições museais tradicionais, sem que o território deixe de possuir o caráter de museu (OLIVEIRA, 2016).

A interação entre a cultura e a natureza, na análise do Ecomuseu Ilha Grande, feita no capítulo anterior, observa-se que a conservação de elementos patrimoniais “*in situ*” (um museu ao ar livre), com uma proposta de Ecomuseu objetivando demonstrar aquilo que a comunidade (CAUB I) e as instituições (CED Agrourbano, Escola Classe Ipê e Unipaz, DF entre outros parceiros) inseridas e dedicadas na defesa da Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê vêm realizando durante anos, empenhando-se na salvaguarda do patrimônio natural, histórico e arqueológico presente nessa área de Relevante Interesse Ecológico tendo o cerrado como seu bioma.

Baseado nas questões levantadas até o momento e na análise do Ecomig e do Secomig na Vila Dois Rios e sua comunidade como espaço de construção coletiva, onde apresentam ações de discussão e definição dos seus patrimônios até a musealização que está em andamento. Os processos abordados pelo Secomig são a sensibilização, apropriação e difusão e a musealização do território. À vista disso, para a ARIE da Granja do Ipê, considereirei três etapas, sendo a última para ser desenvolvida em pesquisas futuras.

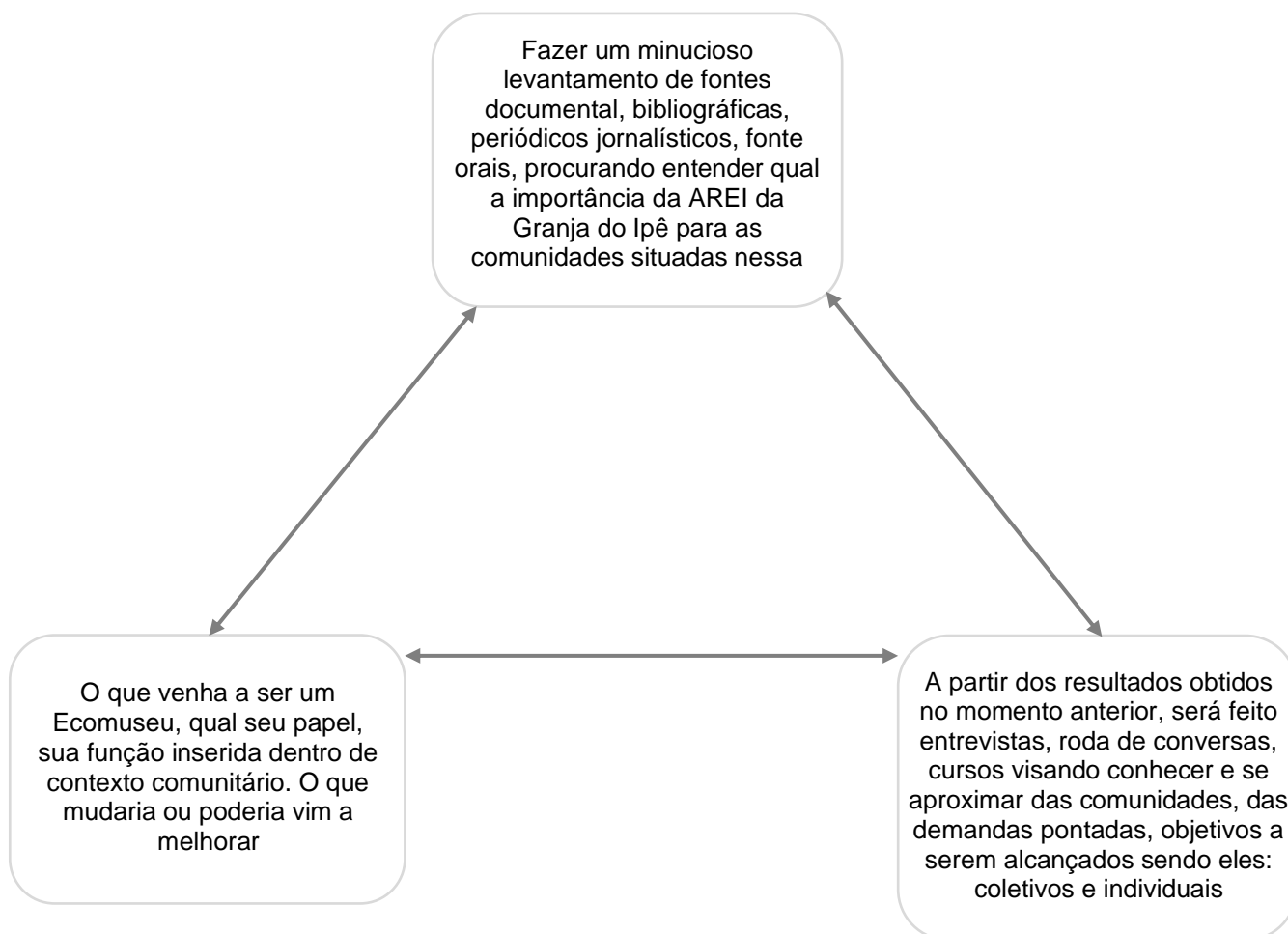
A iniciativa do Ecomuseu na ARIE da Granja do Ipê poderia partir de uma junção entre as instituições CED Agrourbano Ipê, a Escola Classe Ipê e a Unipaz, DF, da comunidade do CAUB I com o apoio e auxílio de um profissional do campo museal – como moradora, neta de fundador do CAUB I e planejadora dessa proposta de museu, seria uma honra fazer parte desse projeto.

Como evidenciado no Capítulo 1, as instituições citadas acima e os moradores do CAUB I já realizam atividades voltadas para a preservação, conservação e conscientização desse território, que segundo apresentado nos periódicos expostos nesta pesquisa, a ARIE tem uma grande importância ambiental e histórica de tal

maneira que as instituições incluem no currículo atividades sobre e na ARIE, como também fazem parte da vida e das memórias dos moradores do CAUB I. A Escola Classe Ipê e da Unipaz estão situadas dentro da ARIE da Granja do Ipê, enquanto a comunidade do CAUB I e o CED Agroubano Ipê são vizinhos da ARIE, separados por uma distância de pouco menos de 4km. Essas entidades de ensino lidam com os docentes, os alunos e suas famílias que moram nessa área ou no entorno. Há casos de professores que são fundadores como também há aqueles que vivem no CAUB. Portanto, levando em consideração que essas entidades são capazes de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos que consequentemente afetam suas famílias seja no âmbito individual e coletivo estabelecendo relações e laços com diferentes grupos sociais, os professores e alunos são uma “ferramenta” de integração, fazem a “ponte” com a comunidade. O Ecomuseu pode colaborar como uma ferramenta pedagógica ajudando no desenvolvimento e aprendizagem dos discentes perante sua realidade, conhecendo mais de si mesmos, atuando como instituição integrada, formada com a participação de todos os cidadãos e os colocando no centro de suas preocupações e necessidades. Deste modo, vão compreender a importância e responsabilidade do seu papel, proporcionando conhecer e experimentar os costumes, a natureza, a cultura e o patrimônio presente neste território que faz parte de sua história, “ter controle sobre o patrimônio é ter controle sobre a lembrança” (MAGALHÃES, 2009, pg. 35 apud NASCIMENTO, 2015, p. 2), formando assim, laços de afetividade e de reciprocidade entre os indivíduos que ali habitam.

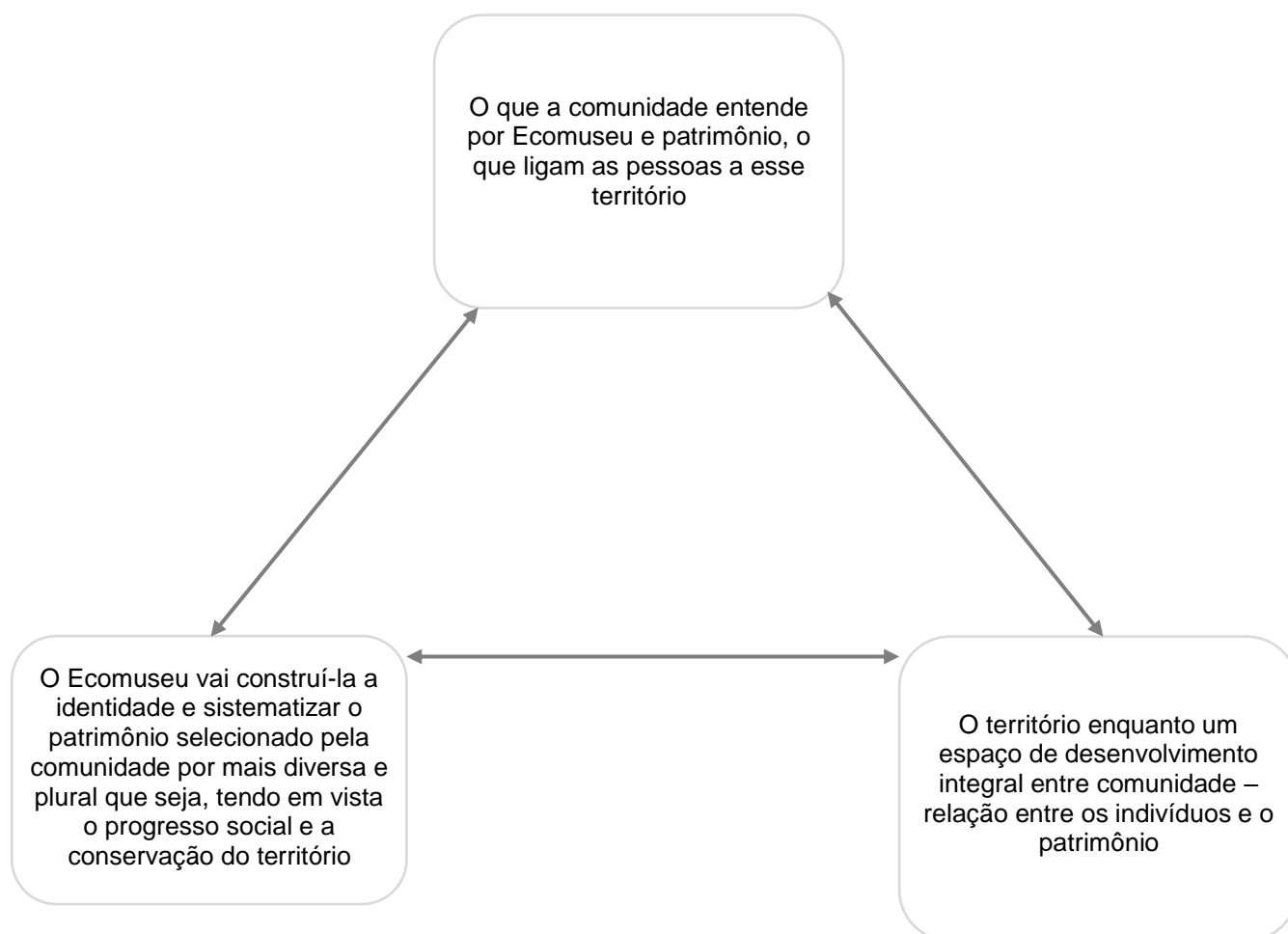
A seguir apresentarei a proposta das três etapas para a musealização da ARIE Granja do Ipê:

Primeira etapa: entender e aprender a respeito da comunidade. A fim de conhecer, estreitar os laços e aproximar a comunidade (individualmente e coletivamente), entender as demandas, as incertezas, as sugestões, interesses, as expectativas.



Fonte: Karolina Abrantes, 2021.

Segunda etapa: disseminação da proposta – em busca da musealização do território.



Fonte: Karolina Abrantes, 2021.

A segunda etapa implica em refletir sobre a primeira etapa colocando em prática as vivências debatidas, buscando uma transformação do olhar da comunidade, relacionando de forma integrada os três conceitos que constituem para o ecomuseu existir: patrimônio, território e comunidade.

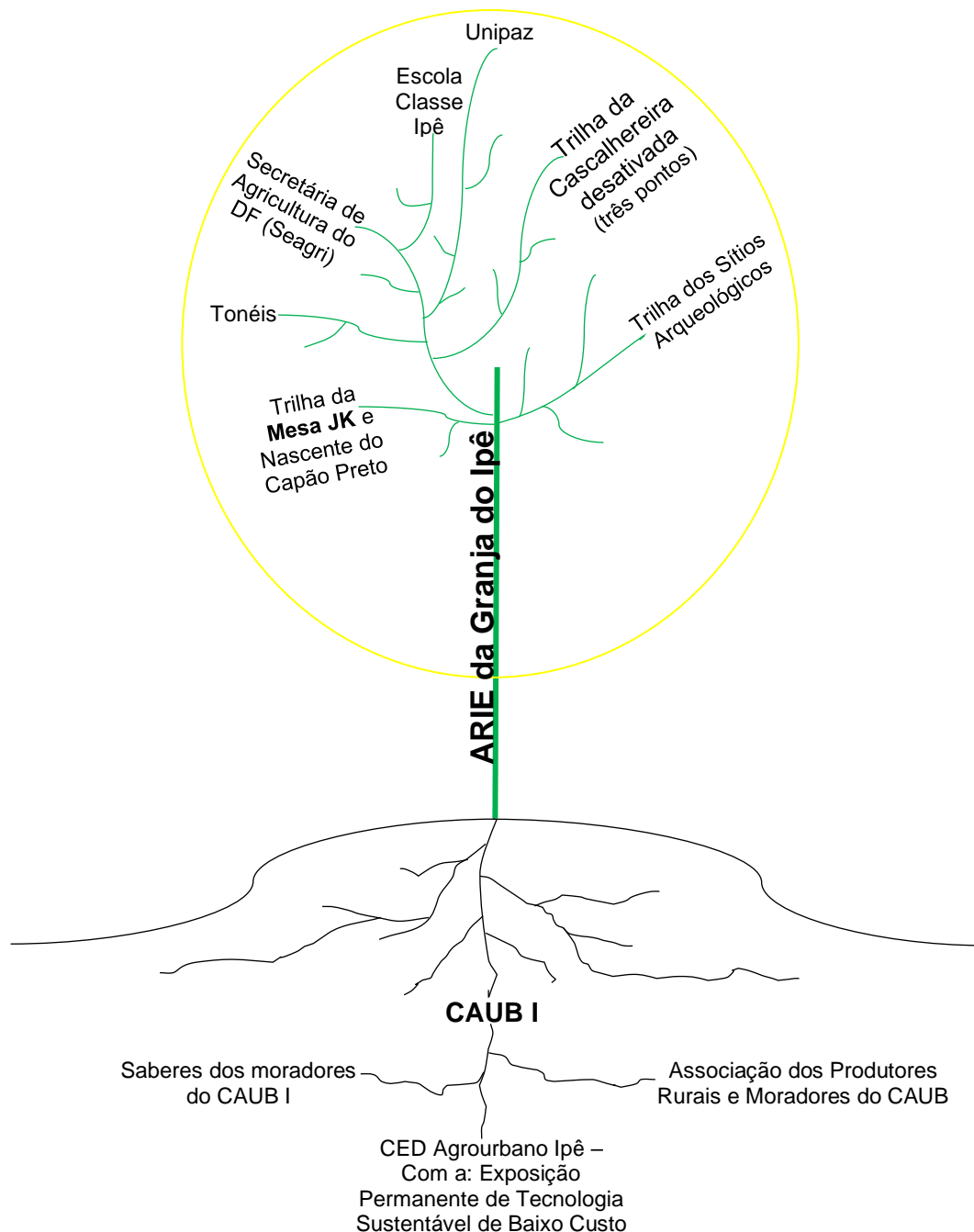
Terceira etapa: Sistematização do Ecomuseu da ARIE da Granja do Ipê (a musealização da região). Com a missão de valorizar, preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio da ARIE da Granja do Ipê. Um museu que fomenta a ampla participação comunitária nos processos de musealização e de gestão, favorecendo o desenvolvimento sustentável da comunidade de forma plural, integrando as relações humanas com o real respeitando as diferenças. Elencado na responsabilidade social, respeito à pesquisa, integração com a comunidade local, a diversidade cultural, as

instituições e o seu público-alvo; sustentabilidade ambiental; acessibilidade (acesso à informação e principal a área já se trata de uma área de preservação ambiental de mata ciliar isolado, tendo seu acesso por estrada de chão).

O conceito de Museu Integral debatido na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 estende a atuação do museu para além de seu espaço físico, pautado no mundo que está a sua volta, no desenvolvimento, na ecologia e na melhoria da vida da população. Acreditamos que essa proposta pode servir de base para as discussões envolvendo o território da ARIE da Granja do Ipê (os moradores do CAUB I, as escolas CED Agrourabo Ipê e Escola Classe Ipê, a Unipaz, DF, entre outros). A partir do entendimento, da importância e interesse de salvaguardar o patrimônio material e imaterial desse local que serão debatidos nas etapas anteriores, tendo em vista o crescimento, transparência, união agindo democraticamente, com uma “gestão partilhado” sendo desenvolvida juntamente com a comunidade local, além do registro do patrimônio imaterial, das memórias e das histórias contadas pelo povo local).

4.4– Uma visão para o futuro: a concretização do Ecomuseu na ARIE da Granja do Ipê

Figura 22 – Sistematização do Ecomuseu da ARIE da Granja do Ipê⁹⁵



Fonte: Karolina Abrantes, 2021.

⁹⁵ Para sintetizar tal ideia utilizei o Mapa de Localização da ARIE da Granja do Ipê elaborado pela Equipe de Educação Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (Ibram). Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Guia-do-Visitante-da-ARIE-Granja-do-Ipe-WEB-min.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

Elaborei uma proposta de sistematização para o Ecomuseu da ARIE da Granja do Ipê pensando no futuro, com base em uma ilustração figurativa da árvore ipê-amarelo fazendo referência ao nome (Granja do **Ipê**), e por ser o ipê amarelo pois a árvore se faz presente no CAUB I e na própria ARIE. Os elementos contidos na ARIE da Granja do Ipê expressam os desafios e potencialidades dessa região. Nesse sentido, as raízes da árvore demonstram que um Ecomuseu tende ao enraizamento no território e na comunidade. Esse processo de enraizamento nos leva ao tronco e aos galhos que, em verde, representam a beleza natural presente na ARIE da Granja do Ipê; os galhos levam a outras histórias situadas na área, lembrando que um Ecomuseu é endógeno, ou seja, se nutre da comunidade, de suas necessidades e anseios.

À vista disso, trago o conceito de rizoma vindo da botânica que é trabalhado por Gilles Deleuze e Felix Guattari, filósofos da pós-modernidade como um modelo onde não há começo nem fim, há uma estrutura de passagem, é um sistema de atalhos e desvios. O rizoma é uma raiz que tem o crescimento diferenciado, não tem uma direção clara e definida. Portanto, o exemplo da sistematização acima pode ser entendido no conceito rizomático, já que as ideias se abrem como raízes, como galhos, de formas novas de inter-relações dos elementos⁹⁶. Segundo Deleuze e Guattari⁹⁷ (Mil Platôs I) “toda vez que uma multiplicidade se encontra presa numa estrutura, seu crescimento é compensado por uma redução das leis de combinação”, ou seja, o rizoma é contra regras pré-estabelecidas. O pensamento rizomático se movimenta e se abre para todas as direções, para experimentações, se constrói e desconstrói.

Pesadelo do pensamento linear, o rizoma não se fecha sobre si, é aberto para experimentações, é sempre ultrapassado por outras linhas de intensidade que o atravessam. Como um mapa que se espalha em todas as direções, se abre e se fecha, pulsa, constrói e desconstrói. Cresce onde há espaço, floresce onde encontra possibilidades, cria seu ambiente. Se trata de ciência? Isso importa? São apenas agenciamentos, linhas movendo-se em várias direções, escapando pelos cantos, o desejo segue direções, se esparrama, faz e desfaz alianças. Chame do que quiser então: “riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. Não podemos mais apostar em compartimentos, o rizoma se espalha. Não há motivos para seguir uma linha reta, um método cartesiano. As linhas tortas se ligam, se confundem, se espalham, alastram. As conexões se multiplicam, logo, a intensidade também. Aí sim temos a chance de criar novos sentidos, micro-

⁹⁶ Fonte: Nota Terapia. O que é um rizoma? O conceito de Deleuze e Guattari explicado em um breve vídeo. Disponível em: <<http://notaterapia.com.br/2016/04/14/o-que-e-um-rizoma-o-conceito-de-deleuze-e-guattari-explicado-em-um-breve-video/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

⁹⁷ Fonte: Razaolnadequada. Deleuze-Rizoma Disponível em: <<https://razaolnadequada.com/2013/09/21/deleuze-rizoma/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

conexões se difundindo, se diluindo, se confundindo, se disseminando. “A questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo” (Deleuze & Guattari, Mil Platôs I, grifo do autor)⁹⁸.

O museu estende-se do CAUB I por toda a ARIE da Granja do Ipê, podendo ser estruturado em núcleos, sendo cada núcleo responsável por um setor (educativo, patrimonialização, documentação, etc.), se atendo na realização de atividades cotidianamente com a comunidade local, buscando assim está mais próximo dos moradores, traindo atenção e novos olhares inclusive da própria comunidade. Nesse ponto, volto a Paulo Freire e nas reflexões suscitadas por Hugues de Varine com base na teoria da libertação do educador. Libertação seria um processo em que a comunidade cria uma memória para sua resistência, memória essa que não é um modelo determinado e imposto. Ainda sobre a ideia da prática de liberdade de Freire, ela acredita no potencial da cultura com as ações culturais libertadoras “visando à inserção dos sujeitos na realidade para transformá-lo⁹⁹” através de práticas criativas, se disseminando *rizomaticamente* pelo campo social e sendo também uma libertação das individualidades (como um espaço/mundo íntimo do indivíduo).

A princípio, o objetivo da primeira proposta era de iniciar o Ecomuseu partindo do CAUB I, pois além de ser um lugar repleto de cultura e patrimônio (material e imaterial), memórias e de histórias contadas pelo povo local, foi onde tive o conhecimento da ARIE da Granja do Ipê que resultou no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No entanto, no contexto de pandemia, essa perspectiva se inviabilizou. Não foi possível a realização de entrevistas com os moradores locais, documentos que seriam indispensáveis se encontram na biblioteca da escola local encaixotados devido a uma reforma, além de demandar muitos outros elementos. Contudo, com muito esforço e pesquisa cheguei até aqui e no qual pretendo seguir explorando o tema em projetos futuros.

⁹⁸ Fonte: Razaolnadequada. Deleuze-Rizoma Disponível em: <<https://razaolnadequada.com/2013/09/21/deleuze-rizoma/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

⁹⁹ CRUZ; GHIGGI, [?], p. 2).

4.5– Ações: algumas estratégias a serem desenvolvidas para realização deste projeto

Recordando que no capítulo 1 foram apresentados alguns recortes de jornais de ações que foram executadas na ARIE da Granja do Ipê e buscando a continuação e melhorias é fundamental dar continuidade aos projetos em prol do desenvolvimento local. Ressalto que o Ecomuseu é o próprio território e não se faz sem ele e sem a aprovação e participação da comunidade, fortalecendo identidades, vínculos, relações e visões com cocriação. Portanto, proponho os seguintes projetos a serem realizados:

- **Para a primeira etapa:**

Rodas de conversa e cursos dinâmicos: onde os moderadores mais antigos no qual poderão dividir suas memórias e histórias de vida que se entrelaçam e se totalizam, formando as identidades locais. São encontros muito importantes para a aproximação entre as gerações, levando essa ideia de museu até as pessoas para que possam se familiarizar com a proposta. É o momento de a comunidade sanar suas ambiguidades e trocar conhecimentos e experiências;

Um trabalho pedagógico (parceria entre o profissional de museu e a escola – docentes e discentes): visando a educação patrimonial onde possibilitará que os estudantes manifestem sobre as questões relacionada aos bens culturais que os cercam nessa região da ARIE da Granja do Ipê ou que são por eles conhecidos, com o objetivo de aproximá-los a temática do patrimônio cultural; questionar os alunos sobre a importância desses patrimônios, provocar reflexões sobre os valores que lhe são atribuídos a esses legados, os fazendo sentir parte de todo o processo museológico.

- **Para a segunda etapa:**

Medição Ecológica: para a comunidade da ARIE da Granja do Ipê, onde possam reconhecer a história e cultura que esse local guarda, pois muitos moradores não fazem ideia da história que esse local abriga. Assim, haverá uma reflexão dessa história sendo compartilhada com mais pessoas, consequentemente podendo vim servir a prática do lazer e turismo;

Serviço de educativo: publicações a respeito da ARIE, confecção de outros materiais disponibilizados em vários meios, etc.;

A ciência presente na ARIE da Granja do Ipê: Buscar meios para ampliar e acesso à pesquisa e a ciência.

- **Para a terceira etapa:**

Complexo Turístico (com um circuito): valorizando a arqueologia, ecologia, fauna, flora, nascentes da ARIE da Granja do Ipê, com objetivo de erradicar as queimadas criminosas, desmatamento, vandalismo, descarte de lixo, apropriação ilegal de terras públicas;

Oficinas de “medicina convencional”: convidar um profissional da área para ter momentos com a comunidade local propiciando e orientando os moradores no uso e consumo de plantas medicinais já que é uma prática comum que acontece entre os moradores e podendo gerar produções para os próprios;

Oficinas de artesanato: incentivar a instrumentalização de uma realização já presente na população local, visando a inclusão social e o desenvolvimento econômico local;

Observações: Oportunizar a participação social e parcerias Público-Privada, procurando o engajamento do desenvolvimento sustentável do território e o melhoramento principalmente em relação a acessibilidade de acesso ao local, além de placas de sinalização e segurança, articular a possibilidade de disponibilizar um meio de transporte que faça a locomoção das pessoas do CAUB I para ARIE da Granja do Ipê e vice-versa, que funcionaria por meio de agendamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega o fim de uma fase que proporcionou muitas reflexões, sendo apresentadas aqui com o objetivo de poder colocar fim a esse Trabalho de Conclusão de Curso, mas não à pesquisa. Nos últimos subtópicos apresentados do quarto capítulo, fica evidente a inclusão deste estudo, deixando em aberto para a possibilidade de ampliar mais a pesquisa em diversos aspectos, buscando concluir outros ou até mesmo adequar possíveis ambiguidades.

A ARIE da Granja do Ipê é um interessante local a ser abordado em diversas perspectivas, incluindo na museológica, uma área que dispõe de um patrimônio ambiental, histórico, arqueológico e cultural, onde as instituições e a população inserida nesse território preservam, conscientizam e conservam¹⁰⁰ o patrimônio e a memória local, no qual se reconhece com essa territorialidade e com sua expressão simbólica e identitária.

Dentro da diversidade patrimonial encontrada nessa área, está a Mesa de JK. Segundo relatos, a Mesa de JK foi de uso pessoal do presidente Juscelino Kubitschek durante a construção de Brasília para realização de reuniões. A ação do tempo e o mau uso de frequentadores já deixaram suas marcas. Juscelino Kubitschek, o 21º presidente do Brasil, idealizou a construção de Brasília com seu plano de modernização do Brasil. Sua figura se tornou emblemática, principalmente para Brasília, tendo o *Memorial JK* projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer situado no Eixo Monumental na Praça do Cruzeiro, Brasília, feito em sua homenagem, inaugurado em 1981.

A base fundamental para a compreensão do tema, foi suscitada através de reflexões entorno do conceito de Ecomuseu levantada por diferentes teóricos(as). Sendo assim, o movimento da Nova Museologia impulsionado nas discussões da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), organizada pelo Icom, foi apresentado o conceito de “Museu Integral”, conceito esse em que o objeto/coleção deixa de ser o centro das atenções do museu, e passa a valorizar mais o sujeito social. É nesse contexto que se enquadra a Nova Museologia atuando dentro de um território no âmbito da Museologia, voltado para um propósito mais social e de caráter interdisciplinar, trabalhando o patrimônio cultural com uma comunidade de maneira

¹⁰⁰ Conserva no sentido de manter vivo o patrimônio em pró da própria sociedade.

participativa, uma oportunidade de ressignificação. Com isso surge na década de 1970 os novos modelos nessa perspectiva, sendo o mais conhecidos o Ecomuseu e o Museu Comunitário.

O modelo usado para a proposta nesta pesquisa foi o Ecomuseu, que segundo Riviére, não tem uma definição estática como o rizoma que não tem uma direção definida, se constrói e desconstrói, está aberta para novas inter-relações dos elementos. Entende-se, assim, que o Ecomuseu pode se manifestar de múltiplas maneiras e narrativas e que acompanha o desenvolvimento da sociedade, é o reflexo de uma ação em que a comunidade se reconhece, interagindo em conjunto. Relacionando-se dessa forma com o território, patrimônio, população e memória, servindo à comunidade. Nesse sentido, o incentivo da educação patrimonial referido no trabalho com base na teoria do educador Paulo Freire evidenciado por Hugues de Varine, podem favorecer e estreitar o relacionamento da sociedade, em especial dos jovens com a natureza e sua comunidade local, em buscar a preservação do patrimônio cultural e natural e reafirmar a importância de seus valores, como acontece na ARIE da Granja do Ipê.

Nesse sentido, a análise do Ecomuseu Ilha Grande, RJ se mostrou pertinente como um lugar de memória, identidades, costumes, hábitos, valores, crenças e agentes sociais em ritmo dinâmico, participativo e integrado na realidade dos moradores da Ilha Grande. O Ecomuseu se apresenta trazendo novas contribuições em relação ao desenvolvimento sustentável na Ilha, através da pesquisa, reconhecimento, valorização, preservação e disseminação de sua história, cultura, identidade, memória, de seus patrimônios (natural, material e imaterial). Proporciona a reflexão, melhora na qualidade de vida dos moradores do território, de forma coletiva e consciente. O Ecomuseu Ilha Grande propicia união, interação, entre os distintos campos do saber, de modo que colabore de forma efetiva para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e científico para os moradores da Ilha Grande. Transformando um lugar que durante anos foi um ambiente carcerário e deixado a ruínas, que lembra a opressão, dor e sofrimento. Atualmente em sintonia com os princípios do Ecomuseu, a região se transformou num ambiente de valorização de memórias e das identidades, ou seja, não virando as costas para o passado, além de estar empenhado também com o presente e futuro, acompanhado o tempo da comunidade local. O Ecomuseu da Ilha Grande estabelece “conexões” entre seus

diferentes atores sociais, como a Uerj no qual é vinculado, os próprios moradores, prefeitura, setores ligados ao turismo, entre outros.

Não há uma “receita de bolo”, uma “fórmula” para a implantação de um Ecomuseu, é preciso ter vontade de escutar, conhecer e aprender, sendo inegável o desejo e participação da comunidade local, pois sem ela não há ecomuseu, já que é voltado para a comunidade que está inserido.

Diante das discussões feitas ao longo do trabalho, os elementos essenciais destacado para a proposta de Ecomuseu da ARIE da Granja do Ipê, são, a escolha do território; seus atores – o poder da comunidade; o reconhecimento dos recursos patrimoniais dessa área – conservação e interpretação *in situ*; um espaço enquanto exercício de democracia e cidadania; sustentabilidade do projeto; as ações aplicadas; o desenvolvimento social, cultural, educacional e turístico. A criação de experiências como essa evidenciando a função social, viabiliza estudos, pesquisas, lazer, entretenimento que incorpora valores de forma ética e responsável, em relação ao homem com seu meio em que vive e concerne às oportunidades de futuro para as novas gerações. Um instrumento de desenvolvimento comunitário que se faz com a atuação da comunidade local, como também com a contribuição de museólogos para auxiliar no decorrer do processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogerio Carlos Petrini. **Museus enquanto museu integral: reflexão com base na declaração da Mesa-Redonda de Santiago no Chile em 1972.** In: Academia.edu. Porto Alegre: p. 1-17, jun. 2014 Disponível em: <https://www.academia.edu/7660685/MUSEUS_ENQUANTO_MUSEU_INTEGRAL_REFLEX%C3%83O_COM_BASE_NA_DECLARA%C3%87%C3%83O_DA_MESA_REDONDA_DE_SANTIAGO_DO_CHILE_EM_1972>. Acesso em: 19 fev. 2020.

AMARAL, Claudio do Prado. **Prisões desativadas, museus e memória carcerária.** 2016. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: n. 113, p. 289-334, jul./dez. 2016. Disponível: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/17730/14518>>.

Anais do 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Rio de Janeiro: 441fls, maio 1992. Disponível em: <<http://www.ecomuseusantacruz.com.br/uploads/Publicacoes/2ece5a6517156e122e93f10a8898cf4d.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARBUY, Heloisa. **A conformação dos ecomuseus:** elementos para compreensão e análise. 1995. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo. N. Ser. v.3 p. 209-236, jan./dez. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a19v3n1.pdf>>.

BRULON, Bruno. **Quando o museu abre portas e janelas:** reencontro com o humano no Museu contemporâneo. 2008. 181fls. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy3_of_bruno_c_brulon_soares.pdf>.

_____. **A invenção do ecomuseu:** o caso do Écomusée Du Creusot Montceau-Les-Mines e a prática da museologia experimental. 2015. Rio de Janeiro: Mana v.21, n.2, p. 267-295, ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00267.pdf>>.

_____. André Desvallées: entre museologias. **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, v. 47, p.11-14, 2015. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=62603>>.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. (1). Capítulo 1 – Vagues – A antologia da nova museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, 20(20). p. 33-46, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/374>>.

_____. Capítulo 3 – Novas ondas do pensamento museológico brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**, 20(20). p. 163-206, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/376>>.

CARVALHO, Ana. Decifrando conceitos em museologia: Entrevista com Mário Caneva Moutinho. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Vol. IV, n.8, p. 252-269, dez.2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16922/15212>>.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM – Museologia Social**. Chapacó: Unochapecó, Ano 27, n.41, dez. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>>.

_____. **Memória e Poder: Dois Movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, p. 43-81, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>.

_____. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033#capitulo2topo>>.

CRUZ, Claudete Robalos da; GHIGGI, Gomercindo. **A cultura como instrumento da libertação: construções de Paulo Freire à formação de professores**. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM – CAPES. Rio Grande do Sul, RS: p. 1-15. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2007/Claudete%20Robalos%20da%20Cruz.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DECLARAÇÃO DE CARACA - ICOM, 1992. In: PRIMO, Judite (org.). **Cadernos de Sociomuseologia - Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais**. Tradução Maristela Braga. Lisboa: ULHT, v. 15, n.15, p. 243-265, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972. Mesa-Redonda de Santiago – ICOM, 1972. Tradução Marcelo M. Araújo; Maria Cristina Oliveira Bruno. 1972, p.1-4. Disponível em: <https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>>.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC – Princípios de Base de uma Nova Museologia, 1984. In: PRIMO, Judite (org.). **Cadernos de Sociomuseologia – Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais**. Tradução Mário Moutinho. Revisão Marcelo Mattos Araújo. Lisboa: ULHT, v.15, n.15, p.223-225, 1999. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-quebec-1984-por.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DECLARAÇÃO DE OAXTEPEC. In: **Memoria del Seminario Territorio-Patrimonio-Comunidad (Ecomuseos)** – “El Hombre Y Su Entorno”, Oaxtepec, Morelos, p. n.p., 1984. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-oaxtepec.pdf>.

DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. In: Mesa-Redonda: Revista História Oral: v. 3, p. 109-116, 2000. Disponível em:

<<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=25&path%5B%5D=19>>.

DESVALLÉES, André. Apresentação à obra Une anthologie de la Nouvelle Muséologie, vol. 1. 1992. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Tradução Bruno Brulon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, v. 47, p.87-110, 2015. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=62603>>.

_____. Entrevista com André Desvallées [30 mar. 2012]. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Tradução Bruno Brulon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, v. 47, p.131-150, 2015. Entrevista concedida a Bruno Brulon.

_____. Museologia nova 1985 ou O nascimento da “nova museologia”. 1985. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Tradução Bruno Brulon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, v. 47, p.33-40, 2015.

_____. Uma virada da museologia. 1987. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Tradução Bruno Brulon. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Histórico Nacional, v. 47, p.49-68, 2015.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº. 19.431 de 15 de julho de 1998. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1998. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/decreto_19431_15071990.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

_____. Instrução Normativa nº. 164, de 19 de agosto de 2013. Diário Oficial do Distrito Federal, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, Brasília, DF, 19 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74872/Instru o Normativa 164 19 08 2013.p df](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74872/Instru_o_Normativa_164_19_08_2013.p_df)>. Acesso em: 04 fev. 2013.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: Os Pontapés de Saída de uma Abordagem Ainda Inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, v.6, n. 2, p. 99-117, 2013.

FERREIRA, Helena Catão Henrique. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ**. 2010. 270fls. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2010.tese_.Helena_Catao.pdf>.

_____. **A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ**. 2014. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro: v. 14, n. 1, p.79-95, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/850>>.

FILHO, Roberto Gurgel de Oliveira. **O tratamento jurídico penal das Organizações Criminosas no Brasil**. 2012. 142fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio

de Janeiro: PUC, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21215/21215_1.PDF>.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 1897, 129fls. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 17ª, 1987. Disponível em: <<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>>.

GLAS, Tamara; ASSUNÇÃO, Paula; CHAGAS, Mário. Museologia social em movimento. **Cadernos do CEOM** – Museologia Social. Ano 27, n. 41, p. 429-436, 2013.

HACK, Édina Francini Simão. **Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais**. 2013. Revista Confluências Culturais: vol. 2, n. 1, p. 35-46, mar. 2013. Disponível em: <

HEYMANN, Luciana Quillet. **O arquivo utópico de Darcy Ribeiro**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.261-282. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/14.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus & Programa IberoMuseus. *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo*: **Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972**. Nascimento Junior, José do; Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (orgs). Brasília: Ministério da Cultura, IberoMuseus, 2012a. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf>.

_____. **Revista Museum**, 1973. Nascimento Junior, José do; Trampe, Alan; Santos, Paula Assunção dos (orgs). Brasília: Ministério da Cultura, IberoMuseus, 2012b. Disponível em: <<http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/10/publicacion-mesa-redonda-vol-ii-pt-es-en.pdf>>.

IBRAM, Instituto Brasília Ambiental. **Guia de Visitante da ARIE Granja do Ipê**. Equipe de Educação Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (Org.). Coleção Comunidades de Conservação: ARIE Granja do Ipê – Riacho Fundo II, 2017. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Guia-do-Visitante-da-ARIE-Granja-do-Ipe-WEB-min.pdf>>.

_____. **Virada agroecológica**. Equipe de Educação Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (Org.). Coleção Comunidades de Conservação: ARIE Granja do Ipê – Riacho Fundo II, 2017. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Virada-Ecologica.pdf>>.

_____. **O ouro da Granja**: um guia para os tesouros da ARIE da Granja do Ipê. Equipe de Educação Ambiental do Instituto Brasília Ambiental (Org.). Coleção

Comunidades de Conservação: ARIE Granja do Ipê – Riacho Fundo II, 2017. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/O-Ouro-da-Granja_2017-09-25_web-min.pdf>.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 476fls. Trad. Bernardo Leitão... [et al.] 2ª. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>.

MAGALDI, Monique Batista. **Revista Eletrônica Jovem Museologia** – Estudos sobre museus, museologia e patrimônio. O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz: estrutura e propostas. v. I, n. 1, p. 56-74, jan. 2006. NOPH – Ecomuseu de Santa Cruz. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/76cd3d_19bfc9df56ec41abba47f04b3735f7e9.pdf>.

MATTOS, Yára. **Ecomuseu**. 2008, 31fls. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG: Morros da Queimada, Santana, São João, São Sebastião e Piedade. dez. 2008. Disponível em: <<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Ecomuseu.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Museus em Números**. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): Brasília/DF, vol. 2, p. 549-574, 2011. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Museus_em_Numeros_Volume_2B.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MIRANDA, Viviane Bernardes dos Santos; ROSSO, Thereza Christina Almeida. **Ecomuseu Ilha Grande**: uma unidade que congrega ambiente cultural. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.5 n.1, jan./abr., p. 41-48, 2015, ISSN 2238-2380. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/2422/1376>>.

MOUTINHO, Mario Canova de Magalhães. Definições Evolutivas de Sociomuseologia: proposta de reflexão, 2007. **Cadernos do CEOM** – Museologia Social. Chapecó: Unochapecó. Ano. 27, n.41, p. 423-427, dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>>.

_____. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, 1(1). p.7-8, 1993. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. **Educação Patrimonial e ensino de história na Ilha do Mel**. In: História & Ensino, Londrina, PR: v. 21, n. 1, p. 253-269, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/20852>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. **A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio de gestão do patrimônio e administração da memória**. In: Revista Memorare, Tubarão, SC: v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015. ISSN: 2358-0593. Disponível em:

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/3029/2158>. Acesso em: 9 fev. 2021.

_____. **A musealização do território: uma aproximação entre Geografia, Educação e Museologia na Cohab Raposo Tavares.** 2016, 235fls. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-17102016-155735/publico/CarlosOliveiraREVISADA.pdf>>.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos: Memória. 1989. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>.

_____. **Memória e Identidade Social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, n. 10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>.

PPP, Projeto Político-Pedagógico. **Escola Classe Ipê.** 121fls. 2017-2019. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/ppp-n-bandeirante-EC-IP%C3%8A-NB.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

_____. **Centro Educacional Agrourbano Ipê.** 312fls. 2019. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/pp_ced_agroubano_nucleo_bandeirante.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

_____. **Centro Educacional Agrourbano Ipê.** 124fls. 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/pp_ced_agroubano_ipe_nucleo_bandeirante.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ROCHA, Rosana Gomes dos Santos. **Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência.** 2019. 147fls. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.) – Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36548>>.

ROSSO, Thereza Christina de Almeida; LIMA, Ricardo Gomes; ROZENTINO, Gelson; PEREIRA, Julia Wagner; FARIA, Gabriela; ALEVATO, Gabriela Machado. **Implantação de ecomuseus em áreas de proteção ambiental: estudos iniciais para o Ecomuseu Ilha Grande, RJ – Unidades Museu do Cárcere e Museu do Meio Ambiente,** p. 1-20.

ROZENTINO, Gelson; SANTOS, Sonia Barbosa dos; CADEI, Marilene de Sá Cadei. **A Uerj e a Ilha Grande: conhecimento científico e comunidade.** O Canto – O Canto da Ilha, Informativo Digital do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da UERJ, 2017. ed. 1, n. 1, p. 12-19, 2017.

SANTOS, Francijane Lima dos. **Educação Patrimonial: memória, identidade e aprendizagem no Centro Educacional Agroubano Ipê**. 2015, 50fls. Especialização em Latu Sensu em Letramentos e Práticas Interdisciplinares. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Escolas de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17643/1/2015_FrancijaneLimaDosSantos_tcc.pdf>.

SANTOS Jr, Roberto Fernandes dos; Brito, Clovis Carvalho. **Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil**. In: Revista do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília: Museologia & Interdisciplinaridade. Brasília, DF: v. 8 n. 15, p. 323-327, jan./ jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/24973/22040/48772#:~:text=Hugues%20de%20Varine%20%C3%A9%20um%20dos%20principais%20nomes%20da%20Museologia.&text=No%20caso%20brasileiro%20sua%20atua%C3%A7%C3%A3o,e%20em%20projetos%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o>>.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (1). Capítulo IV – Reflexões sobre a nova museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, 18(18). p.93-139, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>>.

_____. Moura. Um compromisso social com a museologia. **Cadernos do CEOM – Museologia Social**. Ano 27, n. 41, p.71-114. 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)**. 2007. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro: v.14, n.4, p.1173-1196, out./dez. 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400005>.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseu e Museu Comunitários no Brasil: Estudos Exploratório de Possibilidades Museológicas**. 2017. 768fl. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/publico/SuzySantosREVISADA.pdf>>.

SILVA, Giuslane Francisca da. **Maurice Halbwachs**. A memória coletiva. Tradução de Beatriz. 2016. Porto Alegre, Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS – Aedos, v. 8, n. 18, ago., p. 247-253, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241>>.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. A Mesa Redonda de Santiago do Chile e o Desenvolvimento da América Latina: o papel dos Museus de Ciências e do Museu Integral. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v.9, n. 17, jan./jul., p. 64-80, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/30109>>.

_____. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo: vol. 28, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100502&tlng=pt>.

SOUZA, Margareth de Lourdes. **Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), p. 80-109, 2019.

TAMAIIO, Irineu; FERNANDES, Regina; ELEUTÉRIO, Robson. **Revista Ecomuseu Pedra Fundamental: preservando a cultura e biodiversidade do Cerrado**. 1. ed. Planaltina – Distrito Federal: p. 1-60, abr. 2018. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/-%20REVISTA%20ECOMUSEU%201922.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 52, n.8, p. 21-44, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499#:~:text=A%20discuss%C3%A3o%20procura%20identificar%20como, travavam%20no%20campo%20da%20museologia>>.

VALENÇA, Vivine; ROZENTINO, Gelson. **Ecomuseu Ilha Grande: musealização e construção coletiva**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 59, n. 15, p. 77-102, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/71107>>.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museologia: entrevista com Hugues de Varine. [19 abr. 2013]. Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade de Nova, Lisboa: **No Mundo dos Museus**. Entrevista concedida a Ana Carvalho. Disponível em: <<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. 2013, 256p. Hugues de Varine; trad. Maria de Lourdes Perreiras Horta. 1ª Reimpressão – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

_____. **O museu comunitário como processo continuado**. 2014. Cadernos do CEOM. Museologia Social v. 27, n. 41, p. 25-35. Chapecó. UnoChapecó. dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>>.

Documentos oficiais

Proposta Político-Pedagógica (PPP – 2019) Centro Educacional Agrourbano Ipê.

Proposta Político-Pedagógica (PPP – 2020) Centro Educacional Agrourbano Ipê.

Proposta Político-Pedagógica (PPP – 2017-2019) Escola Classe Ipê.

Legislação

BRASIL. Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 - Dispõe da Cultura.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº. 19.431 de 15 de julho de 1998.

DISTRITO FEDERAL. Instrução Normativa nº. 164, de 19 de agosto de 2013.

Periódicos

Folha de São Paulo

Folha do Riacho Fundo II – jun. 2011

Portal G1

Portal Metrôpoles

Sites eletrônicos

ecomuseuilhagrande.uerj.br

ecomuseusantacruz.com.br

educacaoeterritorio.org.br

facebook.com/ARIE.Granja.do.lpe

facebook.com/associacaocaub1

facebook.com/ecomuseuilhagrande

icom.museum

ihgdf.com.br

informalmuseology.wordpress.com

ilhagrande.com/ilha-grande/historia

instagram.com/ecomuseuilhagrande

itaipu.gov.br

meuartigo.brasilecola.uol.com.br

nomundodosmuseus.hypotheses.org

notaterapia.com.br

politize.com.br/eco-92

razaoinadequada.com

serpedalante.com

todamateria.com.br/pre-historia-brasileira

uol.com.br

wikiloc.com

wikipedia.org

wwf.org.br